



Lei de imigração portuguesa provoca incómodo na CPLP
 Pág. 9



Último debate sobre o Estado da Nação desta legislatura
(In)segurança cede palco a transportes
 Págs. 2, 3, 4 e 6

Parte integrante da edição nº 934 do A Nação de 24 de Julho de 2025. Não pode ser vendido separadamente.

A Nação
 MUNICÍPIO EM DESTAQUE
Santa Cruz
 CADERNO DO JORNAL A NAÇÃO | EDIÇÃO Nº934 (24/07/2025)

Carlos Silva, Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz
Dinamizar e diversificar a economia para tornar o Município mais competitivo e desenvolvido
 Pág. 02 a 04

EDEC a energia que nos une
 200 51 11 | terra.branca.online@edec.cv | EDECS1 | edecsv1

Diplomacia
Primeira pedra confirma nova embaixada dos EUA
 Pág. 7

Relatório & Contas 2024
 Sustentabilidade combina comigo
 PUB

São Vicente
Iraque, de casa de tambor para a dignidade
 Págs. 12 e 13

Adeus a Kiki Lima, o músico e pintor do quotidiano das ilhas
 Págs. 2 e 3 in ETC

Messi em Angola

PÁG. 19

Último debate sobre o Estado da Nação desta legislatura

(In)segurança cede palco a transportes

Nos primeiros meses de 2016, o Governo liderado por Ulisses Correia e Silva decidiu “descontinuar” a TACV na vertente doméstica, rompendo décadas de operação constante dessa companhia, que, até à sua extinção, tinha cumprido a sua missão sem as falhas que se registam neste momento.

Da Binter à Bestfly

Num processo pouco transparente, o mercado doméstico de aviação foi entregue, de bandeja à Binter, que, perante posição dominante começou a chantagear o Governo. Nomeadamente, no que concerne às evacuações, até o dia em que decidiu zarpar de Cabo Verde, obrigando o Governo a tomar uma decisão de emergência, cedendo o mercado à BestFly, também num negócio pouco ortodoxo.

Qual erro de ‘casting’, cedo a BestFly começou a dar mostras de que não era uma companhia vocacionada para voos comerciais regulares e, logo nos primeiros seis meses de operação, entrou em situação de rutura com o Governo, por causa dos subsídios compensatórios para as rotas menos rentáveis e por fim, como a Binter, resolveu ir-se embora, obrigando o Governo a



No último debate sobre o Estado da Nação da X legislatura, o crónico problema dos transportes marítimos e aéreos, que agudizou, nesses quase 10 anos de governação do MpD, deverá ser o ponto forte no “confronto” entre o Governo e a oposição, relegando a questão da segurança para o segundo plano. A saída em massa de jovens para o exterior, a saúde e a educação serão, certamente, outros assuntos que estarão em pauta.

Daniel Almeida

adoptar soluções que estão a depauperar o erário público.

Caos

Neste momento o cenário dos transportes aéreos interilhas é de “caos”, com as ligações aéreas asseguradas por duas aeronaves alugadas em regime de ‘wet leasing’, um arranjo que implica enormes

custos adicionais devido ao aluguer de aviões com tripulação completa, incluindo pilotos e assistentes de bordo estrangeiros, manutenção mecânica e seguros.

Agora, com esses sucessivos falhanços, o Governo regressa à estaca zero, criando uma nova companhia, para garantir o transporte aéreo inter-ilhas. Ou seja, quase

dez anos depois de ter desmantelado a TACV doméstico, que bem ou mal funcionava e que, por birra política, foi “descontinuada”, com elevados custos financeiros para o Tesouro. Depois de vários meses de conversa, prevê-se a chegada de duas aeronaves em Setembro, próximo, para garantir ligações aéreas regulares en-

tre as ilhas – e o facto de estarmos a poucos meses das próximas eleições é um facto a não esquecer.

O certo é que Cabo Verde tem registado um aumento no movimento de passageiros e cargas aéreas, especialmente no transporte internacional, impulsionado pelo turismo. No entanto, a situação dos transportes domésticos é mais complexa, com desafios de instabilidade e a necessidade de encontrar soluções para garantir a conectividade interna de forma sustentável. Não só os cabo-verdianos têm dificuldade em viajar, como os turistas que chegam ao Sal e à Boa Vista não conseguem conhecer as outras ilhas durante a sua estada no país.

Nos transportes marítimos também reina o caos

O Estado já pagou mais de 4 milhões de contos durante quase seis anos de operação da CV Interilhas. O Tesouro Público paga, anualmente, 6,6 milhões de euros, no âmbito do contrato de concessão do serviço público de transporte marítimo de passageiros e cargas inter-ilhas. Mesmo assim, há 16 milhões de euros em litígio reclamados pela CV Interilhas.

Com todo esse dinheiro, e sem recursos a estrangeiros, seria possível comprar mais barcos para garantir uma conectividade entre as diversas ilhas com previsibilidade e qualidade. Daí a pergunta: quem lucra com os incumprimentos da CV Interilhas?

Acordo que não saiu do papel

O caderno de encargos do concurso de concessão do serviço público de transporte marítimo de passageiros e carga inter-ilhas, cujo contrato foi rubricado em 2019, ficou apenas no papel. A CV Interilhas, desde cedo, deixou de cumprir os mínimos estabelecidos nesse documento, perante uma alegada “passividade” do Governo.

O caderno de encargos estabelecia que a companhia adjudica-

tária teria que adquirir cinco navios que possuíssem velocidade não inferior a 15 nós e terem idade igual ou inferior a 15 anos, à data da sua incorporação no estabelecimento da concessão. Nada disso aconteceu. Em vez do acordado, o grupo português ETE, que venceu o concurso de adjudicação, socorreu-se dos navios que já operavam no mercado e fretou à CV Interilhas, duas embarcações que não reúnem as condições estabelecidas no caderno de encargos.

Porém, depois do contrato de concessão assinado em Fevereiro de 2019, o Governo decidiu introduzir, em Abril de 2023, uma adenda ao contrato, onde foram subtraídas quase todas as exigências previamente estabelecidas no caderno de encargos e no contrato inicial.

Essa adenda, na perspectiva de um especialista contactado pelo A NAÇÃO, constitui “um crime” que deveria ser investigado pelo Ministério Público, tendo em conta a existência de fortes indícios de corrupção ou de falta de zelo no cumprimento do interesse público dos contribuintes cabo-verdianos.

O nosso interlocutor enfatiza as exigências previamente estabelecidas, tais como: a aquisição

de cinco navios com determinadas características; um plano de investimentos próprios da CV Interilhas e que os activos dessa empresa seriam considerados bens da concessão que se reverteriam para o Estado no fim da concessão de 20 anos, ou seja, dentro de 14 anos.

Como a CV Interilhas não tem nenhum activo, porquanto funciona com navios fretados à ETE, este facto, segundo o nosso interlocutor, é um outro “escândalo”, que se soma a vários outros. Ou seja, enfatiza: “Não cumpriram com os requisitos estabelecidos no caderno de encargos, mas nunca foram penalizados”.

Note-se que o contrato de concessão assinado entre as partes obrigava a CV Interilhas a prestar um serviço público na base do caderno de encargos submetido ao concurso e que determinava o investimento em cinco navios de 300 passageiros, com uma velocidade de 15 nós e com idade igual ou inferior a 15 anos. “Não cumpriram nada disso e nunca foram penalizados”, reitera a nossa fonte.

Em Abril de 2023, como antes foi dito, o Governo e a CV Interilhas rubricaram uma adenda ao contrato de concessão do serviço

público de transporte marítimo de passageiros e carga inter-ilhas, que estava em vigor desde Agosto de 2019. Com essa adenda Cabo Verde passa a pagar 6,6 milhões de euros de indemnização compensatória anual à CV Interilhas, pelo serviço público de transporte marítimo inter-ilhas de passageiros e mercadorias.

Com esse novo contrato, segundo Abraão Vicente, ministro do Mar, na altura, haveria um novo modelo operacional, com rotas fixas e horários pré-definidos, criando estabilidade, previsibilidade e confiança no mercado”. Porém, tirando as bravatas desse então governante, tudo continuou rigorosamente na mesma.

Na mesma altura, o vice-primeiro-ministro, Olavo Correia, anunciava que o Governo já contava com o financiamento de 15 milhões de euros do Banco Mundial para a compra de quatro barcos e introduzir melhorias no serviço de transportes marítimos inter-ilhas. Mas ao que tudo indica tudo não passou de mera intenção, porquanto o barco que o Governo pretende comprar, agora, vai ser financiado pela Enapor e só deverá chegar ao país dentro de dois anos, isto é, em 2027, caso chegar.



Os desafios da Saúde



Apesar de investimentos em infraestrutura e formação de profissionais, o país ainda busca atingir a meta de 15% do Orçamento do Estado para a saúde. Mesmo assim, Cabo Verde enfrenta desafios como a falta de materiais básicos nos hospitais, listas de espera longas e dificuldades no acesso a medicamentos.

O Grupo Parlamentar do PAICV acusa o Governo de conduzir o sector da saúde para um “caos” marcado por défice de profissionais, rupturas de medicamentos, condições indignas de trabalho e acesso cada vez mais desigual aos cuidados, afirmando que a saúde pública em Cabo Verde se tornou “cara e inacessível” para a maioria dos cidadãos.

Segundo o maior partido da oposição, é frequente encontrar hospitais sem reagentes, sem medicamentos essenciais e sem materiais básicos de diagnóstico e tra-

tamento. “Faltam materiais básicos nos hospitais, o que obriga muitos pacientes a esperarem dias ou semanas por uma simples consulta/tratamento. As listas de espera são absurdas. Quem pode, vai para o sector privado. Quem não pode, sofre. As consultas públicas estão saturadas e não há alternativa”.

Porém, Cabo Verde tem implementado a estratégia ICOPE (Integrated care for older people approach) para cuidados integrados e con-

tinuados aos idosos, com apoio técnico da OMS.

Recursos humanos

O governo tem investido na formação de profissionais de saúde, com contratação de novos profissionais e regularização de situações de pendências. Há esforços para ampliar a oferta de serviços de saúde no país, como a implementação da hemodiálise na Praia e em São Vicente.

A OMS tem sido funda-

mental no apoio técnico e na implementação de políticas e planos de saúde em Cabo Verde.

Contudo, apesar dos esforços, o financiamento da saúde ainda fica abaixo da meta estabelecida, o que exige otimização dos recursos disponíveis. Há necessidade de melhorias na infraestrutura hospitalar, incluindo equipamentos e materiais básicos.

De destacar a inauguração, esta semana, da nova

maternidade de São Vicente, oferta da China, depois de ter feito o mesmo na Praia, no tempo do governo anterior, de José Maria Neves e do PAICV.

Em resumo, a saúde em Cabo Verde apresenta um cenário com avanços e desafios. O governo tem trabalhado para melhorar a qualidade dos serviços, mas ainda existem obstáculos a serem superados, especialmente no que diz respeito ao acesso e financiamento da saúde.

Educação, um sector em eterna reforma

As altas taxas de escolarização é um dos pontos de destaque em Cabo Verde que, no entanto, enfrenta desafios na qualidade do ensino e no acesso à tecnologia. O governo tem investido em melhorias, como a reforma curricular e a avaliação, e busca garantir a inclusão e a qualidade do sistema educativo.

Na sua propaganda, o Ministério de Educação anunciou estes dias a conclusão da reforma do ensino, sem que se saiba muito bem o que isso há-de significar. O “escândalo” do exame de história, como apareceu, desapareceu, sem que ninguém se tenha

dado ao trabalho de verificar os problemas existentes nos curricula adotados pelo sistema. O mesmo se pode dizer da polémica em torno do manual de língua e cultura cabo-verdiana, quando os próprios “militantes” dessa causa não se entendem.

Houve progressos na educação inclusiva, mas ainda há desafios a serem superados. O ensino pré-escolar é universal e obrigatório, e o ensino básico também é gratuito e obrigatório.

Porém, baixos desempenhos em avaliações, principalmente em português e matemática, indicam pro-

blemas na qualidade do ensino. O êxodo dos rapazes do sistema é um dos problemas que tende a agravar-se, como sintoma do mal-estar que vai pela sociedade cabo-verdiana.

Medir os resultados

Apesar da infraestruturação, o alto custo da internet limita o acesso, gerando desigualdades. Por outro lado, são necessários investimentos em recursos e serviços especializados, além da formação de professores. Também é necessário implementar um sistema abrangente para

medir os resultados de aprendizagem em todos os níveis. Ninguém sabe quanto custa formar um jovem cabo-verdiano, nem quantos jovens entram e saem no sistema ao longo da vida escolar.

Em resumo, Cabo Verde tem feito progressos significativos na educação, mas ainda há desafios importantes a serem enfrentados para garantir um sistema educativo de qualidade e inclusivo para todos. Um dos desafios passa, igualmente, pelo financiamento do ensino superior.

Continua na página A6

APN

ÁGUAS DE PORTO NOVO

20

ANOS

2005 ~ 2025

EM JULHO DE 2005, FOI
CONSTITUÍDA A APN,
PRIMEIRA PARCERIA
PÚBLICO PRIVADA DO PAÍS,
PARA CONSTRUIR E OPERAR
UMA INFRAESTRUTURA
HIDRÁULICA DESTINADA A
GARANTIR O SERVIÇO
BÁSICO DE ABASTECIMENTO
DE ÁGUA POTÁVEL À CIDADE
DO PORTO NOVO.



APP
ÁGUAS DE PONTA PRETA



[@AguasPontaPreta](https://www.instagram.com/AguasPontaPreta)
[aguaspontapreta.cv/apn](https://www.aguaspontapreta.cv/apn)

Emigração, sintoma do “nosso” falhanço

O tema relacionado como a emigração não deve passar de lado nesse debate sobre o estado da Nação, tendo em conta que a saída em massa de jovens tem implicações significativas para o desenvolvimento do país, afectando a mão-de-obra, a economia e a própria estrutura social de Cabo Verde.

O desemprego e a falta de oportunidades são as principais causas da emigração de jovens, principalmente para Portugal.

Buscar a vida na terra-longe

Por outro lado, a falta de empregos bem remunerados são factores importantes que impulsionam a necessidade de buscar na terra longe a vida que não se tem no país natal.

Mesmo com emprego, muitos jovens consideram os salários insuficientes para cobrir o custo de vida em Cabo Verde, levando-os a procurar melhores condições noutros países. Nos campos, nomeadamente em Santiago e Fogo, por meio de trabalho, há quem es-



teja disposto a pagar 2 a 3 mil escudos e mesmo assim não encontra quem queira pegar na enxada.

A falta de confiança nas instituições e a percepção de que os governantes não estão a resolver os problemas do país também contribuem para o desejo de emigrar.

A emigração em massa de jovens com formação profissional e académica leva a uma escassez de mão-de-obra qualificada em sectores-chave da economia,

como agricultura, turismo e construção civil.

O risco da desestruturação social

A redução da força de trabalho e o envio de remessas por parte dos emigrantes têm impactos significativos na economia cabo-verdiana, incentivando o consumo interno e o desenvolvimento do país. Mas a saída de jovens pode, segundo os analistas, levar à desestruturação social, com impacto nas

famílias e comunidades, e à perda de capital humano e cultural.

Para tentar travar esse fenómeno, que poderá trazer consequências imprevisíveis para Cabo Verde, a meio e curto prazos, é crucial criar mais e melhores empregos, com salários que permitam aos jovens viver dignamente no país.

É necessário investir em educação e formação profissional para preparar os jovens para o mercado de trabalho e torná-los mais com-

petitivos. Por outro lado, o incentivo ao empreendedorismo jovem pode criar novas oportunidades e gerar riqueza no país.

Desafio complexo

A emigração de jovens cabo-verdianos, no entender de especialistas, é um desafio complexo que exige uma abordagem abrangente e multifacetada, envolvendo ações em diversas áreas para criar um futuro mais promissor para a juventude. 🌐

Ficha Técnica

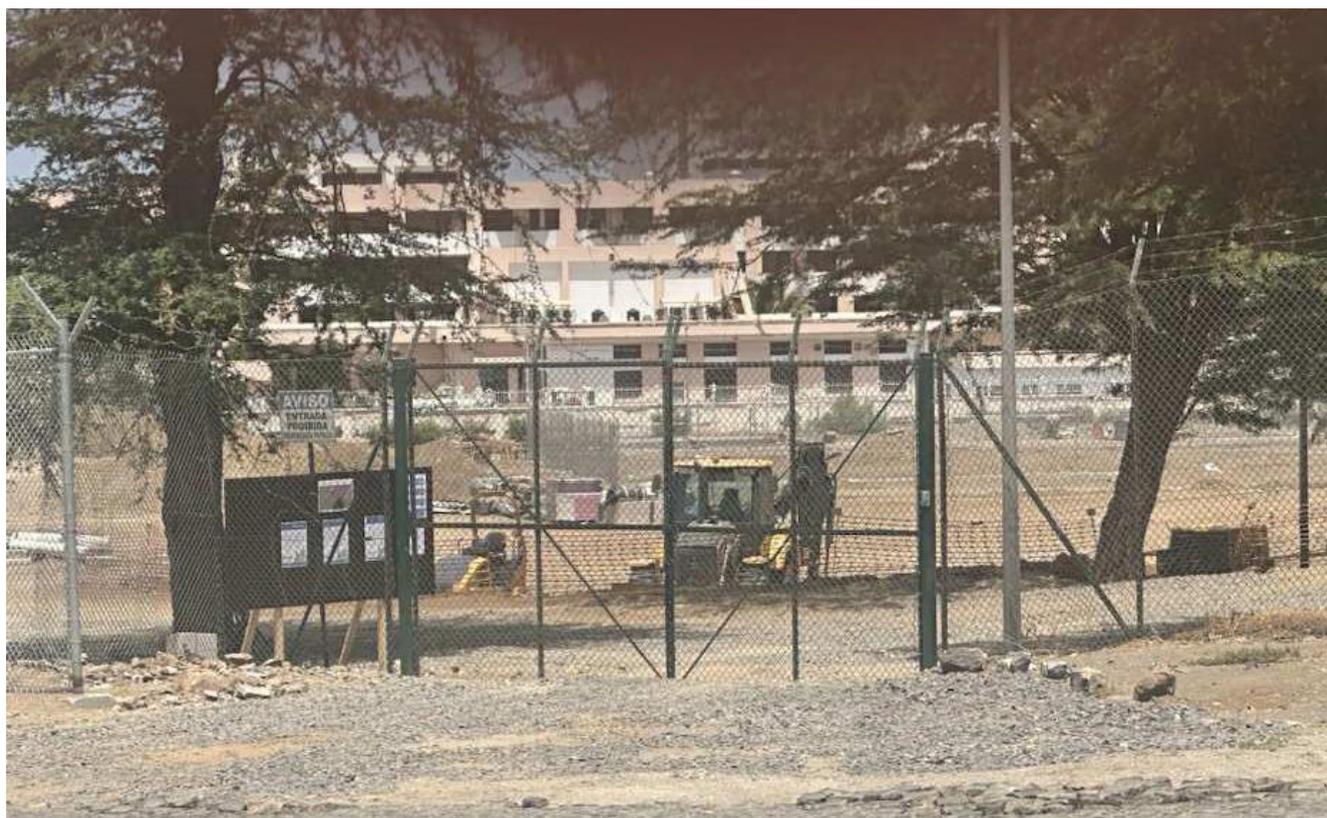
A Nação Semanário | Ano XVIII | Nº934 | 24 de Julho de 2025 | **Registo DGCS:** N°3/2007 | **Registo ARC:** N°3/2016 | **Propriedade:** Sociedade A Nação Cabo Verde, Lda.
Director-Geral: Fernando Rui Tavares Ortet | **Endereço:** Caixa Postal: 690 – Cidadela – Praia – Cabo Verde | **Telefone:** (+238) 260.26.90 (PBX) | **Director:** José Augusto Sanches | **Editor-Executivo:** José Vicente Lopes | **Editores:** Daniel Almeida e Gisela Coelho | **Jornalistas:** Natalina Andrade (Fogo), Geremias S. Furtado, João A. Rosário | **Jornalistas Estagiários:** Leliane Semedo | **Colaboradores e Colunistas:** Adriano Miranda Lima, Amadeu Oliveira, Ângela Coutinho, António Carlos Gomes, António Chantre Neves, António Correia e Silva, Carlos Carvalho, Carlos Santos, Carlos Araújo, Cipriano Fernandes, Filinto Elísio, Francisco Mendes, José Manuel Araújo, José Maria Neves, José Pedro Oliveira, José Valdemiro Lopes, Luís Kandjimbo, Marciano Moreira, Paulo Mendes, Pedro Moreira, Pedro Pires Ribeiro, Natacha Magalhães, Nataniel Vicente Barbosa e Silva, Ricardino Neves e Wladimir Brito. | **Designers:** Edson Spencer e Carmem Freire | **Comercial & Marketing:** Verónica Rocha | Edmira Correia (Facturação e Cobranças) e Hélder Afonso | **Telefones:** (+238) 260.26.90 (PBX) – (+238) 260.26.93 (Redacção) | **E-mail:** jornalanaoacv@gmail.com (Redacção) – comercial.grupoalfacv@gmail.com (Comercial) | **Impressão:** Impressral Center | **Tiragem:** 3.500 Exemplares.



Lançamento da primeira pedra para construção da nova embaixada do EUA

Clube de Tênis continua sem ver a cor do dinheiro da venda do terreno

Acto de amanhã servirá para dissipar as dúvidas quanto à intenção de o Estado norte-americano construir o novo edifício da sua representação em Cabo Verde. Com os cortes orçamentais do presidente Donald Trump, com ameaças de encerrar várias missões e consulados no mundo, além da suspensão do programa MCA e da USAID, havia o temor que a futura embaixada na capital cabo-verdiana fosse metida no mesmo rol.



Conflito entre o Clube de Tênis e a CMP

Enquanto isso, o Clube de Tênis da Praia, dono legítimo do terreno onde os EUA estão a erguer a sua futura embaixada, continua a aguardar pela Câmara Municipal da Praia (CMP), que deveria construir novas instalações do clube, com o dinheiro (232 mil contos) que recebeu da embaixada dos EUA.

O processo estava fechado com um contrato assinado com a CMP então presidida por Óscar Santos, mas, com a eleição de Francisco Carvalho, em 2020, este negou cumprir o contrato, tendo “desviado” o dinheiro que recebeu da representação diplomática dos EUA para outros fins.

Perante este cenário, o Clube de Tênis avançou com um processo, junto do Tribunal da Comarca da Praia,

As obras de construção da nova embaixada dos Estados Unidos da América (EUA), na Praia, deverão entrar em velocidade cruzeiro após o lançamento da primeira pedra previsto para esta sexta-feira, 25, num acto que será presidido pelo primeiro-ministro, Ulisses Correia e Silva.

Daniel Almeida

contra a CMP, por incumprimento do contrato de permuta de terreno e equipamentos, assinado entre as partes. Isto, porquanto as tentativas de conciliação falharam, tendo em conta que Francisco Carvalho propôs ratear o montante recebido da embaixada dos EUA pela venda do terreno do Clube em 10 prestações, coisa que o Clube de Tênis não aceitou.

O processo já foi julgado (há cerca de um mês) pelo Tribunal da Comarca da Praia e aguarda-se neste momento pela senten-

ça. Se esta for favorável ao Clube de Tênis, a autarquia praiense será obrigada a pagar o dobro de 232 mil contos, conforme o contrato estabelecido entre as partes.

Como tudo começou

Em Outubro de 2019 foi assinada entre a CMP e o Clube de Tênis uma escritura de permuta de terreno e equipamentos, onde, em troca dos terrenos do Clube, na Várzea, com cerca de 23 mil metros quadrados, a Câmara disponibilizaria à outra parte um terreno no Palmarejo

(entrada da Cidadela) avaliado em 33 mil contos. Essa permuta foi avalizada pela Assembleia Municipal, através da deliberação 22/2018 de 18 de Março.

Ainda no âmbito da mesma permuta, seriam construídos quatro campos de tênis, uma nova sede do Clube, com o financiamento dos equipamentos e mobiliários das respectivas estruturas, bem como a constituição de um fundo de manei-

O prazo para a execução de todos os compromissos pela CMP era de 12 meses, a partir de 14 de Outubro de

2019 e previa a construção de todas as obras previstas; o equipamento e o mobiliário; e a constituição de um fundo de manei-

Em Agosto de 2022, A NAÇÃO tentou uma reacção do presidente da CMP sobre esse diferendo com o Clube de Tênis, mas Francisco Carvalho, que foi parco em palavras, disse apenas que se o Clube já tinha avançado para o Tribunal, “cabe ao Tribunal decidir e não a Câmara escolher”.

Esta reacção do edil da Praia, segundo um dirigente do Clube, confirma a tese de que “a morosidade da justiça resolve tudo”. Ou seja, “a ideia reinante na nossa sociedade, de que os processos judiciais levam muitos anos a serem resolvidos, parece estar a nortear o comportamento da Câmara”.

Filiação partidária em declínio na última década



Em Cabo Verde, a filiação partidária caiu 23 pontos percentuais na última década. Três em cada 10 cidadãos participam em reuniões comunitárias ou juntam-se a outros para levantar uma questão, revela o relatório sobre engajamento cidadão em Cabo Verde, divulgado esta semana pela Afrosonfdagem.

Natalina Andrade

O mais recente relatório da Afrosondagem/Afrobarometer mostra que entre 2011 a 2022 o envolvimento eleitoral, ou seja, a percentagem de pessoas que votou nas últimas eleições em Cabo Verde, caiu de 81% para 77%.

Também, o número de pessoas que se sentem próximas de um partido político caiu, no mesmo período, de 60% para 37%. A taxa mais baixa, 27%, foi encon-

trada junto aos jovens entre os 18 e os 35 anos, contra 44% entre os adultos acima dos 36 anos.

Os dados sobre Cabo Verde indicam que 70% dos jovens votantes foram às ur-

nas nas últimas eleições e 82% dos adultos.

Em termos de participação cívica, os jovens até os 35 anos são os que mais participam em encontros comunitários, 29%, contra

25% entre os adultos acima dos 36 anos. São eles também quem mais se juntou a outros para tratar de algum assunto ou participou em algum protesto.

Por outro lado, os adul-

tos acima dos 36 anos são os que mais contactam deputados (13% contra 17% jovem) e os que mais contactam algum eleito da assembleia municipal (18% contra 16% jovem).

No que toca aos protestos, 14% dos inquiridos declarou ter participado em algum protesto no último ano, 56% não participou mas participaria se tivesse oportunidade e 28% declarou que nunca participaria em protestos.

Em termos de ação coletiva e contacto, durante o último ano, 27% dos inquiridos participou em algum encontro na comunidade, 30% juntou-se a outras pessoas para tratar de algum assunto, 17% contactou um eleito da assembleia municipal, 11% contactou um deputado e 22% contactou um funcionário do partido político.

Cenário em África também não é motivador

A nível global, o novo relatório de referência do Afrobarometer indica que a capacidade de resposta do governo e o desempenho democrático, juntamente com necessidades socioeconómicas não satisfeitas, são fatores importantes para o envolvimento dos cidadãos em África.

“Os cidadãos têm mais probabilidade de participar em actividades políticas e cívicas se estiverem satisfeitos com o funcionamento da

sua democracia, acreditarem que as eleições são livres e justas, e considerarem os seus representantes locais como responsivos às suas necessidades”, avança.

O relatório, o segundo de uma série anual sobre temas de alta prioridade, baseia-se em dados recolhidos ao longo da última década, incluindo a mais recente ronda de inquéritos nacionais representativos em 39 países, que abrangem mais de três

quartos da população do continente.

A análise foca-se em indicadores-chave de envolvimento cidadão: voto, filiação partidária, discussão política, participação em reuniões comunitárias, mobilização coletiva para levantar questões, contacto com líderes e protestos.

As conclusões, baseadas em 53.444 entrevistas presenciais, mostram que a maioria dos africanos participa em várias actividades polí-

ticas e cívicas, sendo o voto a forma predominante de envolvimento e o protesto a menos comum.

Entretanto, existem disparidades, especialmente entre jovens e mulheres. “Os africanos mais pobres, com menos escolaridade e residentes em zonas rurais tendem a participar mais do que os mais ricos, mais escolarizados e residentes urbanos”, enfatiza.



Lei de imigração portuguesa provoca incómodo na CPLP

De passagem por Portugal, no final do mês passado, José Maria Neves foi o primeiro chefe de Estado da CPLP a pronunciar-se sobre as alterações à lei dos estrangeiros que, na ocasião, dominavam o debate público, aproveitando para lançar um aviso ao Governo de Lisboa: mobilidade e emigração existirão sempre!

JMN apela à serenidade

JMN referia-se, concretamente, ao facto de as regras de imigração e nacionalidade passarem a ser mais apertadas, nomeadamente no que respeita aos prazos mínimos de residência para aceder à cidadania portuguesa, mas também ao reagrupamento familiar.

“Temos de ver essas relações de troca, de intercâmbio, de amizade e procurar ser o mais justos e o mais prudentes possível”, disse o chefe de Estado cabo-verdiano.

O PR cabo-verdiano aconselhou prudência e serenidade porque, actualmente, “a mobilidade humana vai continuar porque os países precisam, as economias precisam, a própria vida cultural dos diferentes países também”. Por isso, concluiu, “temos de ser serenos e prudentes na discussão dessa questão, sem extremismos e sem polarizações”.

Governo Brasileiro vai adoptar reciprocidade

Depois, o chefe de Estado brasileiro, Lula da Silva, disse acompanhar “com apreensão” as alterações legislativas promovidas por Portugal. E, dias depois, o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowsky foi mais explícito.

“O Brasil adoptará a reciprocidade em relação a todas as medidas restritivas que Portugal tomar em relação em relação aos brasileiros que vi-

As alterações à lei dos estrangeiros aprovadas no Parlamento português estão a provocar grande incómodo entre os membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), levando mesmo a pronunciamientos de alguns chefes de Estado. O primeiro a manifestar-se foi José Maria Neves, seguindo-se Lula da Silva, do Brasil e, esta semana, o angolano João Lourenço. Com as alterações, desaparece o visto de trabalho da CPLP e torna-se mais difícil o reagrupamento familiar.

António Alte Pinho



vem no país”, garantiu Lewandowsky.

Presidente angolano mostra-se incomodado

O presidente João Lourenço disse estar incomodado com as alterações à lei dos estrangeiros aprovadas pelo Parlamento português. Em entrevista conjunta à TVI e CNN Portugal, o chefe de Estado angolano recordou que, historicamente, Portugal também é um país de emigrantes, devendo, por tal, tratar “de forma adequada” os estrangeiros que procuram esse país. “Hoje são uns, amanhã são outros”, lembrou João Lourenço.

Ulisses em contra-mão

Posição diferente tem o primeiro-ministro Ulisses Correia e Silva, ao defender que as mudanças legislativas não significam que haja uma al-

teração substancial, quanto à CPLP e a Cabo Verde.

“Trata-se de uma matéria de soberania e de decisão legítima do Governo português”, disse UCS à agência Lusa. “Nós estivemos a fazer uma análise. Há algumas restrições, mas não significa que relativamente à CPLP, nomeadamente a Cabo Verde, haja uma alteração substancial de forma a piorar o quadro actual”.

Restringir acesso à cidadania e reduzir número de imigrantes

Restringir a obtenção da cidadania portuguesa e diminuir o número de pessoas que imigram para o país, é o argumento oficial para justificar a aprovação do pacote de alterações das leis da nacionalidade e imigração, aprovadas pela Assembleia da República de Portugal, no passado dia 16, e que se prevê venham a ter grande impac-

to junto dos imigrantes provenientes dos países da CPLP.

As novas regras para a imigração foram aprovadas pela coligação que suporta o Governo da Aliança Democrática (PSD e CDS, de direita) e pelo Chega, um partido de extrema-direita. A Iniciativa Liberal (direita) absteve-se, e as esquerdas (PS, Livre, PCP, BE e PAN) votaram contra.

De todo o modo, não é para já que a nova legislação irá entrar em vigor, porquanto a lei ainda está a ser analisada pelo presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, que tem sido pressionado pela esquerda e por instituições e personalidades da sociedade civil para exercer o seu direito de veto. Mas, independentemente da decisão de Marcelo, a lei só deverá regressar ao parlamento após as férias, em Setembro.

Na nova lei, alguns artigos se destacam, nomeadamente, a perda de cidadania portu-

guesa caso o imigrante cometa crimes graves e a dilatação do período de residência para efeitos do pedido de cidadania, cujo tempo se situava em cinco anos e, agora, passa para sete. Isto no que respeita a cidadãos da CPLP, porque, em relação aos outros, este período poderá ser fixado em dez anos.

A naturalização de filhos nascidos em Portugal deixa de ser automática, alargando o período em que o imigrante necessita de viver regularmente no país. Mas, também, termina com a possibilidade de autorização de residência para turistas brasileiros.

O projecto aprovado estabelece, ainda, a criação da Unidade Nacional de Estrangeiros e Fronteiras, uma nova força policial para fiscalizar a permanência de estrangeiros em solo português e, sendo caso disso, proceder a deportações.

Cimeira da CPLP

A ausência de Lula da Silva e de João Lourenço na XV Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, que integra a Cimeira da CPLP, ocorrida na passada semana, em Bissau, acentua o incómodo que a nova lei de imigração suscitou nestes países. Embora Angola ainda se tenha feito representar pelo ministro das Relações Exteriores, o Brasil apenas se fez representar por um quadro do Itamaraty, o Secretário para África e Oriente Médio.

Na conferência, que inaugurou a presidência da Guiné-Bissau, foi notada também a ausência do chefe de Estado português. Marcelo Rebelo de Sousa quis enfatizar recentes críticas ao regime da Guiné Equatorial, que acusou de violação dos direitos humanos, e marcar a sua oposição à conferência de Malabo, a acontecer daqui por dois anos, onde a presidência da CPLP ficaria nas mãos do referido país.

Nova tendência para a banca priorizar crédito a projectos verdes e sustentáveis



José Crespo de Carvalho, presidente da Comissão Executiva do ISCTE



Na prática, a ESG, é um conjunto de normas, critérios ou quesitos que servem para avaliar o desempenho da sustentabilidade de uma empresa ou de um projecto de investimentos, indo ao encontro aquilo que hoje em dia são as expectativas de um planeta cada vez mais saudável e sustentável para todos nós, face, por exemplo, às alterações climáticas e ao lixo, entre outros.

No mundo inteiro, as empresas, de uma forma geral, têm um impacto elevado na sustentabilidade do planeta. É neste sentido que surgiu, pela segunda vez, a oportunidade do BI abordar as questões ESG em Cabo Verde, desta feita associadas à competitividade das empresas.

Governos devem priorizar incentivos fiscais

Competitividade essa que José Crespo de Carvalho, presidente da Comissão Executiva do Instituto Universitário de Lisboa (do ISCTE), um dos oradores, admite estar cada vez associada às práticas ESG, reconhecendo, contudo, que as Pequenas e Médias Empresas (PME), que traduzem a realidade

Cada vez mais, a banca mostra-se predisposta a priorizar créditos a empresas ou projectos que estejam alinhados com as normas Environment Sustainability and Governance (ESG), que, em português, significa Ambiente, Sustentabilidade e Governança. Estas são algumas das conclusões saídas da 2ª Conferência sobre ESG promovida pelo Banco Interatlântico (BI), esta semana, na Praia. Cabeólica, Sita e Cabo Verde Airports são exemplos disso.

Gisela Coelho

de do tecido empresarial nacional, têm mais dificuldades em adoptar essas práticas.

Nesse contexto e espelhado nas conclusões da obra “101 vozes pela sustentabilidade”, compilada pelo ISCTE, esse especialista não tem dúvidas que os Estados terão de ter um papel nos incentivos às PME, para que possam seguir passos mais sustentáveis.

“Há duas formas em que os Governos podem apoiar. Primeiro através de incentivos fiscais, ou seja, projetos, formas de trabalhar, que sejam socialmente, ambientalmente

responsáveis, que sejam modelos de governo responsáveis, pois tem que haver um incentivo fiscal. Um incentivo fiscal traduz-se em IRC, traduz-se em imposto de selo, traduz-se em, se calhar, alguma isenção ao empregador, em determinadas condições de pagamentos ou de retenções sobre IRS, coisas deste género. Portanto é, no fundo, trabalho fiscal que qualquer governo deve fazer para incentivar que haja boas práticas. Outro lado, em segundo, é o próprio Estado ser adquirente apenas de empresas, que não se qualifiquem pelo preço

mais baixo, mas que apresentem condições de ESG que lhes sejam favoráveis, ou seja, que sejam favoráveis a um mundo melhor”, defendeu.

Neste sentido, contextualiza que se o Estado for o primeiro a dar o exemplo “é evidente” que irá motivar as empresas a fazerem o mesmo, caso contrário, “se o Estado não der o exemplo, é difícil”.

Este especialista, colocou ainda a tónica na importância da descarbonização e na economia circular, determinantes para o sucesso ambiental e de sustentabilidade no futuro.

Cabo Verde já dispõe de alguns incentivos para o sector

Já o Ministro da Promoção de Investimentos e Fomento Empresarial, Eurico Monteiro, que presidiu o evento, garantiu que o Governo já tem um quadro de incentivos fiscais que vai ao encontro às questões ESG, especialmente, em tudo que tem a ver “com as alterações climáticas, com a transição energética, mas também tem a ver com a economia circular, com as inovações tecnológicas”.

O governante afirmou que, inclusive, essas benefícios já se materializam a nível do desembaraço aduaneiro associado a estes temas.

“Cabo Verde já oferece um quadro fiscal competitivo, várias vantagens, créditos de imposto e, em alguns casos até, isenções, para além, como eu disse também, de várias vantagens do desembaraço aduaneiro para empresas que actuam neste setor. E eu creio, muitas



José Serra, Administrador do Banco Interatlântico

vezes, que nós temos alguma dificuldade em socializar suficientemente, mas a verdade, também, é que, hoje, essa legislação está disponível em diversos sites do Estado de Cabo Verde, no site da Cabo Verde Trade Invest, no Estatuto do Investidor Externo e no Código de Benefícios Fiscais. Nós podemos encontrar ali um conjunto de atractivos que vão no sentido de fomentar as empresas que têm esta preocupação com a neutralidade carbónica e com a economia circular, que, no fundo, estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Factores ESG na atribuição de crédito

Se por um lado os governos têm um papel determinante em incentivar as empresas a adoptarem práticas e projectos de investimento que estejam em consonância com as práticas ambientais sustentáveis, por outro lado, há cada vez mais uma maior consciência e predisposição da banca para priorizar crédito a projectos de investimento ESG, sublinhou, José Serra, Administrador do Banco Interatlântico.

“Se nós estivermos, por exemplo, perante duas empresas para financiar um complexo logístico, que prevê o aumento da sua capacidade de vendas, da sua actividade, e uma tem uma determinada abordagem, que tem, porventura, um financiamento mais reduzido, e a outra incorpora de base um conjunto de medidas que lhe

permite reduzir o consumo de energia eléctrica. Na prática, quando olhamos o business plan qual é a tendência na estrutura de custos que vamos ver em ambas as empresas? Qual a empresa que acham que um banco tem mais apetite para financiar?”, questiona, o Administrador do BI.

Neste contexto, a resposta é óbvia. Ou seja, a tendência é para a adopção da incorporação de factores ESG nos processos de análise e concessão de crédito. “O ranking ESG permite conferir uma notação sobre a viabilidade do projecto desse ponto de vista”, explicou José Serra.

Tendo também como base esta questão de uma maior tendência para a banca priorizar projectos mais amigos do ambiente e que privilegiem práticas ESG, Nuno Martins, Presidente do Conselho de Administração do Banco Interatlântico destacou a importância da conferência ter trazido bons exemplos de como é que a indústria em Cabo Verde também está a tratar os temas associados a estas práticas.

“Vemos pela complexidade de como estes temas são tratados, que, de facto, é preciso que haja instituições que estejam preparadas para abraçar estes problemas, estes desafios e estas propostas de investimento. Posso garantir que o BI é um banco que está preparado para servir os clientes e estar à altura daquilo que são estas novas tendências, que são já também referências e formas de trabalhar”, concluiu durante o encerramento do evento.

Cabeólica, SITA e Cabo Verde Airports, três exemplos de uma visão ESG

A Cabeólica, empresa privada de produção de energias renováveis, foi uma das empresas apresentadas enquanto preconizadora das normas ESG. A empresa há muito que é uma referência de boas práticas amigas do ambiente, até pela natureza do negócio.

Bruno Lopes, CEO, da empresa deu a conhecer um pouco daquilo que é a actividade da Cabeólica e o que ela representa para o sector das renováveis. Desde 2011, até à data, a Cabeólica representa cerca de 20% de toda a electricidade de Cabo Verde, mas já representamos 24% que é o máximo. Mas neste momento andamos à volta de 15% porque tem havido um aumento da procura e novos players”, explicou.

Os novos investimentos previstos deverão permitir que a empresa atinga os 30% de electricidade. “Temos em curso o projecto de expansão, produção e armazenamento da prestação de serviços à rede, que vai permitir aumentar a penetração da energia nessa rede”. Isto está ligado à aquisição de baterias, que vai permitir trazer ainda maior estabilização da rede. De notar que em algumas ilhas a Cabeólica atinge os 40% de penetração na rede eléctrica.

A SITA, empresa de tintas foi outro dos casos de sucesso apresentados, por estar também a implementar boas práticas amigas do ambiente e alinhadas com as questões ESG. Paulo Canuto, PCA da empresa destacou vários projectos. Entre eles, por exemplo, o facto da empresa ter 2% das viaturas eléctricas que circulam em Cabo Verde, além de iniciativas que visam reduzir o risco de desperdício ou de necessidade de reciclagem de materiais, uma vez que se trata de uma empresa de tintas. A existência de uma ETAR eficiente, que permite que com a lavagem de um

tanque utilizado na produção de uma tinta sirva para lavar 10 tanques, é um exemplo das iniciativas levadas a cabo.

De notar que o Grupo SITA é ainda proprietário da Lobosolar, uma empresa de energias renováveis que além de outros projectos, tem, por exemplo, iniciativas de utilização de energias limpas na agricultura. Casa do Meio, em Porto Novo, e São Lourenço dos Órgãos, em Santiago, são dois exemplos.

A mesma foi também responsável pela instalação dos painéis solares na nova sede do BI, permitindo uma poupança enorme na factura de electricidade. Segundo dados do BI, agora a empresa paga apenas 12% daquilo que era o custo com electricidade antes da utilização de energias limpas.

Também a Cabo Verde Airports, gerida pela VINCI, deu a conhecer algumas das iniciativas em curso em questões ESG.

Jorge Benchimol, PCA da empresa, destacou que a empresa tem dado prioridade às certificações nesta matéria, tendo já obtido a ISO141001 – Nível 1 – em 2024, relacionada com as questões das emissões de carbono. Até 2028, o objectivo é reduzir em 66% as emissões de carbono nos aeroportos de Cabo Verde e zero resíduos até 2050. A empresa tem apostado também nas energias renováveis para alimentar os aeroportos, tendo também em conta os elevados custos que uma infraestrutura aeroportuária agrega, especialmente em aeroportos internacionais. Segundo disse, os investimentos em curso neste campo vão permitir que 50% das necessidades do aeroporto do Sal sejam satisfeitas com recurso às energias limpas, 25% na Praia e São Vicente e 100% na Boa Vista.



Bruno Lopes



Paulo Canuto



Jorge Benchimol



São Vicente

Iraque, de lata para a dignidade: 302 novas habitações para gente sem casa

O bairro do Iraque começou a formar-se há duas décadas, nas bordas da lixeira municipal da Ribeira de Julião, como refúgio para famílias que já não encontravam lugar no planeamento urbano. Estima-se que cerca de 45 famílias se fixaram ali, muitas lideradas por mulheres chefes de agregado, idosos e trabalhadores informais que sobreviviam da reciclagem e da economia de subsistência a partir da lixeira.

“Eu nunca pensei que um dia iria ter uma casa digna”, diz Dona Júlia, moradora há 18 anos no Iraque. Para ela, a inauguração das novas casas é um sonho que se realiza.

O bairro do Iraque, um símbolo de pobreza e exclusão, renasce agora com esperança. Com a inauguração de 66 das 302 habitações sociais previstas, o terreno, que durante décadas foi sinónimo de marginalização urbana, entre chapas onduladas e montes de lixo, agora é palco de uma nova forma de vida.

João do Rosário

A comunidade

Com o apoio da MORA-BI, o projecto “Incluir Iraque” trouxe melhorias como hortas comunitárias, criação de animais, acesso a água potável e até uma pequena biblioteca infantil, onde o pequeno Kelvin, de nove anos, descobriu os super-heróis através dos livros doados por voluntários.

“Não temos parque, mas temos livros. Já li todos do

menino que vira super-herói. Eu também vou virar um”, diz entre risos tímidos, segurando uma capa feita de lençol.

Zuleica, de 16 anos, cruzava os bairros todos os dias para estudar no Liceu Jorge Barbosa. “Eu sempre sonhei em ter uma casa melhor, onde pudesse estudar e brincar com meus amigos sem ter que me preocupar com o teto que vazava ou o chão que era de terra”, diz ela. Agora, está

ansiosa para se mudar para a nova casa com sua família.

A transformação

Nos últimos meses, o bairro tem assistido a movimentos que indicam mudanças mais profundas. A campanha “Plantá Pa Cria”, promovida pelo artista Batches, angariou recursos e sensibilização para a instalação de um jardim infantil,

já em fase de estudo.

A ideia é garantir que, mesmo no novo modelo habitacional, as crianças continuem a ter espaços seguros de aprendizagem e lazer, uma exigência comunitária que não se perdeu com a inauguração.

A entrega das 302 novas casas promete elevar o padrão de vida dos beneficiários, garantindo condições básicas de infraestrutura como rede eléctrica, água potável e organização urbanística. Para muitos moradores, o maior ganho está no facto de, doravante, serem vistos, contabilizados, incluídos na cidade que antes os ignorava.

“Não é só casa. É saber que o Governo nos vê. Isso



muda tudo”, sublinha Freddy, técnico informal que repara frigoríficos com peças reaproveitadas e vídeos no telemóvel, agora futuro morador da Vila Clarinete.

Nádia, mãe de três filhos, criou-os com a ajuda da vizinhança e de uma cozinha a céu aberto. “Eu sempre lutei para dar o melhor para meus filhos, mas era difícil. Agora, com a nova casa, posso finalmente dar-lhes um lar digno”, diz ela, emocionada.

O futuro

Foram inauguradas 66 habitações sociais no Aldeamento Rozar, embora cerca de 30 ainda estejam em fase final de acabamento. O

primeiro-ministro anunciou a ampliação do projeto, que contará com mais 22 casas, totalizando 88 habitações, e um jardim infantil a ser construído por um empreiteiro.

O desafio pós-inauguração será evitar que o Iraque reformulado se transforme numa simples operação de cosmética urbana. Entre os escombros do passado e os alicerces do presente, o Iraque é palco de esperança. A construção das 302 casas previstas na globalidade é um passo importante nesse sentido.

Carlos, reformado da construção civil, resume: “Eu não tenho palavras para agradecer. Isso é um presente para nós, e vamos fazer o melhor uso dele”.

Hospital Baptista de Sousa inaugura nova maternidade e pediatria

No coração do Hospital Baptista de Sousa ergue-se agora o que o primeiro-ministro Ulisses Correia e Silva descreveu como “o maior investimento em saúde desde a Independência”. Trata-se de uma nova unidade de Maternidade e Pediatria com tecnologia avançada, 150 camas e capacidade para transformar os cuidados materno-infantis no país. Com 5.768 metros quadrados, quatro pisos e dez serviços especializados – entre urgência, bloco operatório, cuidados intensivos neonatais e pediátricos – o edifício foi construído com financiamento integral da República Popular da China, que vê na obra “um símbolo de amizade duradoura”, segundo o representante do Estado chinês, Zhang Yang.

Promessas que celebram vida

Durante a inauguração, Ulisses Correia e Silva apelou à valorização da maternidade como lugar de esperança: “Quem cuida da criança, cuida do futuro. Esta infraestrutura vem celebrar a vida, promover digni-

dade e reforçar a confiança no país”. Também a PCA do “Baptista de Sousa”, Helena Rebelo Rodrigues, enalteceu o projecto como humanista e transformador: “Este não é apenas um edifício. É um compromisso com cuidados dignos e humanizados. Para famílias, mulheres e crianças que merecem ser acolhidas com empatia e atenção.”

Centro Ambulatorial no horizonte

Na mesma cerimónia, o chefe do Governo abordou com a imprensa a questão da conclusão do Centro Ambulatorial do HBS, cuja espera se prolonga há anos. “Já vai tempo demais”, admitiu. “Está previsto ser inaugurado em Dezembro. É uma peça importante do sistema de saúde em São Vicente.”

Anunciou ainda que será apresentado em breve, na cidade da Praia, o projecto do novo Hospital Nacional, segundo ele, com especializações em cardiologia, oncologia, oftalmologia, neurocirurgia e ortotraumatologia.

JAR



Descolonização tardia na Nova Caledónia

Novo acordo pode levar à independência do arquipélago

Onovo país, constituído por uma dúzia de ilhas no Oceano Pacífico, terá competências próprias em matéria de relações internacionais, o que fará toda a diferença, para além de ser criada a nacionalidade caledoniana, mantendo ainda a nacionalidade francesa. Ou seja, passam os neo-caledonianos a poderem ter dupla nacionalidade. Mas há mais.

Está previsto um processo de transferência formal de competências nas áreas da justiça, ordem pública, da defesa e na emissão de moeda própria, caso exista uma maioria de três quintos no congresso, seguida da sua validação por um referendo. Se este processo for bem sucedido, os neo-caledonianos terão, finalmente, o seu Estado independente e com isto ser reconhecido pela comunidade internacional, um velho sonho para grande parte da população autóctone.

O acordo impõe uma situação de compromisso entre independentistas e situacionistas, que se vêm enfrentando, nos últimos anos. Cada uma das partes acaba por ver vantagens neste processo.

De acordo com analistas, nenhuma delas se pode dizer que sai lesada das negociações. A começar pela opção de colocar à votação a decisão pela independência, fazê-la passar por maioria exigida de três quintos, no congresso. Ou seja, qualquer resultado abaixo desse, impedirá esse objectivo maior. Por outro lado, a repartição dos assentos entre as províncias da ilha, no congresso, foi modificada de forma a favorecer a província Sul, na qual estão sub-representados aque-



Depois de 35 anos de impasse, os habitantes da Nova Caledónia dão um passo em frente na resolução da situação política em que caiu este território do Pacífico sob administração francesa. O acordo histórico assinado, no início deste mês, entre independentistas e situacionistas (Independentiste e Loyalist), vai permitir aos quase 300 mil habitantes deste 'Calhau', como é conhecido, sonhar com um futuro. A grande novidade deste acordo, quando já não se fala de descolonização, é a criação do Estado da Nova Caledónia, no seio da Constituição francesa.

Joaquim Arena

les que são contrários à independência.

Mudanças e adaptações na lei

Outra alteração introduzida foi a possibilidade de os eleitores com mais de 15 anos de residência, inscritos nos cadernos eleitorais, poderem votar nas eleições provinciais. Para já, ainda não se pode ter uma ideia concreta sobre a opinião da sociedade civil caledoniana sobre este acordo, pois este terá ainda de ser aprovado através de um referendo, a ter lugar em Fevereiro de 2026. No entanto, a via agora traçada, no que respeita ao 'status quo' destas ilhas, permite dizer que pela

primeira vez a possibilidade para os actores políticos e os cidadãos, em geral, com destaque para os empresários, de fazerem planos para o futuro.

Em declarações à imprensa francesa, Sylvain Brouard, director de pesquisas da Sciences Po, de Paris, defende que "mesmo se a transferência total da soberania tenha que passar ainda por um processo de maioria de votos e um referendo, já se sabe qual o caminho a seguir; já se sabe quais são as regras, quer em termos de nacionalidade ou de relações com o Estado francês".

O que é certo é que, para os observadores, a importância deste acordo é fundamental para o sector da economia

da ilha, que não passa por um bom momento. O sistema de segurança social e das reformas estão em grande dificuldade, com o PIB a cair mais de 20%, e a exploração do níquel, a principal actividade económica da NC, está em queda.

Por outro lado, as instituições caledonianas estão fortemente endividadadas e só o financiamento garantido por Paris é que a NC pode sair da situação em que se encontra. Quanto aos efeitos que este tipo de acordo possa vir a ter noutros Territórios Ultramarinos Franceses, Sylvain Brouard acha que ele poderá vir a ser um precedente importante a ser utilizado em negociações e reivindicações futuras.

"Apesar desses territórios serem diferentes entre si, não vejo porque não o possa vir a ser. Há alguma margem para que isso se venha a converter num modelo entre o Estado central francês e as periferias. É sabido como os movimentos independentistas e autonomistas mantêm relações estreitas", afirma.

O longo caminho dos Kanakas

Os Kanakas - como é conhecido o povo autóctone da Nova Caledónia - têm ligações com os corsos (Córsega) e os polinésios. Mas a situação da NC é muito singular, pois vem de uma polarização política e social muito forte, que não tem comparação com outro território francês. Para Sylvain Brouard, "esta poderá ser uma etapa rumo ao fim do padrão da gestão francesa dos seus territórios, especialmente os ultramarinos".

O longo processo de mais de 35 anos, na busca de uma solução entre as pretensões dos independentistas e as dos fiéis a França, recua aos acordos de Matignon (1988), a que se seguiu o de Noumea (nome da capital da ilha, em 1998). Mas o impasse levou este arquipélago a mergulhar num clima de violência, nos primeiros meses de 2024. Este novo acordo de Bougival, assinado no passado dia 12 de Julho, entre os independentistas defensores da autonomia da NC, e os lealistas, que defendem a manutenção do arquipélago dentro da República francesa, abre um novo período na história da relação de Paris com este território, herdado do tempo colonial.

Um estudo, nenhum rumo: o concurso da TACV, o espelho da desorientação estratégica



Américo Medina*

A Transportes Aéreos de Cabo Verde (TACV) acaba de anunciar, com visível esforço de mediatização, um novo “concurso internacional” para contratar consultores que elaborem uma estratégia de reposicionamento da companhia entre 2026 e 2031. Num primeiro olhar, sugere tratar-se de uma medida de gestão responsável — Afinal, planear é sempre melhor que improvisar! Mas basta um olhar mais atento para perceber que este anúncio é mais uma manobra de distração de uma companhia à deriva, usada como biombo político por um governo sem rumo no setor da aviação.

O concurso como sintoma, não solução

A primeira pergunta óbvia é: por que razão se anuncia um plano para 2026–2031 se a empresa deveria ter sido privatizada em 2024 ou, no mais tardar, em 2025, conforme os compromissos oficiais reiteradamente assumidos pelo próprio Governo? Ao invés disso, encomendam agora um terceiro plano estratégico, depois de dois anteriores falhados e um histórico de promessas incumpridas. É a institucionalização da procrastinação, vendida como planeamento, como convém em vésperas do debate sobre o Estado da Nação, onde o governo sabe que já não tem margem para novos floreios sobre a TACV – E com eleições à vista, é preciso criar a ilusão de que ainda há uma bússola. Este concurso surge como um instrumento de sobrevivência política, concebido para alimentar manchetes, preencher tempos de antena e dar argumentos à propaganda governamental, que precisa desesperadamente de sinais de ação, mesmo que vazios, num setor que só tem acumulado fracassos!

Planeamento estratégico com os pés fora do chão

Segundo o comunicado oficial, o estudo servirá para reposicionar a TACV num mercado mais competitivo pós-COVID - Ora, a pandemia terminou há mais de dois anos; companhias aéreas em todo o mundo, das

legacy às low-cost, não só voltaram ao mercado com força, como reestruturaram redes, ajustaram frotas, absorveram choques financeiros e reposicionaram as suas marcas. A TACV-Governo, por decisão política, ficou pregada no chão durante dois anos, perdeu slots valiosos em Lisboa e Paris, aeroportos americanos, cancelou rotas, entregou o mercado regional e internacional de bandeja e..., agora quer “analisar o mercado”?

Não estamos perante a prometida visão inovadora de 2016, nem perante uma reestruturação bem conseguida(!) – Estamos perante uma recauchutagem de promessas antigas e falhadas, embaladas de novo com linguagem técnica para encobrir o vazio operacional e o fracasso da governação do setor. E pior ainda(!): os custos operacionais das rotas internacionais atualmente exploradas pela TACV (sem retorno claro, sem escala e sem viabilidade comprovada) estão a ser financiados com dinheiro dos parceiros internacionais, verbas essas que deveriam estar a garantir ligações regulares entre as ilhas, assegurar a coesão territorial e permitir mobilidade básica aos cidadãos cabo-verdianos. O que se está a fazer, de forma silenciosa, é uma deslocação política de fundos de ajuda externa, traíndo o espírito dos acordos e agravando o desequilíbrio do setor.

Mais inquietante é o facto de que, o TdR não aborda a questão da solvência, é omissivo sobre qualquer mecanismo para viabilizar financeiramente a execução das futuras recomendações e está desalinhado com o contexto regional e global; ignora por completo os compromissos assumidos no âmbito do Mercado Único Africano de Transporte Aéreo (SAATM), a evolução tecnológica (digitalização, inteligência de dados, integração GDS/NDC), e as exigências de sustentabilidade e práticas ESG; também é omissivo sobre o imperativo da integração com os grandes centros de tráfego.

Contradições gritantes

O concurso menciona a importância da TACV no quadro do Plano

Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS), em particular para o suposto “hub do Sal”. Mas como é possível pensar em hub com uma companhia sem frota própria, sem escala, sem voos intercontinentais regulares e sem conectividade interilhas funcional?! A EasyJet, Transavia e outras operam livremente e com sucesso em Cabo Verde, enquanto a “companhia de bandeira” se limita a operar duas ou três ligações com baixa frequência e desempenho errático.

A alegação de que o plano vai “avaliar externalidades” e “impacto económico e social” também cai por terra quando se considera e se sabe que o maior impacto da TACV hoje é fiscal e não económico, que consome recursos públicos sem retorno mensurável. Convenhamos, a companhia não é vetor de desenvolvimento, é um passivo contingente que distorce as finanças públicas, como já alertaram o FMI, o GAO e o próprio Banco Mundial.

Com a indústria a mover-se de forma intensa e a nível global, a TACV-Governo continua sonâmbula! Neste exato momento, operadores internacionais com frota moderna, experiência de mercado e modelos comerciais sólidos estão a ocupar os espaços que a TACV abandonou e, estão a fazê-lo sem necessidade de subsídios do Estado, sem favores políticos e sem concursos de “visão estratégica” - Voam para lá onde há procura, onde há viabilidade e, estão a consolidar-se em Cabo Verde, não por mérito do Governo, mas apesar dele, como prova a aterragem da EasyJet nas rotas de Lisboa–Praia e Lisboa–Mindelo... : com 0,0 custos para o erário público, repito!

Governança ausente e captura institucional

O anúncio deste concurso é, sobretudo, revelador da ausência de governação responsável ao longo desses nove dolorosos (9!) anos. Num cenário institucional sério, qualquer tentativa de reestruturação da TACV passaria no mínimo por:

Auditorias independentes às contas e contratos;

Publicação de relatórios trimestrais de desempenho;

Revisão dos objetivos estratégicos com envolvimento do regulador e da sociedade civil;

Definição clara do papel da TACV: transportadora internacional, regional, interilhas, cargo ou apenas marca simbólica?

Estabelecimento de prazos vinculativos para privatização ou liquidação, com critérios de desempenho objetivos.

Nada disto foi pensado, feito ou tentado, nunca se conseguiu definir metas, nem cronogramas, tampouco critérios de avaliação e agora, somos “surpreendidos” com um concurso sacado dessa gasta cartola mágica, onde se pede consultores com “visão inovadora”, uma expressão vaga que serve apenas para mascarar a falta de rumo.

O voo da ilusão continua

É evidente que o voo da ilusão continua, a gestão da TACV-Governo tornou-se uma metáfora perfeita do que não se deve fazer com empresas públicas em setores estratégicos: politização, improviso, opacidade e uso propagandístico de decisões irrelevantes! Este novo concurso internacional não é o início de uma solução, é sim, a continuidade da ilusão, projetada para ocupar manchetes, calar críticos e alimentar as encenações no parlamento.

Enquanto o país se entretém com anúncios, estudos e “visões estratégicas”, o mercado organiza-se sem a TACV. E quando finalmente a realidade se impuser, como sempre acontece na aviação, perceberemos que não foi por falta de planos, mas por falta de coragem para decidir, e por incapacidade crónica de resistir à tentação de alimentar os “boys” com linguças, jobs e consultorias que apenas servem fins eleitorais e arranjos políticos

*Consultor em Aerospace

“É evidente que o voo da ilusão continua, a gestão da TACV-Governo tornou-se uma metáfora perfeita do que não se deve fazer com empresas públicas em setores estratégicos: politização, improviso, opacidade e uso propagandístico de decisões irrelevantes! Este novo concurso internacional não é o início de uma solução, é sim, a continuidade da ilusão, projetada para ocupar manchetes, calar críticos e alimentar as encenações no parlamento.”



Flora Lopes*

Tráfico de pessoas

Uma leitura sociológica e antropológica

O tráfico revela lacunas estruturais na organização social. O seu enfrentamento exige abordagens interdisciplinares, aliando sociologia, antropologia, recursos tecnológicos e, sobretudo, empatia.

O tráfico de pessoas é um crime invisível e transnacional que se alimenta das desigualdades sociais e da vulnerabilidade humana. Em Cabo Verde, compreender este fenómeno exige mais do que uma resposta repressiva: requer uma abordagem multidisciplinar que envolva a comunidade, profissionais de diversas áreas e uma consciência colectiva sobre os factores que o perpetuam.

Sociologia criminal: a sociedade que pune o que produz

Num contexto de desigualdade estrutural, verifica-se que o fenómeno da criminalidade não pode ser compreendido exclusivamente a partir das escolhas individuais dos intervenientes. A falta de acesso equitativo a serviços essenciais como a educação, a saúde, a habitação e o trabalho digno contribui para a marginalização de determinados grupos sociais. A resposta penal incide, assim, nos resultados de disfunções institucionais acumuladas ao longo do tempo.

A sociologia criminal explica esse paradoxo. Pensadores como Foucault, Wacquant e Baratta mostram como o Estado usa a punição para controlar corpos marginalizados, reforçando hierarquias raciais e sociais.

O tráfico de pessoas, por exemplo, revela:

- Vulnerabilidade social como porta de entrada;
- Ausência institucional que facilita a exploração;
- Normalização da ilegalidade sob o disfarce de trabalho informal.

Foucault aponta que o controlo social sustenta práticas de dominação mesmo sob uma fachada de legalidade. Nesse contexto, punir é menos sobre justiça — e mais sobre manter a ordem de um sistema que produz seus próprios condenados.

Antropologia: práticas culturais e invisibilidade

A Antropologia desvenda o papel das tradições locais na perpetuação do tráfico:

- **Costumes como escudo:** casamentos forçados e trabalho infantil são, por vezes, naturalizados;
- **Silenciamento social:** normas culturais dificultam denúncias e protegem agressores;
- **Redes simbólicas:** família e costumes podem tanto proteger quanto aprisionar vítimas.

Claude Lévi-Strauss ensina que vínculos sociais baseados na troca podem abrir espaço para exploração legitimada.

Investigação humanizada e interdisciplinar

O combate exige:

- Mapeamento sociocultural de zonas críticas;
- Entrevistas com vítimas e líderes comunitários;
- Estudo das redes criminosas e empresas envolvidas;
- Integração entre sociólogos, ops's (polícia nacional e judiciária), assistentes sociais e instituições públicas.

Cabo Verde: vulnerabilidade estratégica

A localização geográfica e o fluxo migratório tornam o país susceptível ao tráfico disfarçado de turismo ou emprego. A ausência de estatísticas mostra dificuldade de identificação, e não inexistência dos casos.

Do satélite à denúncia anónima, a tecnologia tornou-se parceira estratégica na resposta aos desafios criminais do século XXI

Ferramentas avançadas aumentam a eficácia:

- Geolocalização e satélites para rastrear rotas e zonas remotas;
- Big data para identificar padrões de aliciamento;

• Blockchain para rastrear cadeias produtivas com vínculos exploratórios;

- Redes sociais como campo investigativo;
- Plataformas de denúncia anónima para fortalecer vítimas;
- Capacitação local para uso ético da tecnologia;
- Cooperação internacional (INTERPOL, Europol) para intercâmbio de informação e formação.

Importa salientar que o rastreio digital, enquanto prática investigativa, encontra respaldo legal nas legislações de Cabo Verde e Portugal.

Conclusão: empatia e justiça social

O tráfico revela lacunas estruturais na organização social. O seu enfrentamento exige abordagens interdisciplinares, aliando sociologia, antropologia, recursos tecnológicos e, sobretudo, empatia. A escuta activa, políticas inclusivas e o fortalecimento da justiça social são instrumentos centrais para converter cada denúncia numa resposta colectiva e transformadora.

*Mestre em Direito e Prática Jurídica, Especialidade Jurídico-Forenses, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

PUB

A Nação
JORNAL INDEPENDENTE
Cabo Verde



Marcando a diferença
desde Setembro de 2007

Telefone: + 238 260 26 90 (PBX)
E-mail: jornal.anacao.cv@gmail.com
www.anacao.cv

Estado da Nação 2025 – ou o estado a que isto chegou



João Serra*

No ciclo eleitoral de 2016, o então partido da oposição prometia uma mudança radical. Falava-se numa rutura com o passado, na edificação de um país próspero, diversificado e inclusivo, com um sistema de saúde e de educação de excelência, um motor de desenvolvimento que ultrapassaria a dependência do turismo e das remessas de emigrantes, e com Cabo Verde a tornar-se num “hub” marítimo, aéreo e digital de referência. O slogan “Cabo Verde tem solução” ecoava como um mantra de redenção. Tudo isto, embrulhado num discurso de modernidade, de transparência e de despartidarização da Administração Pública (AP), seduziu o eleitorado e abriu caminho para uma alternância democrática legítima. Porém, a distância entre a promessa e a execução revela-se abissal.

Com efeito, volvidos mais de nove anos sobre a tomada de posse do Governo suportado pelo MpD, o balanço que se impõe é de desalento e descrença. A economia cabo-verdiana continua extremamente dependente do turismo e, por isso, muito vulnerável a choques externos, como os provocados pela pandemia de COVID-19 e pela guerra na Ucrânia. Embora estes eventos sejam significativos, não podem servir de desculpa perene para a ausência de estratégias de resiliência e diversificação efetivas, prometidas muito antes destes abalos. O propalado “milagre económico”, consubstanciado numa taxa média anual de crescimento de 7%, não se materializou; de 2016 a 2024, Cabo Verde cresceu a uma taxa média de apenas 3,33% ao ano. A dívida pública cresceu a um ritmo preocupante, não obstante o “rebasings” do PIB, comprometendo a sustentabilidade orçamental. O custo de vida disparou e o poder de compra das famílias erodiu-se significativamente, sem que este tivesse sido integralmente reposto e, muito menos, aumentado, como prometido.

Os grandes projetos estruturan-

tes parecem, em muitos casos, miragens adiadas ou redimensionadas para algo muito mais modesto do que o inicialmente alardeado. Neste particular, entre as promessas não cumpridas, destacam-se a construção do aeroporto internacional de Santo Antão, os prometidos aeroportos internacionais no Fogo e no Maio, bem como o Hospital Nacional e o programa de água e saneamento nos bairros periféricos da capital. Estas infraestruturas, que deveriam ter um impacto significativo na qualidade de vida dos cabo-verdianos, permanecem apenas no papel.

As oportunidades de emprego anunciadas, que deveriam proporcionar a criação de um total de 45.000 empregos dignos, esbarram num tecido empresarial débil, incapaz de absorver a mão-de-obra qualificada que o país forma, tendo sido criados, entre 2016 e 2024, uns míseros 4.429 empregos líquidos. Enquanto o Governo se vangloria do ligeiro decréscimo do desemprego, muitos jovens licenciados ou com formação profissional deparam-se com estágios não remunerados, empregos precários ou, sobretudo, com a emigração em massa.

Outro exemplo flagrante desta dissonância entre promessa e realidade situa-se no setor dos transportes. A trajetória da TACV, transformada em Cabo Verde Airlines e marcada por sucessivos planos de reestruturação, privatizações fracassadas e intervenções estatais onerosas, constitui um estudo de caso de gestão errática e de promessas incumpridas. O sonho de um “hub” aéreo pujante, capaz de conectar continentes, acabou por ficar suspenso entre a retórica e a pista de aterragem, provocando um impacto financeiro devastador para os contribuintes. Ademais, os transportes marítimos entre as ilhas tornaram-se um obstáculo ainda maior à coesão social e ao desenvolvimento do país, afetando sobremaneira a mobilidade dos cidadãos, a economia, o turismo e o comércio.

No setor da saúde, os hospitais continuam a carecer de equipamentos adequados e de pessoal especializado, mantendo listas de espera intermináveis e dependência de evacuações médicas para fora do país. As modernizações anunciadas têm caráter pontual e cosmético, sem sustentar uma estratégia de longo prazo que garanta acesso equitativo e sustentável aos cuidados. Na educação, os indicadores oficiais podem sugerir melhorias em certas áreas, mas a qualidade do ensino tem vindo a degradar-se, refletindo-se em défices de aprendizagem e na frustração de famílias e professores.

Ao contrário do prometido, a partidarização e o nepotismo na AP agravaram-se consideravelmente, tornando-se regra o compadrio, a criação de intermediários improdutivos e até certo parasitismo em favor de interesses políticos e pessoais, demonstrando quase total desprezo pela meritocracia, o descalo em relação à sociedade civil e gerando um ambiente de medo e de censura velada.

De igual modo, não se cumpriu a promessa de maior transparência na gestão da coisa pública, com o cenário atual a revelar um quadro muito mais complexo e, por vezes, perturbador, em que a confiança dos cidadãos nas instituições e a transparência na gestão dos recursos públicos têm vindo a declinar de forma acentuada.

Perante este cenário, em que as dificuldades se evidenciam e são sentidas na pele pelos cidadãos, assiste-se a um verdadeiro “martelamento estatístico”, no qual os dados oficiais são manipulados com precisão cirúrgica para favorecer a narrativa oficial. Para tanto, produzem-se indicadores cuja base não é atualizada há cerca de uma década, escolhem-se períodos de comparação ao milímetro e invocam-se rankings internacionais que pouco refletem a realidade do cidadão comum. Ou seja, a estatística – fer-

ramenta fundamental para a análise e o planeamento – é pervertida, transformando-se num instrumento de propaganda na tentativa de criar uma realidade paralela, mais confortável para o poder instituído.

Este “bombardeamento” de dados positivos, muitas vezes sem o devido contraditório ou análise crítica aprofundada nos espaços midiáticos, tem um efeito pernicioso: desacredita as próprias instituições produtoras de estatísticas e fomenta um cinismo generalizado. Quando a narrativa oficial se distancia ostensivamente do sentir popular, o cidadão sente-se não apenas ignorado, mas também, de certa forma, menosprezado na sua capacidade de discernimento. É como se a repetição exaustiva de “verdades” estatísticas fosse suficiente para apagar as dificuldades do dia a dia.

A governação não pode ser um exercício de propaganda permanente, em que a imagem se sobrepõe à substância. O respeito pela inteligência dos cidadãos passa por um diálogo franco, pela admissão das dificuldades e pela apresentação de soluções credíveis e exequíveis, em vez de uma postura de autoelogio constante e de planos megalómanos que raramente saem do papel ou se concretizam de forma mutilada.

Em suma, o Estado da Nação 2025 parece refém de uma visão que oscila entre o delírio de um futuro radiante, constantemente adiado, e a ofensa a uma inteligência coletiva que, apesar de tudo, sabe distinguir o discurso oficial da realidade palpável. Urge um banho de realismo, um compromisso genuíno com a verdade e uma governação que, de facto, coloque os cidadãos e a resolução dos seus problemas concretos no centro das prioridades, e não a manutenção de uma fachada de sucesso a qualquer custo.

Praia, 12 de julho de 2025

*Doutorado em Economia

O Estado da Nação 2025 parece refém de uma visão que oscila entre o delírio de um futuro radiante, constantemente adiado, e a ofensa a uma inteligência coletiva que, apesar de tudo, sabe distinguir o discurso oficial da realidade palpável. Urge um banho de realismo, um compromisso genuíno com a verdade e uma governação que, de facto, coloque os cidadãos e a resolução dos seus problemas concretos no centro das prioridades, e não a manutenção de uma fachada de sucesso a qualquer custo.



Germano Almeida

A nova ordem honorífica

O atual presidente, por larga maioria de razão, tem obrigação de saber que a acusação e condenação do Amadeu Oliveira pelo crime de atentado ao estado de direito democrático é simplesmente uma mesquinha vingança da corporação dos magistrados e acima de tudo uma vergonha nacional.

No dia 05 de julho de 2025 Cabo Verde festejou 50 anos de país livre e independente.

No dia 18 de julho de 2025 Amadeu Oliveira completou quatro anos de prisão efetiva.

A independência foi vastamente festejada por todos os cabo-verdianos, no país e na diáspora; a prisão do Amadeu foi lamentada por alguns amigos que se permitiram escrever sobre a iniquidade a que ele vem sendo sujeitado.

Todos estavam seguros que passados esses quatro anos de ter um homem preso “sem culpa formada”, tudo quanto é autoridade e poder nesta terra se reuniria para dizer, Bem, já basta de perversidade, esticamos esta corda demasiadamente e por demasiado tempo, já chega de exercer maldade sobre um homem que tem a dignidade de não se ajoelhar perante a forma vergonhosa como abusamos da nossa prepotência.

Não seria inédito. Aquando do chamado processo da reforma agrária e das exageradas e absurdas condenações que se lhe seguiram, foi por via de um perdão presidencial que se resolveu a cancaburra que os tribunais tinham criado. Tal como agora se inventou um crime de atentado ao estado de direito democrático para condenar o deputado Amadeu Oliveira, naquele tempo também foi inventada uma tentativa de golpe de estado para condenar aquela gente a pesadas penas de prisão.

O então presidente da República sabia que aquela acusação era absurda e agiu em conformidade. O atual presidente, por larga maioria de razão, tem obrigação de saber que a acusação e condenação do Amadeu Oliveira pelo crime de atentado ao estado de direito demo-

crático é simplesmente uma mesquinha vingança da corporação dos magistrados e acima de tudo uma vergonha nacional. Uma vergonha que nos põe a todos a ridículo, porque não existe qualificação na nomenclatura política para Estados que procedem desta forma tão contrária às leis, melhor, quando lei é simplesmente o que passar pela cabeça de cada agente do poder.

Ainda há poucos dias ouvi o presidente da República referir de si próprio como sendo um homem institucional. Porém, não posso deixar de lembrar o que ele escreveu no seu manifesto eleitoral: “O presidente da República tem à sua disposição mecanismos de amparo discretos, que podem revelar-se de grande utilidade e conforto. A magistratura de influência, o poder de persuasão, a sua capacidade de diálogo e de negociação são contribuições indispensáveis para a construção dos amplos consensos entre as forças vivas”...

Ora por mais institucional que um presidente possa ser, por mais que queira respeitar a independência dos tribunais, há limites que não deve ser permitido a ninguém de senso ultrapassar. Por exemplo, aceitar calado que um juiz prenda e mantenha em prisão um deputado à margem de qualquer lei; aceitar que um tribunal condene a sete anos de prisão um deputado, só porque sim, ele é deputado; aceitar que o tribunal constitucional viole a Constituição de forma descarada ao introduzir na ordem jurídica “costumes constitucionais contra a Constituição com força derogatória de normas constitucionais”. Em todos esses casos não há interpretação da lei, há sim pro-

positada adulteração da lei.

E tudo isso aconteceu e está acontecendo neste país que tem uma Ordem dos Advogados, que aparentemente tem grandes “defensores” dos direitos e das liberdades individuais, que felizmente, e ainda bem, tem um Wladimir Brito e, honra lhe seja feita, tem um José António dos Reis, longa vida a este homem de coragem e princípios e convicções que, desafiando os laços comestíveis que o ligam ao poder constituído, se atreve a dizer que o nosso chamado regime democrático é afinal totalitário. Pena ele ser um só!

E temos um presidente que no ato da sua investidura jurou defender a Constituição da República. Assim, e não querendo admitir que elegemos um presidente omissivo, a nossa única saída é pensar que ele está de acordo com essas práticas que consideramos nefastas.

Aliás, diz a moderna opinião pública, isto é, o Facebook, que ele se prepara para criar, ainda no âmbito dos festejos dos 50 anos, uma ordem honorífica para agradecer os Champions da democracia e muitos outros que se vão da lei da morte libertando. Há aqueles em que poder não teve a morte e que por isso mesmo e merecidamente veneramos, mas temos os outros que se esticam na ponta dos pés e levantam os braços, num esforço para serem vistos. Mas já é fama que todos os magistrados que intervieram no processo do deputado Amadeu Oliveira vão ser brevemente agraciados pela Nova Ordem Honorífica.

Ainda não se sabe como se chamará essa Ordem, porém será certamente de grande utilidade para nós outros que persistimos em pensar que,

no caso do advogado Amadeu Oliveira, todos os magistrados que nele tiveram atuação o fizeram de má-fé. Vamos pegar no exemplo do juiz Simão Santos. Muitos de nós estamos seguros que ele cometeu um crime de prevaricação ao ferrar na cadeia um deputado nacional, sem primeiro se assegurar que a Assembleia Nacional o tinha liberado para a Justiça. Mas o presidente da República aparentemente acha que ele agiu bem, até porque não durou muito ele foi elevado à dignidade de conselheiro do Supremo Tribunal. Muito bem! Mas se agora, com a criação dessa nova Ordem Honorífica, ele vier a ser condecorado, por exemplo, com o 1º grau da Ordem, invocando os relevantes serviços prestados aos seus colegas magistrados na renhida luta que travaram contra o advogado/deputado Amadeu Oliveira, tudo ficará claro e nós convencidos, o presidente falou, magister dixit, e aí nós engolimos. A mesma coisa aliás para o Tribunal Constitucional que operou o milagre de transformar água em vinho, não, não foi isso, foi um milagre de muito maior envergadura, em que essa de água em vinho mais parece uma brincadeira. Porque o Tribunal Constitucional, numa série de cambalhotas que nada tiveram de jurídico, mas festejadas como tal, obteve o milagre de transformar falsos costumes ditos constitucionais em normas que derrogaram a Constituição. De caminho pensa ter salvo a honra do Parlamento, sem minimamente se importar com a crucificação do deputado Amadeu Oliveira. De modo que, à falta de melhor, essa Justiça merece ser louvada e encomiada e condecorada.



Alto 'standing'

Durante uma vistoria, a coitada da AdS, empresa de águas de Santiago, pegou, com a boca na torneira, vários edifícios “de alto padrão” no Palmarejo Grande, com milhares de toneladas de água desviada da rede pública. O desfalque é tamanho, que daria para abastecer, por semanas, zonas residenciais inteiras da Praia. Há quem fique espantado, porém, não é novidade, e as estatísticas mostram isso: no tocante ao roubo de água e energia, os ditos bairros de gente rica, de ‘salto standing’, não deixam os seus créditos em mãos alheias. O roubo do precioso líquido, em Cabo Verde, não é só coisa do pobre Zé Povinho.



Amor pa Xiku

Foi só prometer passagens aéreas a 5 contos que o Xiku, candidato a PM, conquistou o coração de muitos cabo-verdianos. E como uma imagem vale mais do que mil palavras, este seu admirador decidiu mostrar, na pele, o tamanho da sua fé, tatuando, no braço, o rosto de Francisco Carvalho. ZIG só não faz igual porque tem medo de agulha e também do que pode estar a caminho... Trocando por miúdos, depois da decepção, a chatice que será apagar o tatoo.

Chic e cheia de Esperança

Na inauguração da nova Maternidade do Mindelo, como bom crioulo, ZIG lá estava, cheio de orgulho e fé, porque afinal São Vicente também é Cabo Verde. A fita cortou-se com sorrisos, aplausos e discursos, mas foi no meio da multidão que se ouviu a verdadeira pérola do dia. A voz vinha de Joana, figura mítica e intérprete extra-oficial da alma mindelense. “Tá tud chic!”, exclamou ela em alto e bom tom. “Agora, M tá sperá kes lofa daques médic ma enfermer ka ta dá cob dakes máquina. Txa-m’ vra nha boca pra lá prop”. Como se pode ver, a Maternidade pode ser nova, mas a Esperança, esta, é antiga e exige manutenção regular.

Chaves invisíveis

Enquanto a multidão ainda vibrava com o brilho da nova Maternidade, com vontade de fazer uso da mesma, nestes tempos em que o país vai precisar de muitos cabo-verdianos para votar, no dia seguinte ZIG cruzou a ilha e deu um outro ajuntamento – desta vez diante das “novas” casas sociais. Com tinta fresca nas paredes, cheiro de cimento no ar, os discursos continuavam: “Compromisso com a habitação digna”, dizia o megafone. Mas faltava uma coisa. Aliás, duas: chaves e acabamentos. Sempre atento à alma do povo, ZIG ouviu a tia Custódia, com sua blusa florida e olhar atravessado, largar uma bomba suave: “Ess governo tá forte. Até inaugurá casa sem entregá tchav. É pa morá na imaginação?” Quem ouviu, sorriu...

Morte aos traidores!

Primeiro, era o “Manual do PAICV”, esse atentando à nossa democracia, que logo caiu no descrédito, por fazer lembrar maldades antigas da onda banda... Agora, retomam-se teorias da conspiração. Na sua rede social, um alto ventoinha alerta para “quem tenta fragilizar” Ulisses Correia e Silva, logo seguido de comentários acoçando putativos traidores, submarinos e outras espécies, muito à imagem das narrativas mussolinianas, franquistas e salazaristas. Só falta rematar com um sugestivo: Morte aos traidores!

Depois não se queixem

De todo o modo, como todas as teorias da conspiração, a do tal maioral ventoinha também tem a sua: dá a conhecer que afinal o MpD também tem o seu “manual da maldade e da crueldade”, consistindo o dito cujo na tática de disparar para todos os lados e, mais preocupante ainda, para os próprios pés. Mas, tão excitada que a malta anda com esta “pré-pré” campanha que nem se apercebe da tática suicidária. ZIG, sempre preocupado com o futuro de quem vive da política, tratou de avisar a tempo para o disparate, depois não se queixem...

Um toque argentino... em Angola

De Angola vem-nos esta preciosidade para mostrar o que é comemorar os 50 anos de Independência. O Estado vai desembolsar 20 milhões de dólares para pôr a selecção argentina a enfrentar os Palancas Negras num amistoso marcado para 14 de Novembro em Luanda. Só para garantir a presença de Messi a federação vai pagar mais de 4 milhões de dólares. Num país com muito humor, havendo até apelos para que os argentinos desistam de ir a Angola, um internauta angolano escreveu, para acalmar os seus compatriotas: “Mandeí mensagem no Messi ele disse não sabe o que dizer, vai ainda falar com os colegas dele e depois vai me dar um toque”.





GARANTIA

SEGUROS



GARANTA QUE FAZ O QUE MAIS GOSTA SEM PREOCUPAÇÕES.

Quer a sua paixão seja correr, nadar ou até pintar, o importante é aproveitar esse tempo livre ao máximo. Por isso, criámos o Garantia Acidentes Pessoais Individual, um seguro que o protege nas atividades de lazer, quando os seguros obrigatórios não o cobrem. Assim, é garantido que desfruta do momento.

Juntos para que as paixões não parem.

Contacte-nos e saiba mais sobre este produto.

garantia.cv    

GARANTIA
ACIDENTES
PESSOAIS
INDIVIDUAL

Esta informação não dispensa a consulta da informação pré-contratual e contratual legalmente exigida.

Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. - Matrícula N.º 13 - Sede: Chã de Areia,
C.P. 138 – Praia, Cabo Verde • NIF: 200110322 • Capital Social: 400.000.000 CVE • www.garantia.cv
Telefone: (238) 260 86 00



FIDELIDADE
SEGUROS
DESDE 1808

Etc.



Kiki Lima (1953-2025)

Obituário

Adeus a Kiki Lima, o músico e pintor do quotidiano das ilhas



OBITUÁRIO

Não nasceu na Boa Vista - de onde é oriunda a família, como muitos pensam -, mas sim em Santo Antão, na Ponta do Sol, em 1953, onde os pais na altura viviam. O nome de baptismo, Euclides Eustáquio Lima poderia ficar bem a um advogado, juiz, ou diplomata, caso tivesse seguido o curso de Direito.

Depois de ter experimentado o sindicalismo, em São Vicente, por altura e nos primeiros anos da independência, Kiki Lima também podia ter prosseguido uma carreira profissional na música, de violão o peito e sorriso no rosto - como provam as muitas fotografias, das suas actuações. Mas escolheu De-

Pintou e cantou Cabo Verde, numa voz fina e em cores vivas, trazendo o dia a dia de homens e mulheres das ilhas para a tela. No traço trazia a musicalidade, o riso e os gestos que constroem a identidade do povo das ilhas. Cabo Verde perde um dos seus mais representativos criadores e intérpretes.

Joaquim Arena

sign de Comunicação pela Faculdade de Belas-Artes de Lisboa, depois de outros cursos de artes plásticas. E por ali foi, mas sem abandonar totalmente a música.

O seu legado, neste campo, é mais escasso se comparado à pintura: apenas dois discos Tchuva (1985) e Midj ma Tambor (1987). Mas não menos importante. O pri-

meiro disco, com letra e música do próprio Kiki Lima e de compositores da Boa Vista, contou com Paulino Vieira na orquestração.

Na pintura da capa de Tchuva, um trabalhador rural e a árvore resistem ao vento forte, unidos na resiliência dos seres vivos face à estiagem. A música terá sido a primeira paixão ou ocupa-

do um lugar primordial no seu olhar, desde cedo. Um compromisso visível no investimento artístico e antropológico do músico na escolha dos estilos musicais e seu tratamento.

São dois discos de cuidada imersão nos estilos mais tradicionais, na voz fina de Kiki Lima. A essas duas contribuições de grande impor-

tância, mas que parecem ter caído, ultimamente, no esquecimento, junta-se a primeira, Sarapilheira, de 1982, gravada ainda em cassete, na Praia.

Mas é importante referir que estes trabalhos chegam após a sua passagem por vários grupos musicais, no Mindelo: West Side, The Robbins, Os Crioulos, Os Alegres, Os Caites. Mas apesar de já pintar desde 1974, muitos descubram o Kiki Lima pintor e os seus quadros, em 1981, quando ele organiza a Semana de Arte Integrada, na galeria Nho Djunga, no Mindelo, que contou com palavras elogiosas e de estímulo do escritor António Aurélio Gonçalves.

E, no ano seguinte, é a vez

da cidade da Praia, com uma exposição da sua pintura no átrio do Palácio da Justiça. Em 1983, parte para Lisboa com uma bolsa de estudos, para estudar Direito. Mas em 1990 vamos encontrá-lo não num escritório ou tribunal, mas no seu atelier.

A confirmação do artista plástico

Por esta altura, o seu nome e o seu trabalho já são conhecidos publicamente, levando-o a abrir uma galeria de arte, Kitraço, em Oeiras. Embora menos conhecida, Kiki Lima também alimentou uma veia de historiador da música de Cabo Verde e de instrumentos musicais das ilhas.

No seu apartamento de Massamá, na Grande Lisboa, guardava na gaveta

esse projecto já bem iniciado, que era uma viagem pelos instrumentos musicais utilizados em Cabo Verde e a sua história. Portanto, o Kiki Lima músico e o pintor, ou artista plástico, sempre conviveram bem.

Dos seus quadros, os mais conhecidos e que estão em salões, galerias particulares e de instituições, em vários pontos do mundo, são os que captam cenas do quotidiano urbano e rural das ilhas: peixeiras, homens que jogam uril, meninos que correm arco, mulheres que 'colam' sanjon, em pinceladas vivas e ricas de cores e movimento. Como um 'frame', um pedaço de vida captado pelo olhar do artista.

De regresso a São Vicente, em 2005, Kiki Lima recuperou a antiga casa da família, perto da Praça Nova,

a Caza da Ajinha, e transformou-a num projecto cultural: um salão de chá, recuperando a tradição, com doces e iguarias tradicionais, e na cave, uma loja de materiais de pintura. E no terraço, um espaço para tocatinas nas noites tropicais do Mindelo.

Com o seu desaparecimento, fica o seu traço muito particular, e por isso inconfundível, na cultura de Cabo Verde, nas músicas que gravou, nos quadros que pintou, ambos reflectindo a vida e o quotidiano do povo das ilhas. Em 2019, o músico e artista plástico celebrou os seus 50 anos de carreira com a exposição "50 anos de musicalidade pictórica", realizada no Palácio da Cultura Ildo Lobo. Kiki Lima faleceu em Lisboa, no passado domingo, dia 20, aos 72 anos, vítima de doença.



Reacções



José Maria Neves

Reagindo ao desaparecimento de Kiki Lima, José Maria Neves escreveu, na página da Presidência da República: "Considerado por muitos como um dos

maiores pintores cabo-verdianos de todos os tempos, Kiki Lima foi um verdadeiro 'embaixador' da cultura das ilhas, cuja paixão e dedicação à arte inspiraram gerações".

Governo

Por seu lado, o Governo reagiu à notícia através de uma nota do Ministério da Cultura, afirmando que se perde "um embaixador da cultura cabo-verdiana, cruzando linguagens visuais com a música e o design". A nota assinala ainda: "Figura incontornável da cultura nacional, Kiki Lima, uma das maiores referências das artes plásticas de Cabo Verde, possuiu uma carreira notável marcada por uma criatividade vibrante, um estilo único e uma entrega total à arte e à identidade cabo-verdiana."



Tchalé Figueira

O pintor Tchalé Figueira escreveu na sua página de Facebook: "Há momentos em que as palavras não bastam para exprimir aquilo que nos vai na alma. Principalmente quando morre um amigo e colega Artista. (...) Sua pintura é o retrato da nossa sociedade Crioula em tonalidades quentes do azul do mar ao amarelo solar e diversos temas que direi etnológicos da diversidade cultural deste nosso país: do pescador ao vagabundo, das meninhas bonitas, da pequena burguesia, das festas juninas, do batuque, etc. E não posso aqui esquecer das suas composições, muitas com letras de cariz de crítica social, gravadas na voz de Dudu Araújo. O círculo de Kiki Lima hoje fechou-se, mas para Cabo Verde este Artista deixa uma grande herança pictórica e musical que fica para a memória da nossa identidade."

100 anos de Nha Nácia Gomi

O 'tereru' como centro do mundo

Talvez tenha sido a última memória de Nha Nácia Gomi, antes de morrer, em 2011, aos 85 anos, esse dia de 1940 em que se entusiasmou, entrou no tereru e destronou a conhecida cantadeira Nha Tcheca Oliveira, durante um casamento. A jovem Maria Inácia Gomes Correia, de São Miguel, Ribeira do Principal, tinha apenas 15 anos e não podia adivinhar o que lhe vinha de acontecer. Assim começa a história da maior cantadeira de finason, que no passado dia 18 faria 100 anos.

Joaquim Arena

Dizem que foi a ousadia e o topete que levaram Maria Inácia a encontrar-se com o seu destino. E ninguém em redor, nesse tereru, teve a mínima dúvida de que uma nova cantadeira de batuko e finason acabava de nascer ali. E dali para a frente e apesar de nunca se ter sentado num banco da escola, Maria Inácia revelou ser detentora de uma memória invejável - condição essencial para uma cantadeira de batuko. Para além disso, descobriu nela uma criatividade precoce e um talento especial no canto, que cedo a tornaria uma referência na sua região e em toda a ilha de Santiago.

A isso junta-se o olhar, a curiosidade e o melhor que ela colheu da sua experiência de vida. Ao todo foram 75 anos dedicados ao batuko e ao finason, um contributo inestimável e sem paralelo na cultura popular da ilha de Santiago. E no passado dia 18, completaram-se 100 anos do seu nascimento.

Esse foi mais um dos centenários que o país celebra, de homens e mulheres nascidos nesse início do século XX, em épocas de muita dificuldade, mas que a seu jeito souberam contorná-las e fazer disso alimento cultural de uma forma



particular de vida.

O improvisado exigido pelo finason poderá ter uma das suas raízes na busca de soluções para as agruras e dificuldades do dia a dia. Mas também numa forma de se ir construindo os dias, reunindo conselhos e ensinamentos, como aquele que fez com que a jovem Maria Inácia, nesse dia do casamento, tivesse de cantar até de madrugada, para poder abandonar o tereru.

Nha Nácia Gomi e outras cantoras e cantores de finason mantém viva essa ligação aos valores tradicionais. Foi guardiã da memória colectiva que, através da música, do ritmo e das palavras, faz da religiosidade do povo e das práticas tradicionais, o 'livro' de vida - e do tereru o lugar da sua celebração.

Poetisa, profetisa, cantadeira, batucadeira

Uma espécie de liturgia que enraiza nas culturas po-

pulares dos países da África Ocidental, permitindo uma viagem aos primeiros tempos da colonização. Por estes últimos dias, na localidade de Pedra Badejo, recordou-se o centenário de Nha Nácia Gomi, numa conferência, onde foi descrita como "poetisa, profetisa, cantadeira, batucadeira" analfabeta que deixou legado de valor "incalculável", pelo investigador e antropólogo Arlindo Mendes.

Localmente, ninguém ignora quem foi esta figura. E na toponímia municipal de Santa Cruz, o nome e a memória de Nácia Gomi estão presentes no Salão Nobre Nha Nácia Gomi, da autarquia, num busto, numa rua e numa rotunda, atestando o orgulho do concelho nessa sua filha.

A 31ª edição do Festival de Música de Areia Grande, realizado localmente, prestou-lhe também homenagem. E, segundo o presidente da Câmara de Santa Cruz, Carlos

"Sueki" Silva, o município pretende ainda criar um Museu Nha Nácia Gomi.

O evento, em hora e memória da maior cantadeira de finason, incluiu a apresentação de grupos tradicionais, oficinas de ritmo e dança e ainda debates sobre o "papel do batuko na sociedade e da economia criativa."

Nha Nácia Gomi viveu a maior parte da sua vida em Ribeira Seca, com o marido, uma filha e os netos. Em reconhecimento da sua contribuição para a cultura de Cabo Verde, a companhia aérea nacional TACV baptizou um dos seus aviões com o seu nome. E em 1997, em parceria com outras instituições, ofereceu à cantadeira uma casa em Achada Fátima, Pedra Badejo.

Apesar de conhecida na sua região, é a partir dos anos de 1980, através da recolha feita pelo investigador Tomé Varela da Silva, que a voz e as cantigas de Nácia Gomi são registadas, pela primei-

ra vez. Dali resultou o livro *Finasons di Nha Nácia Gomi* (1988).

A cantora levaria ainda o seu finason para os palcos da Expo 92, em Sevilha, o festival do Museu Smithsonian, em Washington (1995) e a Expo Universal de Lisboa, em 1998. Mas antes disso, em 1994, dois dos seus finasons são incluídos no CD 'Music from Cape Verde', editado na Suécia. Mas uma das mais conhecidas e mais escutadas interpretações suas surge na música 'Ah, Nácia Gomi', dos Ferro Gaita, no disco *Rei di Tabanka*.

Nha Nácia Gomi faleceu a 3 de Fevereiro de 2011, aos 85 anos. Talvez tivesse feito uma última viagem ao seu primeiro tereru, naquele casamento, lembrando a Nha Tcheca Oliveira que "tereru ka di meu, ka di nhos", em resposta à frase da velha cantadeira, "hora ki tubaron ta entra na porto, tchitcharo tem ki sai".



Anos imediatamente pré e pós-independência¹

¹ O foco está no concelho e cidade da Praia.

Nesses períodos emergiram e sobressaiu duas classes de pessoas: 1) os maratonistas; e 2) os velocistas. Dois extremos de um continuum obviamente permeado por subclasses.

Ensaia e apresentar um relato minucioso e de cobertura abrangente e compreensiva dos eventos desses períodos tem pouco sentido e défice de justificativo aqui. Muitos eventos, circunstâncias e sensibilidades têm de ficar de fora por questão de espaço e outros, porque deturpados, desvirtuados e, por vezes, convenientemente editados - seja subvalorizando-os seja sobrevalorizando-os - têm também de ficar de fora. A escolha é árdua e é controversa.

Os maratonistas são planificados. São detentores de muito ardor e postura muitas vezes determinados por esforços concentrados. Entendem e aguardam por uma longa corrida. O longo prazo solidifica a sua serenidade, clareza de espírito, paciência e augura um futuro sólido e seguro para todos.

Os velocistas abraçam o immediatismo. O mote é “Independência Já-Já”. Querem ver resultados e/ou efeitos produzidos ou derivados de uma política radical de mudanças que fervorosamente advogam e querem ver executada sem delonga, sem intervalo no tempo e no espaço. Velocistas radicais (usurpando o poder de julgar) praticam atos de retribuição e de vingança na via pública e saem impunes, vitoriosos. Obstáculos reais e imaginários tornados-reais foram derrubados e outros desenraizados.

Esse immediatismo gerou hostili-

dade relativamente a algumas instituições e ao primado da lei. A Polícia perde voz, autoridade e vez e, acima de tudo, credibilidade junto das pessoas. Justiça na via pública foi apresentada às pessoas em jeito de incutir respeito e instituir uma nova normalização das coisas.

Algumas das mudanças advogadas e atuações drásticas executadas nesse sentido revelaram-se potencialmente danosas. A “fuga” do saber-fazer, juntamente com a experiência, através da janela da emigração causa incertezas, mazelas e dissonâncias junto das famílias e do comum dos cidadãos.

Há a reconhecer que foi um período interno e externo favorável aos velocistas. A esmagadora maioria primava pela independência. A experiência administrativa renasce bem depois do caos gerado por essa atuação. Ela ganha dinâmica com a onda (inicialmente) “benigna” de assistência técnica externa.

Os maratonistas perdem frente aos velocistas neste primeiro período. Com a agoniação da colonização a independência chega como terapia, fortemente consubstanciada pelo amplo e sólido apoio internacional.

Independência ganha...

Os velocistas criam um culto ao poder instalado. É claro que nem todos os velocistas são verdadeiros crentes. Alguns, demasiado medrosos para se fazer ouvir, expressar ideias diferentes fingem ser verdadeiros crentes, projetam a imagem de crentes fervorosos. Metamorfo-

seiam-se em pouco mais que agentes bajuladores do recém-nascido Estado, cujo trabalho é elogiar, honrar e obedecer aos comandos sem se importar com a legalidade ou ilegalidade dos mesmos. Mas, no interior de quatro paredes, a sua argumentação muda.

Neste segundo período confrontos e divergências de opiniões entre maratonistas e velocistas eclodem com mais assiduidade e vigor. Toda observação seja ela banal e/ou crítica fundamentada - velada ou não - ao sistema é alvo de contra-argumento raivoso dos velocistas. Naturalmente, passam pelo crivo fino da censura todas as observações, ideias e argumentos. As críticas homologadas e apelidadas construtivas, raramente são acatadas e inseridas em orientações devido à sua origem maratonista interna e externa às superestruturas montadas.

O contra-argumento dos velocistas sai sempre imbuído de apoucamento do ousado crítico; vem rotulado com nomes impróprios, estranhos e, muitas vezes, acompanhado de acusação de reacionário (sem fundamento em provas). Vezes sem conta o visado, familiares e amigos mais próximos ficam atribulados. O amesquinhado tem de fazer mea culpa para se safar do “Quem és tu para criticares o nosso venerado líder?”

Possíveis comentários e críticas provocativos direcionados para uma efetiva separação de poderes e liberdade e direito de expressão livre de ideias e argumentos não geraram muitas manchetes e outros nem saíram das quatro pare-

des. Provavelmente, a maioria desses comentários e críticas ficou circunscrita a determinados grupos onde se revelou silenciosa e cuidadosamente formulada.

O tempo vem a retificar esta postura e então, tais comentários e críticas tornam-se mais comuns e ganham adeptos. Com a abertura política (fortemente impulsionada do exterior) e multipartidarismo nascente vale a pena apreciar o grau em que alguns velocistas moderados a progressistas (nos poderes legislativo, executivo e judicial e nas estruturas partidárias) começam a estabelecer alguma distância - não muita, mas discernível - entre eles próprios e os exageros do regime político implantado. Esses são sinais de posicionamentos afastados dos extremos do continuum “velocistas - maratonistas”.

A exigência ou (será mesmo?) imposição de lealdade inabalável de todos à cúpula partidária-estatal passa a espécie ameaçada de extinção em plano inclinado. O mote (mais ou menos nestes termos): “Se quisermos a tua opinião, somos nós quem ta dá” igualmente passa a espécie rara ameaçada de extinção breve.

Atualmente, num ambiente multipartidário, fissuras visíveis no interior do muro dos diferentes partidos sinalizam a presença de uma pressão dos seus eleitores para se enfrentar e adotar mudanças consensuais. Nestas circunstâncias o que mais importa é prosseguir serenamente com a consolidação da democracia e aguardar ações significativas nesse sentido.

JP - 23 de fevereiro de 2025



João Pires

Nesses períodos emergiram e sobressaiu duas classes de pessoas: 1) os maratonistas; e 2) os velocistas. Dois extremos de um continuum obviamente permeado por subclasses. (...) Os velocistas criam um culto ao poder instalado. É claro que nem todos os velocistas são verdadeiros crentes. Alguns, demasiado medrosos para se fazer ouvir, expressar ideias diferentes fingem ser verdadeiros crentes, projetam a imagem de crentes fervorosos. Metamorfoseiam-se em pouco mais que agentes bajuladores do recém-nascido Estado (...)

PUB



Navegue sem intermediários

www.anacao.cv



Ana Maria Gonçalves

A primeira escritora negra eleita para Academia Brasileira de Letras

Aos 55 anos, Ana Maria Gonçalves torna-se na primeira mulher de letras negra a ser eleita para a Academia Brasileira de Letras (ABL), desde a sua fundação, há 128 anos. A escritora irá ocupar a cadeira número 33, depois de ter sido eleita por 30 votos dos 31 possíveis, numa vaga aberta desde a morte do gramático Evandro Bechara, em Maio deste ano. Trata-se de um marco importante na história da ABL, mas mais ainda na história do Brasil e dos milhões de homens e mulheres de afro-brasileiros, que compõem o tecido social do país.

Joaquim Arena

As reacções não se fizeram esperar, a começar pela pesquisadora Maíá Luana Moraes, da USP, que em 2023 concluiu um mestrado sobre o livro *Um defeito de Cor*, a obra mais conhecida de Ana Maria Gonçalves: “Estamos diante de uma ironia histórica que não pode ser ignorada: a ABL foi fundada por um escritor negro, Machado de Assis. Um dos maiores nomes da nossa literatura, cuja negritude foi por muito tempo invisibilizada, como ocorre com tantos autores negros. É simbólico - e também reparador - que a escritora negra Ana Maria Gonçalves, finalmente ocupe um lugar entre os imortais.”

Para a professora Antonia Quintão, presidente do Gledês - Instituto da Mulher Negra, esta eleição “é um marco histórico que rompe

o silêncio e a invisibilidade que por séculos marcaram a presença de mulheres negras no cenário literário e intelectual brasileiro.” Esta mesma professora lembra, num depoimento para o *Jornal da USP*, como o romance *Um defeito de Cor*, da recém eleita, ficou em primeiro lugar numa lista elaborada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, em que 101 especialistas escolheram os melhores livros de literatura brasileira do século XXI.

Defende ainda Antonia Quintão que, ao incluir uma mulher negra em seu quadro, a ABL poderá aprofundar a sua análise sobre a pluralidade étnico-racial que compõe o Brasil. “Essa nomeação enriquece e fortalece a Academia Brasileira de Letras, repara simbolicamente uma dívida histórica e inspira jovens negras e ne-





Conceição Evaristo



Djamila Ribeiro

gros ao se verem como protagonistas da literatura e da cultura brasileiras”. E destaca ainda as palavras de outra escritora, também negra: “Com muita sabedoria nos ensina Conceição Evaristo: o importante não é ser o primeiro ou a primeira, o importante é abrir caminhos.”

Reconhecimento tardio

Para outra professora da USP, Rosângela Sarteschi, a presença de Ana Maria Gonçalves na ABL traz a possibilidade de um novo olhar para dentro da Academia. “Reconhecimento tardio, porém simbólico da relevância da literatura negra na formação do imaginário e da identidade brasileira”,

cita a docente.

E vai mais longe, ao afirmar que esta eleição de Maria Gonçalves, assim como a de Airton Krenak, escritor indígena, “representam uma mudança não apenas estética, mas ética e política dentro da ABL”.

A eleição da primeira escritora negra, para estas professoras, significa mais uma voz que traz outras formas de “ver e contar o Brasil”. Podem abrir espaço para uma academia “mais plural, mais conectadas com as urgências sociais e com nossa diversidade cultural”, afirma.

Em declarações suas, publicadas nas redes sociais da ABL, Ana Maria Gonçalves, a nova académica, afirmou: “Entrar para a ABL é

um acalanto na minininha leitora que eu fui e que ouvi que, na biblioteca pública do interior de Minas Gerais, já não havia mais livros para ela ler. A minha eleição representa a entrada de muitas outras pessoas que, como eu, não se viam nesse lugar. É um gesto simbólico, mas também transformador”.

Outras escritoras negras do Brasil

Para além de Ana Maria Gonçalves, destacam-se ainda na literatura brasileira as seguintes escritoras:

Maria Firmina dos Reis (1822-1917), autora de *Úrsula*, considerada a primeira romancista negra brasileira

e da América Latina

Carolina Maria de Jesus, autora do livro *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada*, relato autobiográfico da vida numa favela de São Paulo. É considerado um marco na literatura brasileira e na luta contra a invisibilidade da população negra.

Conceição Evaristo, eleita recentemente para a Academia de Letras de Minas Gerais. As obras mais conhecidas são *Olhos d'Água* e *Ponciá Vicêncio*, que abordam a experiência feminina negra e a memória ancestral.

Elisa Lucinda, poeta, atriz e escritora, conhecida pela sua poesia militante e performativa. Passou por Cabo Verde, na ilha de São Vicente, integrando o elen-

co de actores brasileiros que participaram no filme *O Testamento de Senhor Napomuceno*.

Djamila Ribeiro, filósofa e escritora, é autora de livros como *O Pequeno Manual Antirracista*, que aborda temas sobre o racismo e a igualdade de género. É a mais nova das autoras negras brasileiras, com 44 anos, tendo ficado conhecida por livros como *O Lugar da Fala* (2019), publicado nos Estados Unidos, *Cartas para Minha Avó, Quem tem medo do Feminismo Negro*. Nos últimos anos, vem conquistando muito espaço mediático, com conferências ao lado de figuras internacionais, como a nigeriana Chiamanda Ngozi Adiche.

Quem é Ana Maria Gonçalves?

Natural de Ibiá, no Estado de Minas Gerais, Ana Maria Gonçalves é ficcionista, dramaturga, guionista. O seu livro mais conhecido, *Um Defeito de Cor*, recebeu o Prémio Casa das Américas (2007) e foi eleito como o melhor livro de literatura brasileira do século XXI, por um júri da Folha de São Paulo. No carnaval do Rio de Janeiro de 2024, o mesmo romance ficou ainda mais célebre ao ter ins-

pirado o samba-enredo da escola de samba Portela.

Estes foram dois dos motivos evocados pela ABL, para a sua eleição, na declaração publicada nas redes sociais da instituição. Durante um período da sua vida, a escritora mineira viveu nos Estados Unidos, em Nova Orleães. Foi ainda escritora residente nas universidades de Stanford, Tulane e Middlebury, mantendo a

articulação com temas ligados à memória, literatura e justiça racial. Em 2010, foi uma das vozes que denunciaram as passagens racistas do livro *As Caçadas de Pedrinho*, de Monteiro Lobato, tendo publicado artigos sobre a representação de pessoas negras na literatura brasileira.

O mesmo sucedendo após o anúncio publicitário de um banco que veiculava a imagem de Ma-

chado de Assis, através de um actor branco. O banco em questão foi obrigado a pedir desculpas e a substituir o actor branco por um negro. Para além de *Um Defeito de Cor*, Ana Maria também é autora de “Ao lado e à margem do que sentes por mim” (2002), “Diversos” (2015), “Tchau querida” (2016) e coautora de peças como “Preto peritamar” (2019), com Grace Passô.





Marciano Ramos Moreira*

Manual di “Lingua i kultura kabuverdianus – 10º anu” mata demokrasia i po ilhakrasia

Ensaio

Bazikamenti es 4 autora txaskan (sen ninhun riprizentanti di Sanvisenti, Sanikulau, Sal, Boavista, Maiu, Santiago, Fogu o Brava) faze mesmu kuza ku tudu palavra fora verbus ki, na variantis di lkv di ilhas di Sul, ta finda ku “i” na singular, sima peli, paredi, karni, etc., ki es disidi ma, na lkv padron, ten ki fika pel, pared, karn, etc.

Pa autoras di es manual di “Lingua i kultura kabuverdianus – 10º anu” (ki leitor pode grava di grasa lisin: <https://tinyurl.com/4yyy5v8e>), ka e algen ki ta papia, mas sin, ilha. Enbora serka di 2/3 di populason ta fla “mundu”, pabia ta fladu “mund” na 6 ilha, autoras di es manual disidi ma, sendu 6 ilha mas txeu ki 3 ilha, lingua kabuverdianu (lkv) padron e “mund” (konfiri pajina 4 di manual).

Bazikamenti es 4 autora txaskan (sendu 2 di Santanton i 2 stranjera) faze mesmu kuza ku tudu palavra fora verbus ki, na variantis di lkv di Santiago ku di Fogu ku di Brava (ilhas di Sul), ta finda ku “u” na singular, sima korp, brasu, dedu, etc., ki es disidi ma, na lkv padron, ten ki fika korp, bras, ded, etc. (konfiri fotu di extratu di pajina 4 di manual insiridu nes ensaiu).

Konxe bo manual

Stimad alun¹,

Es manual foi pensad pa apoia-b na konstruson d konhesiment sientifik sobr lingua y kultura kabuverdian. Kom es li e bo primer kontakt formal ku lingua kabuverdian na skola, purk e un lingua k ja bo ta fala, es manual ta pretende inxina-b le, skrebe, splika regras d gramatika k bo ta uza pa fala, konxe se orij, ivoluson, kontakt ku ots lingua y se variason. Pa kel li, bo manual ten 4 unidat k ta kontenpla lingua kabuverdian na tud ses dimenson y na tud ses variedad:

Ti ki nu tra verbus, palavras na singular normalmenti ta finda na “a”, “u” o “i” na variantis di ilhas di Sul. Iste e, ti ki nu tra verbus, palavras na singular raramente ta finda na “e”, “o” o “konsuanti” na variantis di ilhas di Sul. Kel li signifika ma es 4 autora (kuju manual Ministeriu di Idukason sob batuta di un Santantonensi autoriza) disidi “kapa” un grandi pursentajen di palavras na variantis di Sul (ST, FG i BR). Pa izenplu, na fotu di extratu di pajina 4 di manual insiridu nes ensaiu, 52,7% di palavras ki ka e

verbu, ta finda ku “u” o “i” na singular na variantis di Sul. Purtantu, es autoras altera drastikamenti falar di serka di 2/3 di Kabuverdianus!

Es alterason ta ben alastra keda di vugais di variantis di Nortipa variantis di Sul: sima sedu / sedi ta bira sed, pontu / ponti ta bira pont, pas / pasu ta bira pas, novu / novi ta bira nov, jel / jelu ta bira jel, dos / dosi ta bira dos, don / donu ta bira don, dentu / denti ta bira dent, etc., etc., etc. Es kontajiu signifika aumenta signifika-tivamente pursentajen di palavras omografu i/o omofonu, alastra radikalmenti risku di anbiguidadi na nos lingua, diminui drastikamenti klareza di nos lingua.

Sigundu Baltazar Lopes (ki bazia na se observason di konportamentu konprovativu di nos muzikus di Nortipi na tezi di eminenti linguista Maurice Grammont), vu-

na papia.

Nes mumentu, pertinenti lejislasion ka ta fla ma prioridadi e padroniza nos lingua, mas sin ma skola debe pugna pa kada alunu dumina se varianti i ser kapas di ntendes otu varianti (konfiri: <https://tinyurl.com/y88sxzfb>). Outrusin, padronizason e tarefa di Ministeriu di Kultura atraves di un instituison sientifiku ki Guvernu debe kria, sima Dikretu-Lei nº 67/98, di 31-12-1998, ta ditermina na se parti III (konfiri: <https://tinyurl.com/3kks6jyp>). Mas autoras di manual sai ku inpo, pa portas travesa, un padron sob kapa di “norma pandialetal” o “vos di autoras” (eufemismus ki autoras skodje na nves di “lkv padron”).

Kada pesoa ta kre pa se forma di papia ser instituidu komu padron. Si ka pode ser se forma di papia, na poku na poku pa padron ser mas prosimu pusivel di se forma di papia. Es dizeju e umanu, natural. Purtantu si bu po povu kabuverdianu pa skodje entri “mund” o “mundu” pa izenplu, e evidenti ma serka di 2/3 di votantis ta vota “mundu” pabia ilhas ka ta vota. Na demokrasia, ka e rasional faze algu ki ta afeta vida kuotidianu di sidadons (sima e kazu di padronizason di ses lingua) kontra dizeju natural di serka di 2/3 di sidadons. Nu ta difende nos lingua pa fasilita-nu vida, pa fasilita vida di kada Kabuverdianu, ka e pa fasilita vida di ilha. Purtantu bu ka pode ignora pesoas. Entri fasilita 10.000 pesoa ku 20.000 pesoa, si sientista e obrigadu skodje, ka e rasional di el skodje fasilita 10.000, sima es 4 autora tevi korajen di faze.

Na demokrasia, padronizason signifika diskubri (atraves di livantamentu statistiku) modi ki algen ta papia, non ilha. Ti ki bu afirma ma “e asi ki ta fladu”, ten ki signifika ma tudu Kabuverdianu ta fla sima bu fla, non tudu ilha. Ti ki bu afirma ma “e asi ki normalmenti ta fladu”, ten ki signifika ma maioria di Kabuverdianus ta fla sima bu fla, ka e maioria di ilhas abitadu. Padron ten ki ser kel ki, si podu na referendu, ta ten masimu di votason pro peranti kualker otu pruposta di padron (pa ditalhis, konfiri nha ensaiu “Kaminhu pa padronizason di nos lingua”: <https://tinyurl.com/5n7bzumn>).

Na inisiu di dekada di 10 di es sekulu XXI, benba Kabu Verdi dirijentis risponsavel pa prumuson di linguas afrikanu na Union Afrikanu. I es skodje Institutu Nasional di Statistika komu ses pontu fokal, non Institutu di Patrimoni Kultural. Nu purguntat pamodi? Es splikanu ma kalkanhar di Akilis na prumuson di linguas afrikanu nes mumentu e ses padronizason i, pa kel la, papel fundamental e di Servisu di Statistika. Ifetivamente ten ki fazedu apuramentu statistiku di numeru di utentis di kada rializason leksikal (se frikuensia di uzu) pa pode apuradu sientifikamenti prevalensia di un dadu prununsia, non ben ku prikonseitus, nen axismus nen bazia na investigason kustiadu pa karola, nisisariamenti superfisial trokadu se limitason finanseru.

Autoras ta skuda na “igualdadi entri variantis” pa justifika ses opson limiadu na 1º paragrafu di es en-

saiu. Mas, sima ta kontise ku ileison Prizidensial undi ta izisti “igualdadi entri kandidatus”, “igualdadi entri variantes” ka ta tra kada sidadon direitu di skodje varianti ki el ta prifiri uza. Nen ton poku “igualdadi entri ilhas” ka signifika ma skolha di Prizidenti di Republika ta depende di numeru di ilhas undi un kandidatu ganha. Na kes sirkunstansia ki nos e obrigadu uza so un varianti, skolha di es varianti ten ki rizulta di kontajen di votus di sidadons in extremis, sima ta kontise ku skolha di Prizidenti. Filismenti padronizason ka signifika skodje un varianti, mas sin skodje un entri diversus prununsia di un mesmu palavra di lkv. Ifetivamenti tudu palavra ku un so prununsia debe inkluidu na padron indipendentimenti di numeru di utentis di es palavra. Pa otu ladu, sinonimu normalmenti signifika rikonesimentu di diversus palavra di diversus varianti ku mesmu signifikadu na anbitu di prusesu di padronizason. Pur fin, e “igualdadi entri sidadons” ki sta na Konstituison (artigu 24º), non “igualdadi entri variantis”. I ninhun lei, regulamentu o deliberason di Guvernantis pode subalterniza artigu 24º di Konstituison! Ninhun linguista ka ten direitu di mata demokrasia na preparason di pruposta di padron. I es autoras mata demokrasia, istu e, es tra gentis di ilhas di Sul (ki ta riprizenta serka di 2/3 di populason) direitu di vota, es autoras sa ta trata Bravensis ku Fogensis ku Santiagensis komu idiotas, sidadons di 2ª-klasi.

Pa padroniza nos alfabetu, Menbru di Governu rispon-

savel pa Kultura tevi priokupason di skodje, na 1993, 8 Kabuverdianu (riprizentantis di 3 di kes ilha mas populozu + Sanikulau = SV, SN, ST i FG). I e mutu menus kontroversu padronizason di alfabetu di ki padronizason di lingua. I pa padronizason di lingua, Ministeriu di Idukason sob batuta di Amadeu Cruz valida un obra di autoria skluzivamenti di riprizentantis di ilha di es ministru (2 pesoa di Santanton) + 1 Pulaka + 1 Brazileru.

Nu ka ileje nen Banku Mundial nen Porto Editora nen ninhun otu instituison fora kontrolu di nos Stadu pa governa-nu. Na un kuza ton inpurtanti sima padronizason di lingua, Ministru di Idukason ka pode sukundi tras di gentis ki nu ka ileje ku bazi na ninhun “justifikason”. Foi Ministeriu di Idukason sob batuta di Amadeu Cruz ki diklara ma e obrigatoriu uzu di es manual pur parti di liseus i, ipso facto, ma e obrigatoriu es padron di lkv (konfiri ultimu paragrafu di manual). Asin sendu, Amadeu Cruz ki e risponsavel pa es ilojiku prusesu di padronizason peranti ileitoris kabuverdianu.

Ka e so naturais di Norti ki ta ben pa Sul, naturais di Sul tanbe ta ba pa Norti. Asin sendu, kualker apuramentu risponsavel di falantis di variantis di Sul (ST, FG i BR) = rizidentis di Sul – naturais di Norti ki sta na Sul + naturais di Sul ki sta na Norti. Desdi inisiu di nos Storia (1462) ti dia di oji, populason di Sul (ST, FG i BR) foi senpri maioria smagador a nivel nasional. Purtantu vinda di naturais di Norti pa Sul ka ta bira-s piran, ka ta bira ses pursentajen maior a nivel nasio-

nal pur majia, antis pa kontrariu: ses disendentis ki ben ta nase / kria li na Sul, ta bira ta papia sima gentis di Sul, diminuindu, ipso facto, pursentajen di falantis di variantis di Norti a nivel nasional.

Es manual tevi 2 rivizora (un di Sal i otu di Santiago), mas rivizor normalmenti ka ta disidi, rivizor normalmenti so pode sujiri alterason, rivizor normalmenti ten un partisipason subalternu. Kel li signifika un alterason prufundu di falar di serka di 2/3 di Kabuverdianus sen partisipason inter pares i proporsional di ses riprizentantis.

Na jornais, diversus skritor formal di lkv i/o studiozu di lkv dja manifesta kontra lkv padron patenti nes manual (konfiri: <https://tinyurl.com/5eejdr27>).

Ten bairismu saudavel (sima paga ekipa di futibol di bu bairu kuota) i ten bairismu duentiu (sima paga arbitru pa dexta ekipa di bu bairu ganha). Difende un soluson ki e objetivamente kontra vontadi di serka di 2/3 di populason, e indiskutivelmenti bairismu duentiu. Tudu patriota o tementi a Deus debe kondena-l.

Koncluindu, Amadeu Cruz debe manda suspende es manual antidemokratiku i prejudisial kuantu antis i substitui kel parti na “norma pandialetal” (parti splikativu) pa varianti di kada ilha atraves di 9 verson di manual. Asi kada profesor o formandu ta skodje kel verson di manual kuju parti splikativu sta na varianti ki el kre. Tudu algen ta fika sabi. Nen ka pode papiadu di kustu pabia livru sta na suporti dijital.

Marsianu nha Ida padri Nikulau Ferera

PUB

A Nação
JORNAL INDEPENDENTE
Cabo Verde

17
anos
06 SET 2007 – 06 SET 2024

**Sempre comprometido
com a Imprensa Livre**

www.anacao.cv

f t i y
anacaocaboverde



Alexandre Silva*

O novo paradigma da função pública?!

É no anúncio de um novo paradigma da função, que ora passa a ser gerida com base no conceito de “função e não de cargo” que, a nosso ver, se excedeu na simplificação conceptual da realidade comprometedora da racionalidade da gestão de pessoas.

A reforma da administração pública é a área de governação em Cabo Verde que mais tem sofrido com o ping-pong das guerrilhas políticas que a submetem a constantes experiências laboratoriais numa média de cada alternância partidária no poder.

Perante a dignificação de secretaria de estado a ministério, a modernização da administração pública evidencia-se pela intensiva produção legislativa, desde a “codificação” da lei-quadro da função pública à revogação de todos os subsistemas de gestão dos RH, enfatizando o aumento generalizado dos salários, programas de estágios profissionais e do combate à precariedade laboral entre outra série de quick-wins como o alargamento da licença da maternidade e paternidade, eliminação de idade mínima de admissão na função pública e alargamento da idade de reforma aos 70.

Contudo, os aspetos técnicos desta reforma destacam-se, antes de tudo, pela ausência de conhecimento holístico da estrutura, distribuição e evolução do pessoal nos diversos níveis e setores da administração pública e, por isso desprovida de uma análise de impacto financeiro que garanta o controlo dos efetivos e da sustentabilidade da massa salarial.

É no anúncio de um novo paradigma da função, que ora passa a ser gerida com base no conceito de “função e não de cargo” que, a nosso ver, se excedeu na simplificação conceptual da realidade comprometedora da racionalidade da gestão de pessoas. Sempre existiu uma intrínseca conflitualidade entre o regime geral (incumbidos de funções indiferenciadas para garantir a burocracia em todos os ministérios e, por isso, submetidos a uma titulação inócua que nada informa sobre o que realmente fazem) e a proliferação dos regimes especiais melhor pagos (caraterizados pela “especificidade de funções” em determina-

do departamento e, por isso utilizando titulações que informam o que estes funcionários fazem e/ou em que condições o fazem como os médicos, docentes, financeiros, diplomatas, registos e notariado, inspetores, etc.) ao ponto de contabilizar-se hoje mais de 21 “funções” na administração direta. Somente no Ministério das Finanças coabitam quatro regimes privativos, sendo o pessoal da Direção de Planeamento e, inclusive da DGPOG (âmbito do regime geral), os últimos corpos a dignificarem-se desta “fuga ao cargo comum”.

Neste propósito a reforma culmina com a criação da Tabela Única de Remunerações (TUR) constituído pela hierarquia dos Grupos de Enquadramento Funcional (GEF) que tem vindo a fazer a grande diferença porque refletem um aumento exponencial dos salários de ingresso (mais de 50% dos docentes com licenciatura de 55000 para 91000 ecv e para os médicos gerais de 87250 para 136000 ecv). Contra factos não há argumentos, trata-se de reforma com maior impacto nos salários de ingresso registada.

Todavia, estes aumentos escondem a real evolução salarial dos funcionários do meio ao fim das carreiras causada pela compressão das amplitudes salariais preconizada pela TUR (rácio entre o salário de ingresso e o mais alto ao nível de cada GEF), reflexo de acréscimos baseados em valores absolutos uniformizados (2000, 3500, 5000 ecv), não só percíveis dada a rápida deterioração do poder de compra como da expectativa de alcance da pensão de velhice. Se a carreira dos técnicos do regime geral previa um rácio de 1,9 (127828/65945 ecv), no PCFR de 2024 esta diferença reduz-se para 1,2 (91000/73000 ecv) ou dos professores de ensino básico e do secundário de um rácio de 2,2 (93000/41000 ecv e 125090/56255 ecv) para um rácio de 1,2 (91000/73000) e 1,5

(136000/91000 ecv) ou dos médicos gerais de 1,3 (117787/87250 ecv) e médicos especialista de 1,2 (165792/135237 ecv) para um rácio de 1,16 (158500/136000 ecv) e de 1,17 (185500/158500 ecv) respetivamente, que nos obriga a questionar a constitucionalidade da TUR, dada a redução do salário “na perspectiva do tempo”.

Por outro lado, os valores brutos de aumento salarial da base da tabela (2000 ecv) são inferiores aos aplicados nos GEF mais elevados (3500, 4000, 5000 ecv) com repercussão na injustiça na reposição do poder de compra com base no ritmo da inflação. Ajustar os índices 100 em cerca de 1% para combater a inflação resulta no aumento em 1000 ecv para quem auferir 100000 ecv, mas apenas 190 para quem auferir 19000 ecv, quando o preço do arroz é igual para todos.

Outro paradoxo dos valores brutos uniformizados de evolução salarial resulta na colisão com o princípio da gestão que sustenta a teoria de que a progressão na carreira pressupõe um ganho da eficiência (fazer mais com cada vez menos), mas, o que ocorre é uma gradual redução do acréscimo percentual relativamente ao último salário. Deste modo pagar-se-á cada vez menos a um funcionário cada vez mais eficiente.

A institucionalização dos créditos de desempenho (método inovador de pontuação) requer uma base de dados RH que garanta o registo contabilístico cumulativo ao longo da vida de uma carreira (34 anos) que hoje não existe. Por outro lado, esta contabilização ao prever um limite de 2240 créditos assume um grande risco de desmotivação na medida em que um funcionário excelente pode atingir o último escalão do seu GEF em 21 anos, estagnando-se durante os 13 anos seguintes, ora porque exige uma mudança de funções (ex. de educação de adultos para o 1º ciclo de ensino básico, ou médico geral

para especialista), ora porque simplesmente não prevê evolução para um GEF acima (caso dos professores de ensino secundário e dos médicos especialistas).

Os PCFR não distinguem a evolução horizontal (vulgo progressão) da mudança de categoria (ex. técnico júnior para sénior ou destes para especialista) que exige vaga e concurso interno, mas cujos efeitos equivalem a uma mera progressão porque o aumento salarial ocorre no mesmo GEF, que nos leva a questionar qual o racional e a motivação do concurso de acesso.

Com a aprovação dos PCFR a participação em ações de formação profissional, mesmo certificada, deixa de ter qualquer repercussão na carreira comprometendo a aquisição de novas competências essenciais para a adaptação da AP às inovações do setor e o alcance de melhores oportunidades profissionais.

Apesar de eliminar a necessidade de mestrado para efeitos de promoção, os benefícios são restringidos à atribuição de créditos extra equivalente a um mero grau de evolução horizontal. Constrangimentos particularmente sentidos na carreira dos docentes e dos médicos onde as pós-graduações deveriam ser muito mais incentivadas e valorizadas.

Por fim, e não menos preocupante, assiste-se a uma vaga de imposição de PCFR com as idiossincrasias acima reveladas a toda a administração indireta, e mesmo empresas pública (e sequente extinção de estatutos autónomos) sem ter em conta as características dos setores ou uma autonomia administrativa e financeira que permitem sustentar regras de desenvolvimento na carreira, taxas de progressão, timings de resolução de pendências em atraso e amplitudes salariais mais atrativas que a TUR.

*Consultor Organizações e RH

Prato cheio

Linguiça assada com batatas

Ingredientes

- 10 linguiças toscana Frimesa;
- 6 batatas médias;
- 3 dentes de alho amassados;
- 1/2 colher de chá de colorau;
- 1 colher de chá de paprica defumada (opcional);
- Sal e pimenta-do-reino a gosto;
- 2 colheres de sopa mais 1 fio de azeite;
- 1 cebola grande cortada em rodelas;
- Bacon a gosto (opcional);
- Orégano a gosto.

Modo de preparo

- 1- Reúna todos os ingredientes e em uma tábua, corte as batatas em 4 partes verticais, em formato de meia-lua, depois, coloque em um recipiente o sal, a pimenta, o colorau, a paprica, 1 dente de alho, as batatas e as colheres de azeite. Misture bem e reserve.
- 2- Em seguida, forre uma forma com papel alumínio, regue com o fio de azeite e acomode as cebolas, as linguiças, o restante do alho e as batatas. 3- Tome cuidado para não sobrepor os ingredientes, eles devem ficar bem espalhados pela forma.



- 4- Seguente a isto, pincele o tempero que sobrou das batatas sobre as linguiças e adicione também sal, pimenta, bacon e orégano e depois, cubra a assadeira com papel alumínio, mantendo a parte brilhante voltada para baixo, e leve ao forno pré-aquecido a 200 °C por 30 minutos.
- 5- Passado o tempo necessário, retire o papel alumínio e mantenha as linguiças no forno para gratinar (cerca de 20 minutos).
- 6- Está pronto! Sirva e aproveite essa delícia.

Caça-palavras

E	A	E	O	G	I	D	Z	O	V	S	N
I	O	H	N	G	P	O	E	S	I	A	A
S	M	Ã	S	A	G	B	T	R	E	E	F
N	E	R	Ç	H	T	W	W	E	A	H	R
S	G	F	S	A	E	C	P	V	C	T	O
Y	A	A	A	O	R	E	I	S	I	N	Ã
O	S	M	A	D	P	I	A	H	S	A	X
Y	N	O	L	O	K	I	P	A	Ú	T	E
W	E	R	U	A	T	A	L	S	M	H	L
F	M	Y	P	E	Y	E	I	D	N	N	F
A	O	T	E	N	A	A	N	K	I	I	E
I	A	R	K	Y	U	U	O	M	T	I	R

Encontre palavras música e poesia:

SOLUÇÕES:

- REFLEXÃO
- RITMO
- POESIA
- ALMA
- MÚSICA
- VERSO
- mensagem
- VOZ
- INSPIRAÇÃO
- AMOR

Encontre 9 diferenças



Talento

Jéssica de Barros, 17 anos, descobriu o seu amor pela música ainda em criança, quando, nas aulas, a professora colocava a sala para cantar, destacando-se do resto da turma. No 3.º ano do ensino básico, o tio inscreveu-a num concurso de canto, dando início a um percurso marcado pela participação em diversas actividades musicais na sua zona de residência.

A poesia surgiria mais tarde, aos 14 anos. Inicialmente, escrevia apenas para si, mas os amigos incentivaram-na a partilhar os seus textos, reconhecendo qualidade nas suas palavras. Hoje, Jéssica mantém duas páginas dedicadas à poesia: “Profundeza d’Alma”, em crioulo, e “O que um diria”, em português.

A nossa jovem “talento” vê a música e a poesia como dons especiais, oferecidos por

Deus, e utiliza ambas os géneros para expressar os sentimentos e as vivências do dia a dia. Nos seus poemas, os temas mais frequentes são a reflexão e o amor, com mensagens que procuram tocar e despertar consciências.

Sonhadora e determinada, Jéssica pretende continuar a investir na música e na poesia, contribuindo com mensagens que possam fazer a diferença. E com isso ela deixa uma mensagem para os jovens: “Nunca desistam dos seus sonhos por pressão familiar ou de amigos. Sejam sempre a vossa prioridade”. Para ela, “é essencial que cada um seja a sua própria prioridade e tome decisões conscientes, pois são essas escolhas que moldam o futuro”.

Adelise Furtado – estagiária



50 anos da Independência de Cabo Verde

Coro e a Orquestra Gulbenkian com Mário Lúcio na Assembleia Nacional

Fruto de um projecto idealizado por Mário Lúcio há três anos, esta será a primeira apresentação do Coro e da Orquestra Gulbenkian em Cabo Verde, dando continuidade aos anteriores três concertos realizados no grande auditório dessa Fundação, em Lisboa, que deram origem ao álbum “Cretcheu”, editado por Mário Lúcio em 2024.

Os dois concertos, segundo a organização, apresentam uma “epopeia estética e pioneira, num encontro harmónico entre a música cabo-verdiana e a música erudita, com o intuito de trazer para o palco uma confluência de sonoridades e uma fusão de culturas, povos e nações”.

O Coro e a Orquestra Gulbenkian, juntamente com o músico e compositor Mário Lúcio, apresentam amanhã, 25, e sábado, 26, na cidade da Praia, dois concertos inseridos nas comemorações dos 50 anos da Independência de Cabo Verde. Os dois espectáculos vão ter lugar no anfiteatro da Assembleia Nacional, com início às 21h.

A Nação



O projecto chega agora a Cabo Verde como uma oferta da Fundação Calouste Gulbenkian às celebrações do cinquentenário da Independência Nacional, “um momento singular e de profundo simbolismo no contexto das celebrações do cinquentenário da independência do país”.

O concerto terá início com a obra “Ó Serpa!”, de Eurico Carrapatoso, e será dividido em duas partes: a primeira composta por seis temas da autoria de Mário Lúcio e a segunda por cinco mornas de compositores considerados por ele como ícones da música tradicional cabo-verdiana: Eugénio Tavares, B. Leza, Djunga, Antero Simas e Ano Nobo.



Acontece

- ▶ - 31ª edição do Festival Praia de Areia Grande, Santa Cruz, Santiago, 25 e 26 de julho



- ▶ - Concerto Jorge Humberto, na Casa da Morna, em São Vicente, hoje, 24, às 21h

- ▶ - Exposição de pintura realista de Dionick Silva, no Centro Katchás, em Santa Cruz, Santiago, até ao dia 29



- ▶ - Show Princezito e Ana Mileida, no Poial, Assomada, Santiago, sábado, dia 26, às 20h

- ▶ - Concertos no Le Metal, em Mindelo, São Vicente



- ▶ - Desfile de Moda “Linhas e Marés” por Fatu Criolinhas e Teodora Neves, na Rua Pedonal, no Mindelo, São Vicente, sábado, 26, às 20h



Aconteceu...

1º SEMINÁRIO INTERNACIONAL CULTURA, ARTE E SUBJETIVIDADE PARA A DIFUSÃO DO CONHECIMENTO

- ▶ - I Seminário Internacional sobre Cultura, Arte e Subjetividade (SICAS), na Cidade da Praia, dia 19 de julho



CADERNO DO JORNAL A NAÇÃO | EDIÇÃO Nº934 | 24/07/2025

MUNICÍPIO EM DESTAQUE

Santa Cruz

Carlos Silva, Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz

Dinamizar e diversificar a economia para tornar o Município mais competitivo e desenvolvido

Pág. 02 a 04



Jovens apostam nos produtos e na gastronomia local

Santa Cruz entre história e modernidade

Municípios satisfeitos com mudanças, mas alertam para a falta de segurança

Um município jovem à conquista do futuro

EDEC

Empresa de Distribuição de Eletricidade de Cabo Verde

a energia que nos une

☎ 800 51 11

✉ livro.branco.online@edec.cv

📘 EDECSA1

📷 edecsa1


TEM A PALAVRA
Carlos Silva

Dinamizar e diversificar a economia para tornar o Município mais competitivo e desenvolvido

Texto: António Alte Pinho

A grande prioridade é a economia local, nomeadamente, o sector primário: agricultura, pecuária e pesca. Mas a equipa liderada por “Suek” quer também dar um “novo impulso” ao turismo, comércio, indústria e sector imobiliário. E, em avançada fase, estão as negociações para a construção de um parque industrial e de um porto comercial. Mas, para alavancar mais rapidamente o progresso e o desenvolvimento, Carlos Silva clama por transferência de poderes do Governo para as autarquias.

“**S**e não garantirmos rendimento digno às famílias, não vamos a lugar nenhum, porque não vamos conseguir garantir o verdadeiro desenvolvimento”. As palavras são do nosso entrevistado, aquando da tomada de posse deste mandato, e dizem tudo sobre a sua visão do mundo: a economia deve estar ao serviço das pessoas.

À beira de fazer 54 anos de idade, este professor aposentado com formação em sociologia, sublinha, com um rasgado sorriso no rosto: “mas sociólogo de rua, não de gabinete”. Está tudo explicado e só assim é que poderia ser.

No início deste terceiro mandato, definiu como prioridade a dinamização e diversificação da economia para tornar o município mais desenvolvido.

Santa Cruz tem um grande potencial na agricultura, na pecuária e na pesca. É impossível pensar o desenvolvimento económico e social sem estas actividades primárias. Mas, a forma como andamos a praticar essas actividades não nos traz grandes resultados. Como se faz agricultura sem água? É um paradoxo!

O que o país tem mais é

água, porque é 93 por cento do seu território. Isso significa que a forma como estamos fazendo a agricultura, esperando só pela água da chuva, não nos leva a lugar nenhum. Santa Cruz já foi o maior produtor e exportador de banana para Portugal, já foi o maior complexo agroalimentar do país. Então, primeiro temos que apostar na mobilização da água.

Várias tentativas já foram feitas. A construção da barragem é um bom projeto, mas já vimos que só isso não chega, porque é preciso chover. Significa que temos que recorrer a outra alternativa, que seria, na verdade, a dessalinização da água. A economia de Santa Cruz está na agricultura e a agricultura está no mar, não está no céu. Não deveria depender da chuva, num país que é seco e onde não chove.

Temos que apostar, também, no desenvolvimento da pecuária e, sobretudo, no desenvolvimento da pesca. Porque a pesca é um sector importante para o desenvolvimento. Temos jovens com talento que estão disponíveis para se dedicarem à pesca e contribuir para o rendimento e o desenvolvimento. Vamos levar tudo isso em devida conta.

Isso leva-nos a declarações suas, feitas no início do ano, quando defendeu a transferência de poderes do Governo para o Município, precisamente no que respeita ao sector primário.

Na agricultura, na pecuária e na pesca, as competências do Município são zero. E isso é um outro problema, porque é a Câmara que se confronta todos os dias com as demandas de agricultores, criadores de gado e pescadores, com os desafios, com as dificuldades, com os



FICHA TÉCNICA

A Nação – “Caderno Município em Destaque” – Santa Cruz – Parte integrante da edição nº 934 do A Nação de 24 de Julho de 2025. Não pode ser vendido separadamente.

Editor: António Alte Pinho | **Jornalistas:** António Alte Pinho, Ilda Fortes, José Mário Correia | **Jornalistas Estagiários:** Adelise Furtado, Cláudia da Cruz e Paulo Galvão | **Designer:** Alfa-Comunicações | **Comercial & Marketing:** Verónica Rocha | Edmíra Correia (Facturação e Cobranças) | **E-mail:** jornalanaoacv@gmail.com (Redacção) – comercial_grupoalfav@gmail.com (Comercial)

TEM A PALAVRA 

PUB

“

“Estamos a trabalhar numa agenda económica que contempla uma zona industrial e, ao mesmo tempo, uma zona portuária. Já temos um plano de investimentos internos e externos e dentro de pouco tempo vamos iniciar uma das indústrias”

”

problemas, e não temos qualquer poder de decisão. Claro que andámos a fazer alguns atrevimentos. Só para ter uma ideia, criamos um fundo de inclusão financeira.

Recorremos ao fundo de descentralização, que é financiado pela Cooperação Luxemburguesa. Conseguimos convencer o Governo, o PNUD e a Cooperação Luxemburguesa. Era um valor de, aproximadamente, 11 mil contos, e decidimos criar o nosso fundo com esse dinheiro. Conseguimos e com sucesso. Por exemplo, dias atrás, entregámos onze motores fora de bordo graças a esse fundo.

O nosso objectivo é triplicar o valor desse fundo. Com aproximadamente 30 mil contos, estaríamos a resolver muitos problemas que têm a ver com a dinamização das actividades primárias. Porque já sabemos que os agricultores e criadores de gado, os pescadores e peixeiras são excluídos do sistema financeiro. Os bancos comerciais não dão crédito porque têm muita burocracia.

Mas estamos a lutar, estamos a mobilizar mais recursos, contando com o Governo, porque já se convenceu que deve ser assim. A nossa primeira prioridade é a economia local, porque sem a economia não podemos realizar nenhum programa social. O nosso foco é garantir rendimento digno para todas as famílias, para podermos viver com dignidade. E esse rendimento está na economia.

Também no início do ano, falou em dar um “novo impulso” ao turismo, comércio, indústria e sector mobiliário.

Estamos a trabalhar numa agenda económica que contempla uma zona industrial e, ao mesmo tempo, uma zona portuária. Já temos um plano de investimentos internos e externos, dentro de pouco tempo vamos iniciar uma fábrica de pirotecnia, de fogos de artifício, através

de uma empresa portuguesa. Mas, possivelmente, teremos também uma fábrica de painéis solares.

Estão em curso negociações para a instalação de uma unidade de processamento de carne de porco. Mas, também, estamos a trabalhar um projecto de aviário, que será o maior de Cabo Verde. Ou seja, estamos a trabalhar para a edificação da nossa zona industrial e, em princípio, ainda este ano, algumas indústrias irão começar a instalar-se em Santa da Cruz. Por sua vez, o projecto do porto comercial está numa fase bastante avançada. Já recebemos várias visitas técnico-financeiras e temos o respectivo estudo de viabilidade económica.

Conforme já havia referido noutra ocasião, o projecto do porto conta com a parceria de Marrocos.

Sim, Marrocos possui uma grande experiência de gestão privada portuária. Mas, temos também um grupo de investidores de Espanha, Alemanha e de outros países interessados neste projecto. Temos uma pessoa a trabalhar nisso e acredito, sim, que é um projecto que vai avançar

Estamos a falar de um projecto com capitais 100% privados, garantindo o interesse público, com a Câmara fazendo parte e o Governo a entrar institucionalmente para facilitar o processo. Trata-se de uma parceria público-privada. Pretendemos universalizar o Município, mas, também, descongestionar o porto da Praia e ampliar o mercado para as ilhas do Maio, da Boa Vista e do Sal.

Já tinha avançado que este projecto da zona industrial também contempla um parque fotovoltaico e um pavilhão para a feira da banana.

Sim, ele nasceu precisamente de ideias que já tínhamos dese-



FREQUÊNCIAS

Praia – **89.9 e 94.4**

Santiago Norte e Sul - Fogo
- Maio – **94.4 e 99.6**

São Vicente - S. Antão
- São Nicolau – **96.7**



Siga Cabo Verde em qualquer parte do mundo através de www.radioalfacv.com

 **+238 970 95 95 / 930 30 05 / 260 26 96**

 **radioalfacaboverde**


TEM A PALAVRA

“

Antes, custava-me mais vender o Município de Santa Cruz como oportunidade de negócios. Mas, actualmente, temos várias manifestações de interesse de chineses, portugueses, marroquinos e investidores de outras nacionalidades.

”

PUB

nhado, incluindo uma central de compras. Tudo isso está dentro da zona industrial. Estamos a trabalhar bastante bem neste processo. Acredito que, ainda este ano, vamos poder iniciar as obras de algumas indústrias da nossa zona industrial.

É um trabalho que iniciaram anos atrás.

Desde o início, elegemos a economia como sendo a primeira grande prioridade. Estamos no primeiro semestre deste terceiro mandato, mas já estamos a colher bons frutos, graças ao trabalho que foi desenvolvido nos mandatos anteriores.

Ainda dentro da nossa agenda económica, estamos a entrar no sector imobiliário, porque cria empregos para muita gente, pedreiros, serventes, electricistas, pintores, canalizadores, motoristas. Estamos a trabalhar na edificação de um projecto imobiliário, denominado Vitória-Santiago, numa parceria público-privada, muito voltado para o investimento dos emigrantes, para a nossa diáspora.

Este projecto contempla todas as infraestruturas básicas: rede de água e esgotos, rede de energia, internet, equipamentos públicos de desporto e lazer e arruamentos, paralelamente a um projecto elaborado e orçamentado para a orla marítima. Já estamos em negociações e acredito que, também, vai ser possível essa concretização.

Mas não paramos por aí. Basta ver, por exemplo, o Falucho. Para além do restaurante e do hotel, o empresário tem o Paradise Village, com cerca de três hectares. E já vendeu praticamente os terrenos todos. Temos, ainda, um empresário romeno que está a construir um grande aldeamento turístico com vinte bungalows, com a Câmara a garantir o acesso.

Parece apostado em mobilizar investimento estrangeiro. Como tem sido esse processo?

Antes, custava-me mais ven-

der o Município de Santa Cruz como oportunidade de negócios. Mas, actualmente, temos várias manifestações de interesse de chineses, portugueses, marroquinos e investidores de outras nacionalidades. Temos um produto para vender e muita gente já está a acreditar, mas foi um trabalho construído durante oito anos. As pessoas de Santa Cruz estão com auto-estima mais alta e isso já é bom.

Voltando à economia local, para além da cultura, que também é muito importante, porque há quem consiga tirar um rendimento através dela, estamos a apostar no comércio local. Porque uma família pode, através do pequeno negócio, conseguir um rendimento. Entramos na cidade, vimos lá aquelas senhoras a vender água de coco, bananas, e isso também mexe com a economia.

Por isso, temos esse fundo de inclusão financeira para actividades primárias e paralelas. Temos mais de cem tuk-tuks eléctricos. Estamos a caminhar para 50 táxis, quatro deles eléctricos, cinco anos atrás não tínhamos nenhum.

Muitas das pessoas que têm tuk-tuk, recorreram a esse fundo. Porque o fundo é para a agricultura, pecuária e pesca. Mas, também quem vende banana, tem a ver com a agricultura. Por sua vez, a venda de carne de porco é um negócio potenciado pela pecuária.

Viver com dignidade alavanca todo o sector económico. Ou seja, habitação com direito a energia, com direito à água, com direito à internet, tudo pago no final do mês. É isso que defendo, é para isso que estou a lutar. Estou focado nisso. Estou seguro que esse é o caminho. Agora, claro está, os municípios precisam ter mais poder. Os desafios locais requerem soluções locais.


 Alfa-Comunicações
A diferença na arte de comunicar


 A Nação
JORNAL INDEPENDENTE
Cabo Verde


 alfa rádio
A diferença na arte de Comunicar

REVISTA INICIATIVA

Já nas bancas

**Assim como na vida,
também nos negócios,
a INICIATIVA é fundamental!**



A diferença na arte de comunicar!

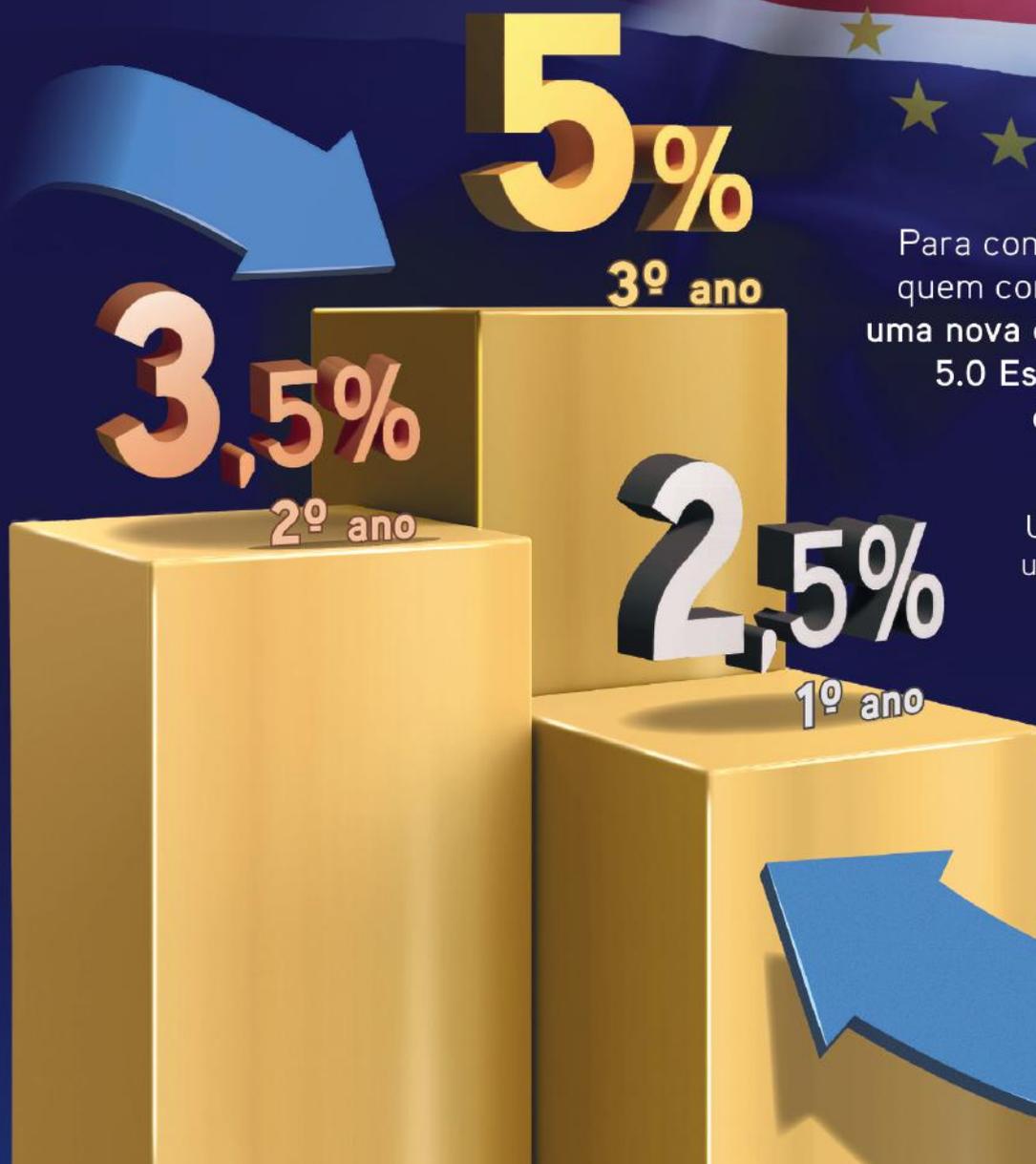
Contactos: 2602690/95

comercial.grupoalfacv@gmail.com

geral.grupoalfa23@gmail.com

Depósito crescente

5.0 Especial Independência



Para continuar a celebrar com quem confia em nós, lançamos uma nova campanha, o Depósito 5.0 Especial Independência, com taxas crescentes até 5% a.a.

Um depósito a prazo com uma taxa progressiva que cresce com o tempo — tal como o país que celebramos.

Constituição: 09 de julho a 31 de agosto | Prazo: 3 anos
| Montantes: de 50.000 a 15.000.000 CVE | Exclusivo para fundos frescos e limitado ao stock disponível.

BAI Cabo Verde A independência celebra-se com vitórias. As vitórias conquistam-se aqui.

 www.bancobai.cv

Assinalando o seu centenário, Santa Cruz presta homenagem a Nha Nácia Gomi

Texto: Adelise Furtado,
Estagiária

Santa Cruz comemorou, no dia 18 de Julho, os 100 anos do nascimento de Nha Nácia Gomi, ícone da cultura cabo-verdiana. As celebrações incluíram uma conferência sobre sua vida e obra no Centro Cultural Sema Lopi, uma missa na Igreja de Santiago Maior e homenagem com a deposição de uma coroa de flores junto ao seu busto em Achada Fazenda, reunindo autoridades, familiares e a comunidade local.

Santa Cruz dá o primeiro passo para o Plano Detalhado de Achada Coroa

A Câmara Municipal de Santa Cruz realizou, em 26 de junho, a primeira reunião da Comissão de Seguimento para o Plano Detalhado de Achada Coroa. Participaram técnicos da Câmara e entidades como AMS, EDEC, AdS e Alô. Foi aprovado o regulamento interno e designados o presidente e o secretariado. O plano segue o Decreto-Lei n.º 61/2018 sobre ordenamento do território.

Fórum Regional da Juventude com foco no meio rural

Santa Cruz acolheu, nos dias 27 e 28 de Junho, o Fórum Regional da Juventude de 2025, que reuniu jovens de Sotavento no Centro Cultural Sema Lopi. Sob o lema “Juventude no Campo”, o evento incluiu debates, oficinas, Parlamento Jovem, Feira de Oportunidades e actividades culturais. O objectivo foi o de promover o empreendedorismo rural, emprego digno e políticas públicas para a juventude.



100 Anos Nha Nácia Gomi

Edil propõe “eixo regional” e desafia juventude a assumir protagonismo

O Presidente da Câmara, Carlos Silva, destacou o papel central da juventude no desenvolvimento regional, durante a abertura do Fórum da Juventude de Sotavento 2025. “Suek” propôs a criação de um Eixo de Desenvolvimento para combater desigualdades entre as ilhas e apresentou projetos locais como pilares de uma nova agenda económica.

Presidente Carlos Silva destaca protagonismo juvenil no encerramento do Fórum de Sotavento 2025

O Presidente da Câmara Municipal, Carlos Silva, participou no encerramento do Fórum Regional da Juventude de Sotavento 2025, realizado em Santa Cruz. O evento reuniu jovens para debater desafios e apresentar recomendações, promovendo actividades culturais e valorização local. O Fórum reforçou o compromisso com a participação activa da juventude nas decisões que moldam o futuro da região.

Feira de negócios Nhu São Pedro 2025

A localidade de Cancelelo recebeu, nos dias 27 e 28 de Junho, a segunda edição da Feira de Negócios Nhu São Pedro 2025, promovendo o talento e a criatividade dos empreendedores locais. Organizado pela Associação dos Amigos de Cancelelo com apoio da Câmara Municipal de Santa Cruz, o evento expôs uma variedade de produtos e serviços. A feira reforçou a importância do empreendedorismo e da economia de proximidade na região.

Breves

A comunidade de Cancelelo celebrou, no dia 29 de Junho, a tradicional missa em honra a São Pedro, padroeiro local, com a presença de autoridades municipais. No mesmo período, o município de Santa Cruz reforçou sua capacidade operacional ao receber doação de uma viatura de combate a incêndios e equipamentos dos Bombeiros Municipais, vindos de Soure, Portugal. Durante a visita oficial da delegação portuguesa, que decorreu até 04 de julho, foram realizadas sessões de formação técnica e simulacros para bombeiros e condutores profissionais, fortalecendo a cooperação entre os dois municípios.

Ainda em Santa Cruz, foi apresentada a proposta do Programa de Inclusão Social e Produtiva (PISP), em 03 de Julho, focado em sectores estratégicos como agricultura, pesca e turismo, com actividades-piloto previstas para o período entre 2025 e 2026.

A 05 de Julho, as comemorações do 50º Aniversário da Independência de Cabo Verde foram marcadas por um vibrante programa cultural no Centro de Pedra Badejo, incluindo fogos de artifício e manifestações tradicionais.

A cidade também sediou o “Batuku Finkadu na Tereiru”, um dos maiores encontros culturais do país, em homenagem ao centenário do ícone da música tradicional cabo-verdiana, Nha Nácia Gomi, e aos 50 anos da independência nacional.

Fonte: Câmara Municipal de Santa Cruz



Plano Detalhado de Achada Coroa



Fórum Regional da Juventude

Jovens apostam nos produtos e na gastronomia local

Texto: Ilda Fortes

Em Santa Cruz, jovens empreendedores estão a explorar a gastronomia local como oportunidade de negócio, geração de emprego e valorização dos produtos locais. Kátia Fernandes, que está a iniciar o projecto Banana Chips, e Hélder Garcia, proprietário do Restaurante Aquário, são dois exemplos inspiradores.



Kátia Fernandes

Banana Chips: valorizando um produto local

Natural de Santa Cruz, Kátia Fernandes (ao centro, na foto), 36 anos, decidiu mudar de rumo profissional. Depois de trabalhar na área da estética, apostou na gastronomia, através de uma formação de um mês com foco na banana. “A formação foi muito importante para nós. Depois, fizeram-nos uma proposta de participar na fase experimental de implementação de um projeto”, conta.

Promovida pelos Irmãos Capuchinhos, com o apoio de entidades espanholas, a iniciativa consiste em explorar as potencialidades da banana, um dos produtos locais mais peculiares, e transformá-la em “banana chips”, e tem como objectivo promover o empreendedorismo feminino local. “Usamos

banana verde, que compramos aqui mesmo em Santa Cruz. Nós descascamos a banana, fritamos e embalamos”, explica Kátia, que integra um grupo de nove mulheres envolvidas actualmente na produção.

A unidade de transformação da banana foi inaugurada em fevereiro, no Mercado Municipal de Santa Cruz, num espaço cedido pela autarquia local, com várias máquinas e equipamentos. Os produtos são vendidos no espaço, mas a procura ainda é limitada. “O nosso objetivo é pôr o produto à venda nalgum minimercado local ou fora do concelho, porque aqui no mercado quase não há venda”, refere. No entanto, Kátia conta que o produto teve uma excelente saída numa feira em que participaram na cidade da Praia. “Foi onde fizemos as maiores vendas”, ressalta.

Por enquanto, o balanço

é “razoável”. “Ainda não criamos uma empresa formalmente. Mas estamos a trabalhar para definir qual a melhor forma para tirarmos o nosso rendimento, a partir do nosso trabalho”, realça Kátia.

Para o futuro, mostra-se determinada e esperançosa no potencial da banana de Santa Cruz e do projeto. “Queremos expandir e, quem sabe, abrir caminho para vender os nossos produtos a nível internacional. A nossa banana em Santa Cruz é reconhecida pela qualidade”, destaca. Conclui, com uma mensagem inspiradora: “Apelo às mulheres para que não desistam. Vamo-nos juntar e lutar, porque juntas somos mais fortes”.

Restaurante Aquário: 100% Santa Cruz

Nascido em Pedra Badejo há 39 anos, Hélder Garcia é um exemplo de como se pode dar uma nova vida a um negócio de família. Licenciado em Gestão de Recursos Humanos, decidiu apostar na restauração do espaço onde funcionava antes um bar/mercearia dos pais, abrindo o Restaurante Aquário. “Quando abrimos com o nome Neptuno, tínhamos um aquário e os clientes começaram a sugerir que o nome aquário ficaria melhor”, lembra Hélder, que abriu o restaurante em 2017.

Com pratos tradicionais como caldo de peixe, xerém, cachupa e o bacalhau à moda da casa, o restau-

rante tem atraído clientes locais, visitantes de outros concelhos e turistas. “Estamos sempre abertos para auscultar os nossos clientes em relação às críticas, sugestões e elogios, para melhorar a nossa gestão”, realça o empresário. A expectativa é que o local se consolide como “uma referência em restauração, com foco nalgumas especialidades exclusivas”.

O negócio, que já emprega oito pessoas, na sua maioria jovens e mulheres, tem tido uma trajetória ascendente, apesar das dificuldades. “Começamos com muitas lacunas, mas fomos ultrapassando-as. Notamos muitos ganhos ao longo dos anos”, refere. Inicialmente, Hélder enfrentou alguns constrangimentos a nível financeiro, para a ampliação do espaço e aquisição de alguns equipamentos. “Não tive qualquer apoio institucional, mas tive sempre

o apoio incondicional da minha família”, destaca o empresário.

Hoje, Hélder Garcia está convicto da pertinência e impacto da empresa. “Acreditamos que o nosso projeto é rentável e contribui para o desenvolvimento económico do nosso concelho, porque somos 100% de Santa Cruz. A maioria dos nossos stakeholders são de Santa Cruz, investimos nos colaboradores locais e estamos disponíveis para colaborar em qualquer projeto social do concelho”, garante.

Para os jovens que estejam a ponderar iniciar um projeto de empreendedorismo, deixa uma mensagem de incentivo. “É preciso ter determinação, definir de forma clara os objetivos e ser resiliente, porque as necessidades são imensas e o percurso muitas vezes é complexo. Mas tudo o que é árduo, a recompensa é muito gratificante”, conclui.



Hélder Garcia


ECONOMIA LOCAL & EMPREENDEDORISMO

Sonho d'Ontem: visão e amor pela cultura

Texto: Cláudia da Cruz
Estagiária

O restaurante “Sonho d'Ontem”, fundado há mais de vinte anos por Pedro da Silva e sua esposa, é actualmente liderado pelo filho Adelino da Silva. O local é muito mais que um espaço onde se come, é um reflexo vívido de visão empresarial, resiliência e amor pela cultura cabo-verdiana.

Embora a família Silva tenha crescido em Portugal, já que os fundadores do restaurante emigraram muito jovens, viram em Santa Cruz uma oportunidade para realizar um investimento. Adelino, nascido em Portugal, revela que tudo começou com o sonho do pai e a confiança depositada nele e nos seus irmãos.

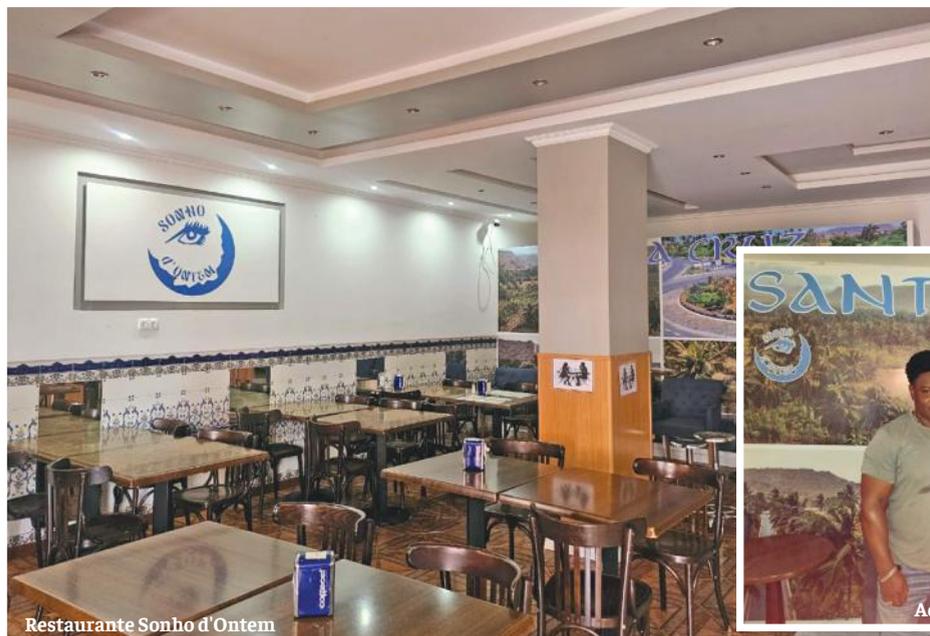
“Na altura, o meu pai contou-me sobre o projeto, perguntando-me se assumiria a responsabilidade, e concordei. Eu trabalhava na construção civil e, quando ele me fez a proposta, disse-lhe que viria, e cá fiquei,” recorda Adelino.

No momento da abertura, o Sonho d'Ontem rapidamente se firmou como uma referência no município. Não era apenas um restaurante, havia também uma discoteca que acolhia artistas nacionais que passaram a frequentar regularmente o local, tornando-o num ponto cultural e social de destaque.

Com espírito criativo e respeito pela tradição, o restaurante serve todos os pratos típicos de Cabo Verde, destacando-se pela autenticidade da cachupa, dos guisados e das sobremesas tradicionais. Todas as quintas-feiras, dedica-se à cozinha portuguesa, com especialidades como bacalhau e carne de porco à alentejana, de forma a criar um cruzamento harmonioso entre as cozinhas europeia e cabo-verdiana.

Nosso Sonho: uma aposta no turismo sustentável

Adelino da Silva e sua família, que já consolidaram com



Restaurante Sonho d'Ontem



Adelino e Pedro Silva

sucesso o restaurante “Sonho d'Ontem”, decidiram alargar o legado empreendedor da família, com um novo desafio - o Hotel “Nosso Sonho - concebido para responder à crescente procura turística em Santa Cruz e dinamizar o sector de hotelaria.

Embora o projecto esteja ainda em fase de desenvolvimento, a iniciativa reflete a ambição de oferecer alojamento de qualidade com a identidade cultural e natural da região.

“Em um espaço calmo e rural, o nosso projecto, que está em fase de acabamento, será um novo refúgio para muitos que estão à procura de alojamentos aqui e não há. O espaço conta com 37 quartos, piscina, sala de conferências, restaurante e áreas verdes”, descreve Adelino.

Adelino da Silva acredita que o município tem potencial para se desenvolver, contando com boas condições a nível do saneamento e das infraestruturas, mas o que

realmente precisa ser resgatado é a mentalidade das pessoas, que causam vandalismo no concelho. “Muitas das vezes, as entidades embelezam as ruas, mas são os próprios munícipes que os desgastam. Se são colocadas placas de sinalização, os próprios as destroem”, lamenta.

Água de coco na estrada: o maior ponto de atracção turística local

O município de Santa Cruz tem-se destacado não apenas pelas suas paisagens verdejantes, mas também por transformar tradições simples em experiências autênticas a todos aqueles que por lá passam. Entre plantações de bananas, cana-de-açúcar e coqueiros, a localidade de Rocha Lama tem sido um ponto atractivo que vem conquistando um espaço no turismo local.

A venda de coco fresco, que era apenas uma actividade de subsistência para alguns,

hoje faz parte de roteiros turísticos que revelam a identidade natural da região e que, actualmente, alimenta mais de dez famílias. Beber água de coco colhida virou símbolo da hospitalidade de Santa Cruz.

Sandra Martins, que há mais de dez anos vende no local, conta que a venda se popularizou há quatro anos, altura em que o espaço passou a contar com mais vendedeiras.

“As visitas tornaram-se mais frequentes há quatro anos. Com isto, muitas pessoas também vieram para cá vender. Hoje somos muitas, mas posso dizer que se factura bem. Nas épocas altas, como nestes tempos, mês dos emigrantes, chegamos a vender por dia cerca de quinze a vinte cocos, a 200 escudos cada um” relata Sandra.

Apesar de fazer um balanço positivo das vendas, Sandra destaca o perigo na zona. “Um dos problemas que enfrentamos é o trânsito. Por

estar à beira da estrada, e devido ao pouco espaço, a segurança torna-se uma preocupação. Sem um quebra-mola, os carros passam a alta velocidade”, salienta.

Não obstante os desafios, o local já é um local de paragem quase que obrigatório de todos os que visitam o concelho, tornando-se num ponto de atracção turística, único no concelho.



Sandra Martins

IV EDIÇÃO PRÉMIO GARANTIA COMUNIDADE

I EDIÇÃO



II EDIÇÃO



III EDIÇÃO



COMPROMISSO CONTÍNUO COM A COMUNIDADE, PARA QUE A VIDA NÃO PARE

O **Prémio Garantia Comunidade** é uma iniciativa que se enquadra no **ADN Humanista da Garantia**, enquanto seguradora com uma forte consciência social e que privilegia, na sua atuação, a valorização das pessoas e o envolvimento com a comunidade.

A **IV Edição do Prémio Garantia Comunidade**, reforça o compromisso da Companhia em promover a inclusão e o desenvolvimento, financiando projetos sustentáveis e que impactam positivamente o setor social.

São quatro milhões de escudos (4.000.000 CVE) destinados a instituições/associações de cariz social sem fins lucrativos, que atuam nas áreas da **Inclusão Social de Pessoas com Deficiência e Prevenção em Saúde, com especial foco na infância.**

Candidatura Aberta de 30 de Abril a 31 de Julho, candidate-se!


CURIOSIDADES

Santa Cruz entre história e modernidade

Texto: José Mário Correia

O concelho de Santa Cruz vale também pela sua tradição e riqueza histórico-cultural. Os historiadores falam num dos vários cantos do arquipélago que teve papel determinante na resistência colonial portuguesa que, em 1975, culminou com a independência de Cabo Verde. Mas também, naquela que já alojou quilombos entre os séculos XV e XIX.

E assim nasceu um concelho

Membrado a Santa Catarina durante décadas, enquanto parte de uma organização administrativa do governo colonial português, Santa Cruz passou à categoria de concelho em 1971. Pedra Badejo – zona centro em crescimento – figura-se como sede do município. Importante também a reter é que, durante os séculos XV e XIX, o tal período em que o arquipélago aparecia no cenário escravocrata internacional, enquanto entreposto, Santa Cruz alojou roças e engenhos ligados ao tráfico negreiro. A região chegou mesmo a ser conhecida como refúgio de Quilombos – comunidades de escravos fugitivos, chamados “badius”. Mas isso não significou complacência das suas gentes para com a vil situação. Com as suas formas autónomas de organização, resistiam, como podiam, à acção colonial.

Riqueza histórico-cultural – Catchás e Nhá Nácia Gomi

Quando se pensa em Santa Cruz, os nomes de dois grandes vultos da cultura, da música, enfim, da tradição, sobressaem imediatamente: Carlos Alberto, “Catchás”, nascido perto de Santiago, em Renque Purga (1951), e Inácia Maria Gomes Correia, “Nhá Nácia Gomi”, entre Tarrafal e Calheta (1925), mas que fez do concelho santa-cruzense a sua casa, desde os 14 anos de idade.

Catchás é descrito pela jornalista e escritora Gláucia Nogueira, como o mentor da revolução musical



Entre bananais que dançam ao vento, a estrada se estende misteriosamente rumo ao mar

vivenciada pelo Funaná, que saiu do mundo rural de Santiago, para chegar a todas as ilhas do país e, mais tarde, se internacionalizar como um dos sons mais expressivos de Cabo Verde, além da Morna e do Batuco. Quanto a Nhá Nácia Gomi, a jornalista lembra que ela se lançou nos palcos – “terreiro do batuku” – aos 15 anos e nunca mais de lá saiu. Já nessa altura “revelou tal domínio da capacidade de improvisar que surpreendeu a todos”. E só parou com a morte, em 2011, aos 85 anos.

Ambos animaram grandes festas locais que, ainda hoje – mas agora com outros protagonistas – atraem gentes de toda a ilha de Santiago, da emigração e das restantes ilhas. São festividades culturais importantes, como a “Festa de Santa Cruz (3 de maio)”, numa mistura com manifestações religiosas e populares.

Por onde andam as bananas de Santa Cruz?

Santa Cruz já foi um dos maiores celeiros grandes da banana na ilha de Santiago e em Cabo Verde, destacan-

do-se como um dos principais municípios produtores deste fruto no arquipélago, com destaque para as zonas litorais, como Pedra Badejo e Ribeira dos Picos, que, durante décadas, abasteceram não só o mercado regional como o nacional e o internacional. Desde a “banana di terra”, passando pelo Dwarf Cavendish (como a “Anã Roberto”, para exportação), a banana prata (sabor semelhante à maçã) e a banana-pão.

Mas hoje, apenas restam saudades de um produto que já foi referência insular. Muitos terrenos estão bal-

dios. As poucas plantações que ainda lá estão resistem ao tempo, fustigadas durante vários anos pela água salobra, resultado da intrusão marinha. Uma situação que teve eco internacional e obrigou o Banco Mundial (2024), por exemplo, a financiar, em um milhão de euros, a sua revitalização via dessalinização, importação de mudas saudáveis e uso mais racional de fertilizantes.

Eu Djaniny

Aos 34 anos, Jorge Djaniny Tavares Semedo é hoje um atleta em declínio. Mas, para quem não sabe, ele é claramente um dos atletas mais promissores que Santa Cruz já teve. Revelado pelo Scorpion Vermelho – um clube amador local – estreou-se no futebol profissional em 2009, ao serviço do Velense, clube da I Divisão do campeonato da Associação de Futebol de Angra de Heroísmo (ilha Terceira, nos Açores, Portugal), onde brilhou pelos seus 50 golos marcados em duas temporadas. A partir daí, nunca mais parou, chegando a militar pelo Sport Lisboa e Benfica (equipa B), pelos Tubarões Azuis, onde chegou pela primeira vez, em 2011, tendo várias internacionalizações.

Atleta possante, pelos seus 1,90m, está agora praticamente no desemprego. Seu último clube foi o Al-Fateh (da Arábia Saudita) – depois de ter passado também pelo Olhanense, União de Leiria e Nacional da Madeira (Portugal), Santos Laguna (México), Al-Ahli (Arábia Saudita), Trabzonspor (Turquia) e Sharjah (Emirados Árabes Unidos).



Nácia Gomi

Embora não tenha nascido em Santa Cruz, foi ali que viveu durante grande parte da sua vida adulta. É uma das personalidades mais conhecidas do concelho e de Cabo Verde, considerada uma referência como batucadeira e compositora, e conhecida como a Rainha do Finason.

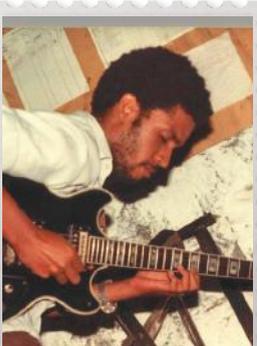
Inácia Gomes Correia nasceu em 1925 no concelho do Tarrafal. Apesar de nunca ter frequentado a escola, assistia às aulas de catecismo com os irmãos mais velhos. Aos 15 anos, numa festa de casamento, surpreendeu a todos com a sua capacidade de improviso quando entrou numa roda de batuku. Desde então, nunca mais parou.

Destacou-se pela sua capacidade de memorizar as próprias cantigas, pela criatividade e forma cativante de cantar. Fez diversas composições, muitas

com inspiração religiosa, abordando questões sociais, temas do quotidiano e relacionamento entre as pessoas, com mensagens de fé e resistência, em forma de conselhos ou reflexões.

Na ilha de Santiago, foi convidada para animar eventos diversos e participou nalguns eventos internacionais, entre os quais a Exposição Universal em Lisboa em 1998. Gravou um disco, participou em compilações e colaborou com outros artistas.

Faleceu aos 85 anos, em 2011, vítima de um Acidente Vascular Cerebral (AVC). Como reconhecimento pelo seu contributo para a música cabo-verdiana, a cidade de Santa Cruz a homenageou dando o seu nome a uma rua e ao Salão Nobre da autarquia e erguendo um busto da sua figura.



Katchás

Carlos Alberto Silva Martins foi um compositor e instrumentista, considerado um ícone do funaná. É reconhecido como o responsável pela revolução musical que fez com que o funaná atingisse um novo patamar enquanto género musical cabo-verdiano.

Nasceu em 1951, na localidade de Renque Purga, no concelho de Santa Cruz. Começou a carreira na década de 1970, em Lisboa, onde fundou o primeiro grupo musical. Em 1972, viajou para a França, onde gravou o primeiro disco.

Regressou a Cabo Verde depois do 25 de abril de 1974 e fundou o

grupo Bulimundo, com quem gravou seis discos durante seis anos, até 1986. Foi com eles que, através da introdução de instrumentos eletrónicos, contribuiu para a valorização do funaná enquanto género musical autêntico de Cabo Verde.

Viveu durante um ano e meio em Santo Antão, tendo regressado à cidade da Praia em 1987. No ano seguinte, durante o I Encontro Nacional de Música, faleceu num acidente de viação. Em Santa Cruz, procura-se preservar o seu legado de diversas formas, entre as quais o Centro da Iniciativa Juvenil Katchás.

EDITORIAL

Dar voz aos municípios e às pessoas

A sociedade cabo-verdiana - e os municípios, em particular - tem reclamado com frequência o facto de os temas locais não estarem a merecer o devido tratamento nos órgãos de comunicação social do país, quase sempre arredados numa agenda que normalmente privilegia os assuntos dos grandes centros urbanos e questões de natureza político-partidária que, na maioria dos casos, nada têm a ver com os reais anseios e problemas do dia-a-dia dos cidadãos espalhados pelos 22 municípios e as suas inúmeras aldeias e localidades mais distantes.

Por isso mesmo, o jornal A Nação lança hoje a quarta edição do caderno **Município em Destaque**, dedicado a **Santa Cruz**. Anteriormente, já lançamos os cadernos do Paul, da Brava e da Boa Vista.

Estamos cientes de que esta iniciativa, pela sua singularidade e exigência, acarreta enormes desafios, mormente para um periódico privado com poucos recursos, mas não nos quedamos perante incertezas nem viramos a cara a esses desafios que vamos enfrentar, contando com a inestimável adesão dos nossos leitores, parceiros e anunciantes.

Assim, o **Município em Destaque** aposta num jornalismo de causas e de serviço público, tendo em vista servir sobretudo o interesse geral dos cabo-verdianos e criar pontes entre o projecto editorial e os cidadãos, suscitando engajamento e empatias com as comunidades locais.

Tudo isso na perspetiva de manter os cidadãos de cada município informados sobre o desenvolvimento local e nacional e estimular a sua participação nas atividades que lhes dizem respeito.

Nesse sentido, ao mesmo tempo que dá voz às pessoas de cada reduto populacional, **Município em Destaque** assume-se como megafone do municipalismo e da necessária proximidade com as populações, as suas dificuldades, os seus sonhos, mas também os seus anseios e vontades para o futuro.

Município em Destaque é, ainda, veículo empenhado na exaltação do municipalismo enquanto instrumento mais directo da proximidade dos poderes públicos com os cidadãos, e meio em que têm expressão garantida todas as diferenças irmanadas do sentido republicano do bem comum, da ousadia de fazer diferente e marcar vidas e futuros com a capacidade criativa de cada um e de todos.

Município em Destaque, expressão das realidades locais e instrumento do direito à palavra das pessoas comuns e dos protagonistas que fazem a história das comunidades, faz-se hoje à rua com a vontade inabalável de servir as comunidades de cada concelho, de cada ilha, de cada cantinho de Cabo Verde.

Contai com isso de nós!


DESPORTO & JUVENTUDE

Santa Cruz é berço do primeiro medalhado olímpico de Cabo Verde

Texto: Paulo Galvão
Estagiário

Em Santa Cruz, apesar de o futebol ter um maior número de seguidores, outras modalidades têm contribuído para o seu reconhecimento e projecção a nível nacional e internacional. Este município inscreveu para sempre o seu nome na história do desporto nacional, quando o pugilista internacional David Pina, natural desse concelho, se tornou no primeiro atleta cabo-verdiano a conquistar uma medalha nos Jogos Olímpicos, corria o ano de 2024.

Tal como noutros concelhos do país, no município de Santa Cruz o desporto cativa os jovens. Com o objetivo de apoiar as potencialidades do desporto a nível local, têm sido feitos diversos investimentos para a construção e modernização das infraestruturas.

Orgulho local e nacional

O boxeur Daniel David Varela Pina projectou o município a um novo patamar, ao tornar-se no primeiro medalhado olímpico de Cabo Verde, recebendo bronze na categoria masculina de até 52 kg, ao participar em Paris nos Jogos Olímpicos de 2024.

Natural de Santa Cruz, o atleta de 27 anos reside há alguns anos em Portugal. Nos quartos de final das XXXIII Olimpíadas de Paris, fez história ao derrotar o zambiano Patrick Chinyemba, campeão africano, por 5-0.

Na altura, em declarações aos jornalistas, o atleta disse que trabalhou muito e mostrou-se satisfeito por ter conquistado a primeira medalha olímpica de sempre na história do desporto cabo-verdiano. A conquista valeu-lhe uma condecoração do Governo de Cabo Verde e um prémio monetário.

Émerson, o escorpião vermelho

A nível local, há outros atletas que espalham ma-

gia para além do município. A nível do futebol, destaque para Émerson, médio do Scorpion Vermelho, e o extremo Alaba. Émerson envergou a braçadeira de capitão durante a Taça de Independência, organizada pela Federação Cabo-Verdiana de Futebol, levando a Selecção de Santiago a conquistar o título frente à formação de São Vicente, por 1-0, com golo do central Xibinhu.

O jogador mereceu uma homenagem por parte da Associação Regional de Futebol de Santiago. O percurso do atleta tem contribuído para cativar e incentivar outros jovens a empenharem-se nas carreiras, projectando assim o nome de Santa Cruz.

Jogadores que marcam gerações

Ainda no futebol, o município de Santa Cruz conta com nomes sonantes. É o caso de Jorge Djaniny Tavares Semedo (Djaniny), jogador que atualmente defende as cores do Al Fateh da Arábia Saudita. Antes, jogou ao serviço de vários clubes conhecidos a nível mundial como o Santos Laguna (México), Trabzonspor (Turquia), Benfica e União de Leiria (Portugal), entre outros. Além disso, Djaniny já defendeu as cores da selecção nacional, somando 36 participações e seis golos.

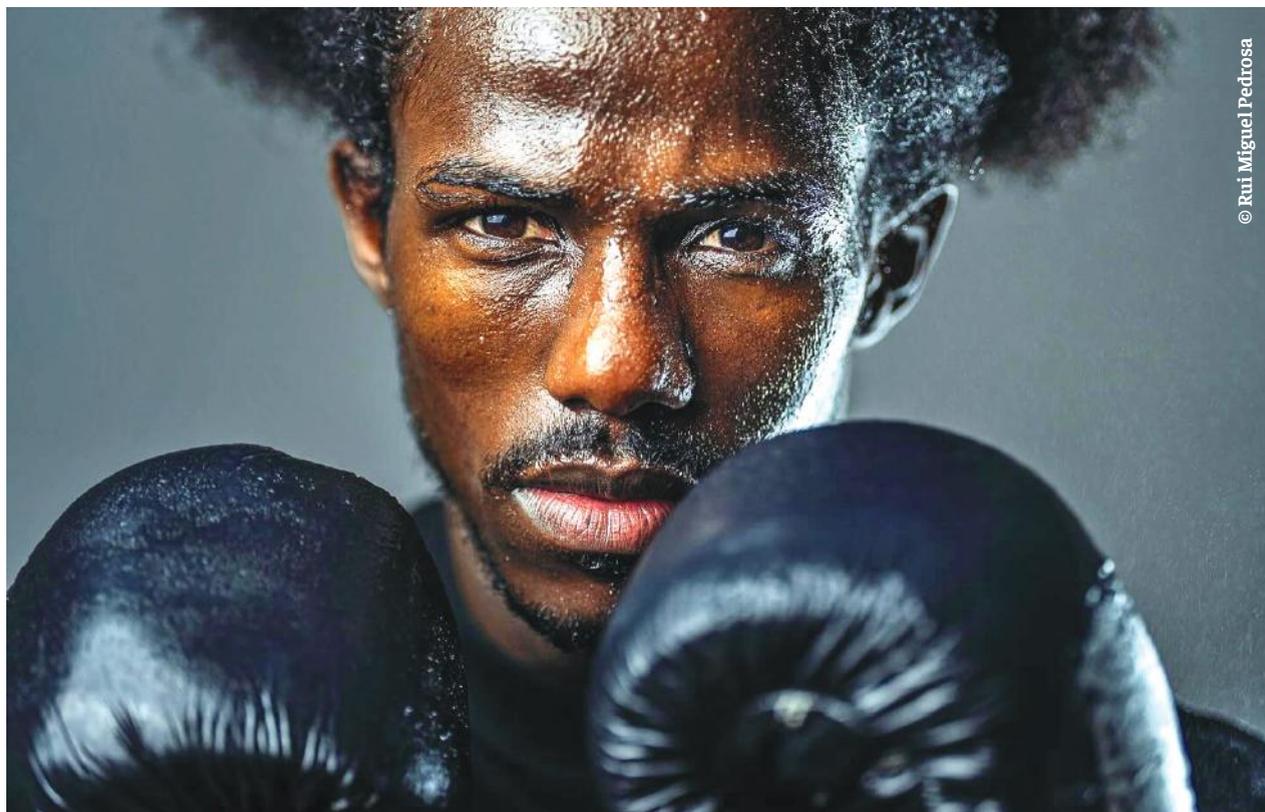
A nível nacional, Jacknick é considerado um jogador de grande qualidade. A sua carreira inclui passagens por várias equipas da ilha

de Santiago, como Boavista e Travadores. Foi campeão em ambos os clubes, sendo que nos Travadores chegou a ser capitão de equipa.

Estádio 25 de julho

O Estádio Municipal 25 de Julho, é uma infra-estrutura multiusos situada na cidade de Pedra Badejo, onde

se disputa o campeonato regional. O estádio é gerido pela Associação Regional de Futebol de Santiago Norte (ARFSN, sendo a casa de um dos melhores clubes da região, o Scorpion Vermelho, e foi escolhido em 2022 pela Federação Cabo-Verdiana de Futebol para sediar a final da Taça de Cabo Verde em futebol sénior.



© Rui Miguel Pedrosa



Uma mão cheia de cultura, num roteiro de memórias e vivências colectivas

Texto: Adelise Furtado
Estagiária

A Câmara Municipal de Santa Cruz preparou um mês cheio de actividades culturais, com o programa “Sakutelu Kultural”, que está a acontecer entre Junho e Julho. O objectivo é valorizar a cultura local, envolver a população e dar destaque aos talentos do concelho.

Do programa constam diversas actividades, entre as quais a festa de romaria de Nhu São Pedro, a comemoração dos 50 anos da Independência de Cabo Verde, e a “Maior roda de batuku di mundu”, que juntou várias batucadeiras em Santa Cruz. Foi ainda realizada a primeira sessão do concurso musical “Tudu Santa Kruz Kanta 2025”, onde jovens mostraram o seu talento.

Momento alto

Um dos momentos mais marcantes da programação foi a homenagem à grande figura da cultura cabo-verdiana, Nha Nacia Gomi, com várias actividades realizadas durante uma semana, como conversas, batuco, exposições e conferências. No dia 18 de Julho, foi realizada uma missa e colocada uma coroa de flores no busto de Nácia Gomi. Além disso, a cantora Elida Almeida deu um concerto especial pelos seus 10 anos de carreira. E no dia 19 de julho, foi realizada a final do concurso “Tudu Santa Kruz Kanta 2025”.

A programação vai continuar nos próximos dias, com a Jornada Tradison na Alma (de 20 a 28 de Julho), música tradicional, teatro, batuco e exposições, o Festival de Areia Grande (25 e 26 de Julho), e o encontro com a Diáspora de Santa Cruz (30 de Julho), para fortalecer os laços com os que vivem fora do país.

Katchás, presente!

O Centro de Iniciativa Juvenil Katchás, também referido como Casa Cultural



Centro de Iniciativa Juvenil Katchás

Katchás, localizado em Pedra Badejo, desempenha um papel central na preservação da memória e na promoção da cultura cabo-verdiana. Foi criado pela Câmara Municipal para homenagear Carlos Alberto Silva Martins, responsável pela autêntica revolução no Funaná.

O espaço acolhe exposições como a dedicada à vida e obra do artista, com fotografias, vídeos, recortes de jornais e depoimentos direccionados a jovens, escolas e visitantes, reforçando a ligação entre memória cultural e comunidade.

Ao longo dos últimos anos, o centro tem sido palco de formações, como a iniciativa “Museus para o Desenvolvimento Sustentável”, que permitiu a formação de jovens locais e agentes comunitários, no âmbito da valorização dos ritmos tradicionais (Batuco, Funaná e Tabanca).

Da marginalização ao estilo moderno

Carlos Alberto Silva Martins, nascido em Renque

Purga, Santa Cruz, em 1951, liderou o grupo “Bulimundo” e ajudou a transformar o Funaná, de ritmo rural silencioso e marginalizado, num estilo moderno amplificado, celebrando a identidade cabo-verdiana. Ele introduziu instrumentos eléctricos e popularizou este estilo musical para além da ilha de Santiago, fazendo dele um fenómeno cultural nacional e internacional.

Elida Almeida, entre momentos doces e amargos

Nascida em Pedra Badejo, Elida Sofia Cabral Almeida cresceu na casa dos avós, em Matinho. As suas vivências, marcadas por momentos doces e amargos, moldaram a sua essência artística. Esses traços estão presentes no seu primeiro álbum, “Ora Doci Ora Margos”, lançado em 2015, que retrata exactamente as experiências da sua infância.

Com uma carreira que conquistou Cabo Verde “de

Cruz tem”, disse a cantora, reconhecendo a responsabilidade de ser “fidju de Santa Cruz” no panorama musical cabo-verdiano.

Elida expressou, também, admiração por Katchás, músico que, embora não tenha conhecido pessoalmente, considera a sua maior referência.

Foi com esse espírito de gratidão e celebração das raízes que Elida Almeida regressou a Santa Cruz, no passado dia 18 de Julho, para celebrar os 10 anos de carreira com um concerto especial no Hotel Falucho. A data coincidiu com o centenário de Nha Nacia Gomi, figura maior do Batuco e da cultura cabo-verdiana, tornando o momento ainda mais simbólico.

“Hoje o coração transborda ao regressar a Santa Cruz, ao lugar onde nasci, onde sonhei”, confidenciou Elida.



Elida Almeida


HISTÓRIA EM DESTAQUE

Entre as tradições e o progresso, um município jovem à conquista do futuro

Texto: António Alte Pinho

Situado no interior da ilha de Santiago, o Município de Santa Cruz tem 54 anos de existência, cujo dia é assinalado a 29 de Março. De todo o modo, a data maior de Santa Cruz é celebrada a 25 de Julho, com as festividades de Santiago Maior (Nhu Santiago Maior) como mais adiante se verá. Com profundas tradições culturais, entre o religioso e o profano, Santa Cruz aposta no futuro e quer regressar aos gloriosos tempos em que dava cartas na economia da ilha e do país.

Considerado o maior concelho agrícola da ilha-mãe, a sua elevação à dignidade de município ocorreu em 1971, após a desanexação de duas freguesias da Praia.

Com sede administrativa na Cidade de Pedra Badejo, a criação do município ocorreu pela necessidade de promover o desenvolvimento por razão do crescimento populacional e pela sua crescente importância estratégica para a produção agrícola a nível regional e nacional.

Juntamente com a agricultura, a criação de gado e a pesca ocupam cerca de 45 por cento (%) da população activa, sendo, por tal, sectores determinantes para a economia local.

Décadas atrás, Santa Cruz era o principal fornecedor de banana para Portugal e importante centro de transformação de carnes, estando no horizonte da autarquia o regresso a esses tempos de glória, através de uma aposta forte na modernização e desenvolvimento de todo o sector agrícola. Mas, também da pesca, do impulsionamento da indústria, do turismo e do sector imobiliário (ver entrevista com o presidente Carlos Silva).

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), referentes a 2023, Santa Cruz conta com uma população residente de mais de 25 mil pessoas, sendo maioritariamente do sexo feminino (50,5%), e a maioria (59,7%) vive em meio rural.



A maioria da população é jovem, sendo que 33,3% corresponde à faixa etária entre os zero e os catorze anos; 18% tem entre quinze e vinte e quatro anos; 16,5% entre os vinte e cinco e os 34 anos; 26,2% entre os trinta e cinco e os sessenta e cinco anos; e 6% em idade acima dos 65 anos.

O momento maior

É sempre assim todos os anos por altura das festividades de Nhu Santiago Maior, o Padroeiro. Entre o religioso e o profano, Santa Cruz e a Cidade de Pedra Badejo recebem milhares de pessoas, muito especialmente da Diáspora – que se tem manifestado central para o “novo

impulso” que se sente na economia local - e de todos os cantos da ilha de Santiago.

O grande acontecimento do ano não coincide com o Dia do Município, pelo contrário, é o Santo Padroeiro (assim mesmo, em maiúsculas) que marca o toque a reunir e enche a cidade de festa e fé. 25 de Julho assinala, também, o traço afectivo e a cumplicidade do reencontro dos emigrantes com seus familiares e amigos, no momento maior da vida do Município.

É, ainda, tempo de balanço e de reflexão, unindo o ido e o vindouro de um município jovem à conquista do futuro, fervilhando de actividades culturais, recreativas e desportivas.

São Tiago, o Padroeiro, para todos os efeitos Nhu Santiago Maior, transpira de cultura popular e tradicional, mas, como já se disse, casa a religiosidade com a laicidade, arrastando multidões de crentes e festeiros, num aparentemente estranho casamento de interesses, ou talvez não.

É tempo de cumprir promessas ao santo, mas também de “abandar o capacete” no sempre renovado Festival da Praia de Areia Grande, de se encostar aos balcões das barracas, bebericar uns copos e degustar “bafas” da gastronomia local. E, como não podia faltar, dar um pé de dança nos, agora mais raros, bailes de Funaná.

Longe vão os tempos dos tradicionais bailes de conjunto, com o Finason a ser rei da festa, mas as tradições nunca se perdem e a autarquia está apostada na recuperação destas memórias em tempo de maiores modernices e de opções musicais, tantas vezes discutíveis.

Pese o passar do tempo, os foguetes ainda rasgam a escuridão da noite em artísticas formas luminosas e a sua estridência dá sinal de vida a umas festividades que marcam, como sulco na veia, a história de uma urbe e de um povo.

E, em tempo de encerrar esta história, bem fica sempre dar o mote do momento: Viva Nhu Santiago Maior!

Municípios satisfeitos com mudanças dos últimos anos, mas alertam para a falta de segurança

Texto: Adelise Furtado e Cláudia da Cruz Estagiárias

Fomos dar voz aos municípios de Santa Cruz, que partilharam a sua visão sobre as mudanças registadas no concelho nos últimos anos. Nas opiniões que recolhemos junto ao Mercado Municipal, destacam-se avanços em áreas como infra-estruturas, habitação e oportunidades para os jovens. No entanto, muitos apontam também desafios que persistem, como a criminalidade e a necessidade de reforçar a segurança.



João Leal
56 anos, Comerciante

“Em Santa Cruz, é necessário colocar tropas na zona para combater os delinquentes, alguns jovens que já começaram a revoltar-se. Se houver tropas fixas na zona, muitas coisas vão mudar. O município já se desenvolveu bastante em termos de trabalho, a zona está mais organizada e com mais

infra-estruturas, mas ainda há muito por fazer, porque, como se costuma dizer, as coisas melhoram pouco a pouco, não mudam de uma só vez. Ao nível do comércio, também está mais organizado.”



Anete Andrade
39 anos, Funcionária da Shell

“A zona mudou algumas coisas porque tem sido feito trabalho, espero que vá mudar ainda mais nestes quatro anos, que eles possam fazer tudo aquilo que prometeram. Por exemplo, na minha zona, que é a zona da Bela Vista, ainda é necessário fazer o calçamento, urbanização e também a iluminação pública,

que é importante. Nas outras zonas, a situação mudou, sim, já se vê calçamento, iluminação pública. E, depois, também se vê a formação profissional, que é uma grande oportunidade para nós, jovens.”

Adolfo Lomba
47 anos, Agente Policial

“Em Santa Cruz, o que é necessário são mais infra-estruturas, calçamento das zonas, iluminação pública, e também a educação dos jovens, os pais precisam estar mais cientes e colocá-los para estudar e ter atenção mais redobrada, para que possam sair das ruas e sejam pessoas melhores. Em relação às mudanças, houve alguma melhoria, por exemplo, o táxi que antes não tínhamos. As infra-estruturas também melhoraram, mas ainda falta muito.”



Mariza Teixeira
36 anos, Comerciante

“O que está a afectar Santa Cruz é a criminalidade, muitos jovens estão a entrar para o crime. Pelo lado positivo, considero que há muitas melhorias, o presidente e a câmara têm trabalhado, e o município está bem desenvolvido. Agora, em termos de delinquência, isso afecta bastante e os municípios já não se sentem seguros. A partir das 19 horas, ninguém quer sair à rua. Mas, em termos de mudança, as coisas estão a mudar aos poucos.”



Nickelson Tavares
31 anos, Fiscal

“No nosso município, muitas coisas mudaram. Temos um bom presidente, que trabalha seriamente e tem promovido muitas mudanças, principalmente para os jovens, na habitação, iluminação e também dentro da instituição que trabalho, tudo isso está a melhorar. Mas precisamos de mais segurança, mais agentes em Santa Cruz para combater a criminalidade.”

samos de mais segurança, mais agentes em Santa Cruz para combater a criminalidade.”



Dúlia Correia
40 anos, Comerciante.

“Não se pode negar que já houve melhorias na organização do mercado, mas ainda falta por fazer, nós que vendemos dentro do mercado, queremos que haja uma melhor organização de modo que todas vendedeiras que vendem à porta passem a trabalhar dentro do mercado, assim podemos todos ter visibilidade. Também a instalação de conservadores para as hortaliças é imprescindível.

Em relação à produção, há aspectos que devem ser considerados, que é criação de mais reservatórios para a conservação de água, o que permitirá produzir mais hortícolas”.



PARA 100% DE AMBIÇÃO, 100% DE FINANCIAMENTO.

A **Linha Especial de Microcrédito** é a solução para o financiamento de negócios de pequena dimensão. Com a garantia Pro-Garante, pode conseguir 100% do investimento necessário para arrancar com o seu projeto.

- Montante: Até 550.000 CVE;
- Prazo: Até 60 meses;
- Financiamentos/finalidades elegíveis:
 - a) Financiamento de apoio à Tesouraria;
 - b) Financiamento a fatores de produção;
 - c) Financiamento a investimento.

Taxa: 4,5%.

*TAEG: 4,973%.

*TAEG de 4,973%, calculado com base numa TAN Mínima de 4,5%, para um crédito de 100.000 CVE, com o prazo de reembolso de 60 meses, valor da prestação: 1.864 CVE.

As operações ao abrigo desta linha estão isentas de comissões.

Saiba mais sobre esta linha de financiamento resultante do protocolo de colaboração entre Portugal e Cabo Verde.

Para mais informações, consulte o nosso site www.bi.cv ou contacte-nos através de parceiros@bi.cv ou ainda pelos números +(238) 2602546 / 4365774, de Segunda a Sexta, das 8h às 15h.



Relatório & Contas 2024

Sustentabilidade combina comigo.



ÓRGÃOS SOCIAIS



Mesa Assembleia

Presidente: Raquel Helena Lopes Spencer Medina

Vice-Presidente: Zilmar Darilson Silva Lopes

Primeiro-secretário: Dulce Sofia Dupret Fonseca



Conselho Administração

Presidente: Jailson da Conceição Teixeira de Oliveira

Vice-Presidente: Gilson Manuel Gomes Pina **

Vogal: António Carlos Moreira Semedo

Vogal: Maria Júlia Mendes do Rosário Ferreira*

Vogal: Adilson Vaz Cabral**

Vogal: Yara Helena Semedo Craveiro Miranda Semedo

Vogal: Waldemar José Lima Fonseca Bento*



Conselho Fiscal

Presidente: Vitalzinho Vieira Landim*

Vogal: José Armindo Fernandes Duarte**

Vogal: Sandra Marisa Semedo Monteiro Tavares*

Suplente: Sheila Maritza Timas Pinto Monteiro Moeda**

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Estimados Acionistas, Clientes e Parceiros,

O ano de 2024 ficou marcado por uma conjuntura caracterizada por Crescimento moderado e estável da economia mundial, com a recuperação da atividade económica dos principais parceiros de Cabo Verde, com destaque para os países da zona do Euro e para o Reino Unido, com impacto positivo no emprego, no rendimento e na confiança dos consumidores. Nos Estados Unidos, assistiu-se a uma ligeira desaceleração do crescimento da atividade económica, apesar das recentes medidas de política monetária expansionistas como a redução das taxas de juros de referência, evidenciando o desfasamento temporal dos efeitos da política monetária.

Registou-se um crescimento homólogo do PIB de 0,5% e 0,6% cento no primeiro e se segundo trimestre de 2024 respetivamente na Área de Euro, a comparar com 0,2% no quarto trimestre de 2023, para um crescimento anual de 1%. O Reino Unido, após a recessão técnica no quarto trimestre de 2023, registou um crescimento homólogo do PIB de 0,3% e 0,7% no primeiro e segundo trimestre de 2024 respetivamente, crescimento anual de 0,7%. Nos EUA, o PIB cresceu 2,9% e 3,0% no primeiro e segundo trimestre respetivamente, a comparar com 3,2% registado no último trimestre de 2023, com um crescimento anual de 2,7%. A economia chinesa cresceu 4,7% em 2024.

Proseguiu-se a normalização da cadeia de abastecimento, globalmente considerada, traduzindo-se numa diminuição generalizada da pressão inflacionista, não obstante alguma volatilidade nos preços dos produtos energéticos.

Manteve-se a trajetória descendente dos preços no produtor e no consumidor dos principais parceiros de Cabo Verde.

Persistiu-se a queda dos preços das commodities, com o Food Price Index a registar quedas homólogas significativas, sendo de destacar 1,1% em agosto 2024 e 5,6% no período Janeiro a agosto, associada à melhoria da oferta do trigo e do arroz.

Continuou, no entanto, alguma volatilidade nos preços dos produtos energéticos. A cotação média do barril do Brent no mercado internacional atingiu 78,83 USD em agosto de 2024, representando um decréscimo de 7,3 % em termos homólogos, mas um aumento de 2,7% em termos acumulados de janeiro a agosto de 2024.

As taxas desinflação homólogas, na Área do Euro, nos EUA e no Reino Unido, a continuaram a sua queda situando-se a 2,2%, 2,5% e 2,2% respetivamente em agosto de 2024, contra 5,2%, 3,7% e 6,27% respetivamente, em agosto de 2023. Registou-se a mesma tendência a nível das taxas de inflação médias.

Foram implementadas medidas de política monetária menos restritivas ou expansionistas, nos mercados monetários e cambiais de relevância para Cabo Verde. O BCE baixou as suas taxas de referência de 25 pontos de base em junho 2024, de 60 pontos de base em setembro 2024 e novamente de 25 pontos de base em outubro 2024, fixando em 3,40%. Ainda em setembro de 2024, reduziu a sua taxa de juro da facilidade permanente em 25 pontos de base, para 3,50%. O Banco da Inglaterra procedeu a uma redução de 25 pontos de base da sua taxa de juro de referência em agosto 2024, a primeira redução em mais de 4 anos, fixando-se em 5%. A Reserva

1* Data nomeação: 28 junho 2024; ** Data nomeação: 8 novembro de 2024

Federal dos EUA reduziu a sua taxa de juro de referência em 50 pontos de base em setembro de 2024, a primeira redução desde março de 2022, fixando-se no intervalo 4,75% – 5%.

Assistiu-se a um mercado de trabalho mais robusto nos principais parceiros do país e acolhedores da diáspora cabo-verdiana particularmente na Área do Euro e no Reino Unido, apesar de algum arrefecimento nos EUA. Na Área do Euro, registou-se uma diminuição de taxa de desemprego de 6,6% em agosto de 2023 para 6,4% em agosto de 2024. No Reino Unido, a taxa de desemprego passou de 4,2% em agosto de 2023 para 4,0% em agosto de 2024. Nos EUA, face ao arrefecimento da economia, a taxa de desemprego subiu de 3,8% em agosto de 2023 para 4,2% em agosto de 2024 e estabilizou-se em torno dos 3,8% em agosto de 2023, a comparar com 3,7% em agosto do ano anterior.

Verificou-se um agravamento das tensões geopolíticas e militares entre os países ocidentais e a Rússia e seus principais aliados, com uma significativa escalada da guerra na Ucrânia, a par da persistência de tensões comerciais, sobretudo, entre os Estados Unidos e a China, agravadas ainda mais pelo recente conflito no Médio Oriente, opondo Israel, e o Hamas e o Hezbollah libanês. Novas incertezas quanto às relações da nova Administração Americana com o resto do mundo, na sequência da eleição do republicano Donald Trump e controlo do partido republicano de todos os órgãos do poder (Câmara, Senado, Governadores).

A economia nacional registou um forte crescimento já no primeiro trimestre 2024, impulsionado por um ambiente de crescimento da procura turística externa e redução da inflação, com impacto positivo no mercado do trabalho e no rendimento das famílias.

O Produto Interno Bruto evidenciou um crescimento de 9,7% em termos homólogos, no primeiro semestre de 2024, contra 5,2% em igual período de 2023 e um crescimento anual de 7,3% contra 5,5% em 2023. Assistiu-se a uma melhoria considerável da procura externa traduzido num aumento das exportações de serviço, que cresceu 8,1% no primeiro semestre de 2024 explicado principalmente pelo aumento da procura turística externa, que cresceu 13,5% no período.

Registou-se um abrandamento da procura interna que cresceu 2,6% no primeiro semestre de 2024, contra 2,8% no período homólogo de 2023, provocado pela queda nos investimentos (-16,3%), num contexto de custos de fatores de produção elevados, falta de mão de obra no sector da construção e incertezas geopolíticas.

O consumo privado cresceu 7%, explicado pelo crescimento dos rendimentos reais das famílias, descida da inflação e pelo aumento das pensões e outras transferências.

Uma diminuição da taxa de desemprego para 8,8% contra 10,3 em 2023, segundo o INE, refletindo a melhoria da situação do mercado de trabalho a nível nacional.

Uma evolução positiva da economia nacional no primeiro semestre determinado pelo aumento dos serviços ligados ao turismo, nomeadamente o serviço de alojamento (+38,5%), a restauração (+38,5%) e os transportes (+23,4%), com impacto positivo nos impostos arrecadados no período.

Um abrandamento da atividade no sector da Indústria transformadora no primeiro semestre 2024, com um crescimento de 11,75% contra 15,0% em 2023.

Uma melhoria da tendência no sector da construção com uma queda de 4,8% no primeiro semestre de 2024 contra uma queda de 12,6% no período homólogo.

Uma redução contínua das taxas de inflação em Cabo Verde, com a taxa de

inflação média anual a cair de 5,8% em agosto de 2023 para 1,2% em agosto de 2024 e a taxa de inflação homóloga a descer de 1,2% no mesmo período de 2023 para 1% em 2024, motivada principalmente pela redução do preço dos produtos alimentares, enquanto os preços dos outros produtos como os transportes, a energia e a habitação, aumentaram.

Uma evolução favorável da balança corrente, evidenciando um Superavit de 1,5% do PIB, explicado pelo aumento das exportações de serviços de turismo, das reexportações de combustíveis e das remessas dos emigrantes, quando no ano anterior e no mesmo período tinha um défice de 1,2% do PIB.

Persistência de diferencial entre as taxas de juro internas de Cabo Verde e as taxas de juro do BCE, favorável à zona do Euro assim como condições de financiamento externo restritivas nessa zona, com impacto no investimento direto estrangeiro e na acumulação de ativos externos por parte dos bancos comerciais nacionais.

Evolução desfavorável da balança financeira associada ao aumento do ativo externo dos bancos comerciais, à queda de 16,4% do investimento direto estrangeiro e à diminuição das dívidas comerciais externas.

Situação de défice das contas públicas, motivada principalmente pelo aumento das despesas correntes, a contrariar a situação de superavit registado no período homólogo de 2023. Stock da Dívida Pública atingiu 109,2% do PIB.

As reservas externas do país registaram uma diminuição, passando a cobrir 5,7 meses de importação, projetadas para 2024, contra os 6,2 meses de importação em 2023.

Em agosto de 2024 a Massa Monetária apresentou um crescimento de 3,5% em relação a dezembro 2023, explicado pelos ativos externos dos bancos comerciais. Um aumento da taxa de juro dos depósitos, com impacto positivo no crescimento dos depósitos a prazo. Em agosto 2024, registou-se igualmente uma contração de 8,6% no crédito ao Governo Central, conduzindo a um crescimento negativo de -3,5% do Crédito Interno Líquido em relação a dezembro 2023. Como atenuante, o crédito à economia assinalou um crescimento de 2,6% em relação a dezembro de 2023 e 6,8% em relação ao período homólogo. Persistência e agravamento de um elevado nível de endividamento de alguns segmentos do setor empresarial. Flexibilização das condições de aprovação de crédito, tanto para as empresas como para os particulares.

A manutenção, pelo Governo, de linhas de financiamento com garantia do Estado, no âmbito da Linha da Retoma com o objetivo de assegurar a retoma da economia nacional, através dos bancos comerciais; Criação do programa de promoção do autoemprego STIMULA EMPREENDA + e a plataforma digital “Banco Jovem Mulher”, com o objetivo de reforçar o estímulo ao empreendedorismo e acelerar o ritmo de crescimento do emprego.

Um nível ainda elevado de incertezas relacionadas com a evolução e as consequências de grave escalada da Guerra na Ucrânia, da guerra em Gaza, no Líbano e na Síria, além do exacerbar das tensões geopolíticas entre as duas maiores economias e potências militares mundiais, os EUA e a China.

A nível do sector bancário destacou-se:

A alienação pelo Estado de Cabo Verde da sua participação direta no capital social da CAIXA;

A classificação da Caixa Económica como Banco de “elevada importância sistémica” número 1, pelo Banco de Cabo Verde em junho 2024;

O anúncio pela Caixa Geral de Depósitos (CGD) da venda da sua participação maioritária e de controlo de 59,81% do capital social do BCA, à Coris Holdings. S.A do Burkina Faso;

A persistência da concorrência baseada no preço e rapidez de resposta: preço e celeridade continuam a ser os critérios mais importantes na escolha do banco,

com impacto assinalável na margem financeira dos bancos;

O nível de incumprimento do crédito a manter-se a tendência decrescente; Surgimento de novos padrões de fraude – aumento dos riscos cibernéticos e operacionais de complexidade mais elevada, tendo o BCE apelado para que as autoridades reguladoras estejam mais atentas aos efeitos de uma crise na segurança dos bancos e na solidez dos seus modelos de negócios;

Expansão da liquidez, com a massa monetária a aumentar 2,9% em junho de 2024 face a dezembro de 2023, em virtude do aumento dos ativos externos líquidos dos bancos comerciais em 240,9%;

Contração do crédito interno líquido e dos ativos externos líquidos do BCV (reservas internacionais líquidas) de 4,5% e 2,8%, respetivamente face a dezembro de 2023;

Crédito à Economia, a registar crescimento homólogo de 2,6% em agosto 2024 explicado por novos empréstimos concedidos à economia, sobretudo ao aumento dos créditos investimento destinados a aquisição de equipamentos, viaturas e terrenos para construção, expansão da atividade e cobertura de necessidades de tesouraria e créditos pessoal destinado ao consumo diverso de bens e/ou serviços;

Persistência de elevada concentração do funding bancário em duas instituições de importância sistémica que respondem a 61,6% dos depósitos do sistema em junho de 2024, com os cinco maiores depositantes detendo 23,2% do total dos depósitos do sistema;

Crescimento das disponibilidades líquidas dos bancos comerciais em moeda estrangeira, possivelmente em resultado do alargamento do spread (diferencial) entre as taxas de juro do BCE e do BCV, o que poderá impulsionar a saída de capitais e consequentemente promover a redução das reservas cambiais oficiais. Tendo em consideração este e outros aspetos, recentemente o BCV procedeu a alteração das taxas de juros conforme quadro infra;

Aumento em novembro de 2024 das principais taxas de juro, visando alinhar as taxas de juro nacionais às da Zona Euro, reduzindo o diferencial para conter a saída de capitais do país;

A Caixa, manteve no ano de 2024 a sua trajetória de crescimento, de consolidação e de reforço dos seus principais indicadores, que culminaram a sua classificação como banco sistémico de importância número 1 pelo banco de Cabo Verde.

O seu Ativo Líquido registou um crescimento de 4,25% (+3.879.369 contos) em relação a dezembro de 2023 atingindo 95.174.828 contos, explicado sobretudo pelo crescimento da rubrica Crédito.

Os Depósitos Totais conheceram um crescimento de 3,34% (+2.733.830 contos) atingindo 84.615.928 contos em dezembro de 2024, contra 81.882.098 contos em dezembro de 2023.

O Crédito Bruto Total Clientes, incluindo as obrigações “corporate” e Dívida Pública, registou um crescimento 6,12 (+3.856.065 contos), atingindo 66.866.052 contos em dezembro de 2024 contra 63.009.987 contos em dezembro de 2023, explicado principalmente pelo crescimento do crédito titulado.

O Crédito Total Líquido, registou um crescimento de 6,61% (+3.871.891 contos), atingindo 62.464.206 contos em dezembro 2024, contra 58.592.315 contos em dezembro 2023.

O acompanhamento permanente da carteira de crédito, a prevenção e a gestão do incumprimento, bem como a busca de soluções para os ativos recebidos em pagamento continuaram a merecer uma atenção reforçada da Administração da Caixa Económica durante todo ano de 2024.

Os indicadores da qualidade da carteira de crédito, continuaram a registar

melhoria, tendo o rácio de crédito vencido evidenciado uma diminuição de 0,55 p.p., passando de 7,97% em 2023 para 7,42% em 2024.

O Resultado Líquido do Exercício atingiu o valor de 1.813.876 contos em dezembro de 2024, traduzindo-se num crescimento de 20,67% (+310.697 contos) em relação a 2023.

A Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE) em 2023 atingiu 20,32% contra 18,91% em 2023, evidenciando um aumento de 1,41 p.p.

Os Capitais Próprios da Instituição atingiram 9.457.440 contos em 2024, contra 8.395.244 contos em 2023, evidenciando um aumento de 1.062.196 contos (+12,65%), explicado pelo aumento das Outras Reservas e resultados Transitados e dos Resultados Líquidos.

O Rácio de Solvabilidade atingiu 24,85% em 2024, registando um ligeiro aumento de 0,23 p.p. em relação a 2023, continuando significativamente superior ao mínimo regulamentar em vigor que é de 12%.

O rácio de “Cost-to-income”, medida de eficiência dos bancos, fixou-se em 45,5%, registando um ligeiro aumento em relação a 2023

O Banco continua a ter condições prudenciais e liquidez confortáveis para financiar as necessidades de financiamento das famílias e das empresas caboverdianas, enquadráveis na sua Declaração de Apetite ao Risco.

O empenho, a dedicação e a competência de todos os Colaboradores constituíram os fatores determinantes de diferenciação e da melhoria do desempenho da Caixa, fato pelo qual expressamos aqui o nosso apreço e reconhecimento.

A Caixa continuará empenhada em criar as condições técnicas, organizacionais e humanas necessárias para a melhoria contínua do seu funcionamento e do seu desempenho.

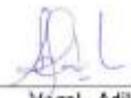
O Conselho de Administração

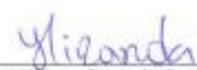

Presidente - Jaisson da Conceição Teixeira de Oliveira


Vice-Presidente - Gilson Manuel Gomes Pina


Vogal - António Carlos Moreira Semedo


Vogal - Maria Júlia Mendes do Rosário Ferreira


Vogal - Adilson Vaz Cabral


Vogal - Yara Helena Semedo Craveiro Miranda Semedo


Vogal - Waldemar José Lima Fonseca Bento

PRINCIPAIS INDICADORES

(milhares de escudos - mCVE)	2024	2023	Var. anual	
			mCVE/p.p	%
Dimensão				
- Ativo Líquido	95 174 828	91 295 459	3 879 368	4,25%
- Recursos Próprios (Capital + Reservas + Resultado)	9 457 440	8 395 244	1 062 196	12,65%
- Crédito s/ Clientes (Bruto)	66 866 052	63 009 987	3 856 065	6,12%
- Crédito s/ Clientes (Líquido)	62 464 206	58 592 315	3 871 891	6,61%
- Recursos de Clientes	84 615 928	81 882 098	2 733 830	3,34%
- Trabalhadores Ativos	372	364	8	2,2%
- Agências e outras formas de Representação	40	40	0	0,00%
- Balcões	33	33	0	0,00%
- Delegações nos Correios	7	7	0	0,00%
- Caixas automáticas ativas - ATM	47	47	0	0,00%
- Terminais Pagamento - POS	3 114	2 853	261	9,15%
Rendibilidade				
- Resultados Líquidos do Exercício	1 813 876	1 503 179	310 697	20,67%
- Cash Flow do Exercício	1 939 479	1 936 113	3 365	0,17%
- ROA (Resultado Líquido/Ativo Líquido Médio)	1,95	1,71	0,24	
- ROE (Resultado Líquido/Capitais Próprios Médios)	20,32	18,91	1,41	
Prudenciais				
- Fundos Próprios (Aviso nº 3/2007)	8 710 888	7 824 739	886 149	11,32%
- Rácio de Solvabilidade (Aviso nº 4/2007)	24,85	24,63	0,23	
- Rácio do Imobilizado Líquido (F. Próprios/Imobilizado Líq.)	407,63	362,79	44,84	
- Rácio Transformação (Crédito/Depósitos _ótica Liquidez)	65,33	65,00	0,34	
- Conversão Depósitos de Clientes em Crédito c/Títulos	79,63	77,48	2,16	
- Liquidez Geral	34,02	35,35	-1,33	
- Crédito Vencido/Crédito a Cliente (Bruto)	7,42	7,97	-0,55	
- Imparidades Crédito Vencido/Créd. Vencido (s/Títulos)	118,63	115,47	3,16	
- Imparidades Crédito Vencido/Créd. Vencido (c/Títulos)	127,34	122,83	4,51	
- Qualidade Crédito (Circular Série "A" nº 195 de 20181221)	4,75	5,39	-0,64	
- Crédito em Incumprimento (Circular Serie A nº 198 de 20181221)	14,94	11,22	3,72	
- Crédito em Risco (Circular Serie A nº 198 de 20181221)	34,28	32,91	1,37	
Funcionamento				
- Custos Operativos/Produto Bancário (cost to income)	45,55	44,01	1,54	
- Produto Bancário/Nº Médio Trabalhadores	10.338	10 197	141	1,38%
- Margem Complementar/Custo Com Pessoal	40,17	69,37	-29,20	
- Cash Flow/ Nº Médio Trabalhadores	5.270	5 268	2	0,04%
- Cash Flow/ Recursos Próprios médio	21,73	24,35	-2,62	
- Cash Flow/ Ativo Líquido Médio	2,08	2,20	-0,12	

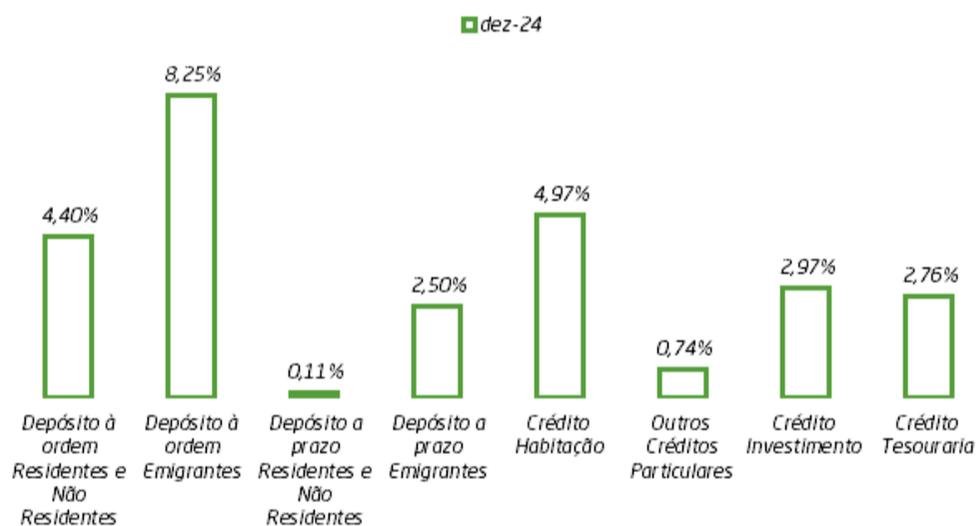
ESTRUTURA ACCIONISTA

Entidade	N Ações	%
Instituto Nacional de Previdência Social	657.200,00	47,21%
Correios de Cabo Verde	210.749,00	15,14%
Outros Subscritores e Trabalhadores	524.051,00	37,65%
TOTAL	1.392.000,00	100,00%

1. ATIVIDADE E NEGÓCIO

PERFORMANCE COMERCIAL

Em 2024, a atividade comercial da Caixa manteve uma trajetória positiva, com um crescimento de 3,29% no volume de negócios. O portfólio de produtos da Caixa, que inclui soluções¹ de depósito e crédito, apresentou a seguinte evolução:



DEPÓSITOS DE CLIENTES

Os depósitos de clientes constituem a principal fonte de financiamento da Caixa, com um peso considerável no passivo da instituição. Em 2024 a carteira de depósitos dos clientes totalizou 84.167.207 mCVE, incrementando 3,27%, 2.661.267 mCVE, face a 2023. Mantem-se o maior peso dos depósitos o segmento dos particulares e o maior peso a modalidade de depósito à ordem.

O segmento dos particulares apresentou um peso 63,92%, com uma carteira de 53.796.270 mCVE, aumentando 5,99%. As empresas apresentaram um peso de 36,08%, com uma carteira de 30.370.937 mCVE com uma redução de -1,24%, face ao ano anterior, conforme indicado no quadro abaixo.

DEPÓSITO DOS CLIENTES

Segmentos	dez-24		dez-23		Var. anual	
	mCVE	%	mCVE	%	mCVE	%
Particulares	53 796 270	63,92%	50 753 619	62,27%	3 042 651	5,99%
Empresas	30 370 937	36,08%	30 752 321	37,73%	-381 384	-1,24%
Total	84 167 207	100,00%	81 505 940	100,00%	2 661 268	3,27%

NOTA: INCLUI DEPÓSITOS DE CLIENTES E INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO, TÍTULOS DO MERCADO SECUNDÁRIO E NÃO INCLUI OUTROS RECURSOS E JUROS.

² Produtos de depósito (depósitos de clientes, instituições de crédito e não inclui outros recursos e juros) e crédito (carteira de crédito a clientes e não inclui crédito titulado e juros a receber, despesas de crédito, receitas e custos diferidos).

Nos particulares, destacam-se os emigrantes com uma forte ligação com a Caixa, o que se traduz na representatividade que este segmento tem na carteira de depósitos. A carteira de depósitos dos emigrantes cresceu 4,08%, 968.142 mCVE, com um peso de 29,36% e perfazendo uma carteira de 24.715.256 mCVE.

CRÉDITOS A CLIENTES

A atividade creditícia da Caixa em 2024, considerando o crédito bruto onde estão incluídos os títulos corporate e dívida pública, apresentou um crescimento mais robusto do que os depósitos. A carteira de crédito (bruto) ascendeu a 66.846.974 mCVE, correspondendo a um aumento de 3.912.107 mCVE (6,22%), face ao ano passado, com destaque para a trajetória ascendente do mercado de crédito habitação (4,97%) e os títulos soberanos (16,54%).

CRÉDITO BRUTO A CLIENTES

Segmentos	dez-24		dez-23		Var. anual	
	mCVE	%	mCVE	%	mCVE	%
Particulares	23 256 069	34,79%	22 410 138	35,61%	845 930	3,77%
Habitação	16 889 302	25,27%	16 090 102	25,57%	799 200	4,97%
Outros Fins	6 366 767	9,52%	6 320 037	10,04%	46 730	0,74%
Empresas	43 590 905	65,21%	40 524 728	64,39%	3 066 177	7,57%
Investimento ²	17 557 675	26,27%	17 397 917	27,64%	159 758	0,92%
Tesouraria	6 848 424	10,24%	6 664 608	10,59%	183 816	2,76%
Títulos de Dívida Pública	19 184 807	28,70%	16 462 204	26,16%	2 722 603	16,54%
Total Créditos	66 846 974	100,00%	62 934 867	100,00%	3 912 107	6,22%

NOTA: INCLUI CARTEIRA DE CRÉDITO, TÍTULOS CORPORATE E TESOURO, MAS NÃO INCLUI JUROS A RECEBER, DESPESAS DE CRÉDITO, RECEITAS E CUSTOS DIFERIDOS.

No crédito a particulares, o mercado de crédito habitação manteve a trajetória ascendente em 2024, com um crescimento de 799.200 mCVE (4,97%), atingindo uma carteira de 16.889.302 mCVE. Destaca-se o crédito habitação a emigrantes que cresceu 612.999 mCVE (15,63%), por conta de condições especiais dos juros nos empréstimos. Quanto a produção de crédito ao consumo, em 2024 ascendeu a 6.366.767 mCVE, crescendo 46.730 mCVE (0,74%), por conta do segmento residentes e não residentes.

Para as empresas, o crédito total aumentou 3.066.177 mCVE (7,57%), por conta dos títulos de dívida pública. O crédito às empresas investimento excluindo os títulos corporate, registou um crescimento 458.915 mCVE (2,97%), com um grande contributo da Linha de Retoma Investimento com Garantia do Estado, através do qual a Caixa apoia as empresas em determinados setores estratégicos. No financiamento de curto prazo às empresas e instituições, o crédito tesouraria aumentou 183.816 mCVE (2,76%), impulsionado também pela Linha Retoma Tesouraria.

QUALIDADE DA CARTEIRA DE CRÉDITO

A carteira de crédito bruto, com exclusão dos títulos, juros a receber, despesas de crédito, receitas e custos diferidos, inclui os créditos em situação normal e em situação vencida (crédito em incumprimento superior a 30 dias). Em 2024 a carteira de crédito normal totalizou 42.591.904 mCVE, apresentando uma melhoria face a 2023 de 1.624.079 mCVE (3,96%) principalmente por conta nos créditos de médio longo prazo, com uma fatia de 96,1% e com um incremento de 1.625.611 mCVE (4,14%).

CRÉDITO NORMAL

Prazo	dez-24		dez-23		Var. anual	
	mCVE	%	mCVE	%	mCVE	%
Curto Prazo	1 663 133	3,90%	1 664 665	4,06%	-1 532	-0,09%
Médio e Longo Prazo	40 928 771	96,10%	39 303 161	95,94%	1 625 611	4,14%
Total	42 591 904	100,00%	40 967 826	100,00%	1 624 079	3,96%

Por sua vez, a carteira de crédito vencido da Caixa atingiu 3.412.758 mCVE, com um peso de 63,29% dos segmentos dos particulares e 36,71% das empresas.

³ Inclui os títulos corporate

CRÉDITO VENCIDO

Créditos	dez-24		dez-23		Var. anual	
	mCVE	%	mCVE	%	mCVE	%
Particulares	2 159 821	63,29%	2 175 378	61,31%	-15 557	-0,72%
Habituação	1 565 148	45,86%	1 599 689	45,08%	-34 540	-2,16%
Outros Fins	594 672	17,42%	575 689	16,22%	18 983	3,30%
Empresas	1 252 938	36,71%	1 372 797	38,69%	-119 859	-8,73%
Investimento	791 905	23,20%	781 768	22,03%	10 137	1,30%
Tesouraria	461 033	13,51%	591 029	16,66%	-129 996	-21,99%
Total Créditos	3 412 758	100,00%	3 548 175	100,00%	-135 416	-3,82%

O rácio de crédito vencido, medido pelo crédito vencido sob o crédito bruto, perfaz 7,42%, com uma redução de -0,55 p.p. face a 2023, que atingiu um rácio de 7,97%. Para essa evolução contou-se com o abate de crédito em dezembro de 2024, medidas de reestruturação e regularização por parte dos clientes, com uma redução em -135.416 mCVE da carteira.

Rácio de Crédito Vencido (milhares de escudos)

Segmentos	dez-24				dez-23			
	Normal	Vencido	Total	% Vencido	Normal	Vencido	Total	% Vencido
Particulares	21 096 248	2 159 821	23 256 069	9,29%	20 234 760	2 175 378	22 410 138	9,71%
Habituação	15 324 154	1 565 148	16 889 302	9,27%	14 490 413	1 599 689	16 090 102	9,94%
Outros Fins	5 772 094	594 672	6 366 767	9,34%	5 744 347	575 689	6 320 037	9,11%
Empresas	21 495 656	1 252 938	22 748 594	5,51%	20 733 066	1 372 797	22 105 863	6,21%
Investimento	15 108 265	791 905	15 900 170	4,98%	14 659 487	781 768	15 441 255	5,06%
Tesouraria	6 387 391	461 033	6 848 424	6,73%	6 073 579	591 029	6 664 608	8,87%
Total	42 591 904	3 412 758	46 004 663	7,42%	40 967 828	3 548 175	44 516 001	7,97%

NOTA: CARTEIRA DE CRÉDITO NÃO TITULADO. NÃO INCLUI, DÍVIDA PÚBLICA E CORPORATE, JUROS A RECEBER, DESPESAS DE CRÉDITO, RECEITAS E CUSTOS DIFERIDO.

O segmento dos particulares apresentou a maior carteira e o maior rácio de crédito vencido, atingindo 9,29% e com uma carteira de 2.159.821 mCVE. Por sua vez, o segmento das empresas apresenta um rácio de 5,51%, com uma carteira de 1.252.938 mCVE.

CARTEIRA DE ATIVOS FINANCEIROS

Nos últimos anos, a Caixa tem mantido níveis de liquidez sólidos e adequados aos seus compromissos, graças à sua ampla e diversificada base de depositantes, bem como à qualidade dos seus ativos, sem necessidade de recorrer ao mercado monetário interbancário.

Em 2024, as operações no mercado aberto foram limitadas à emissão de Títulos de Regulação Monetária (TRM) e Títulos de Intervenção Monetária (TIM). A Caixa teve uma participação de 100% nos leilões de TRM, aplicando 396.000 mCVE, o que representou 33% do total das emissões, um aumento de 33.000 mCVE em relação ao período homólogo. Nos TIM, a Caixa participou em 96% dos leilões, aplicando 12.939.000 mCVE, o equivalente a 66% do total das emissões, um crescimento de 7.214.000 mCVE face ao ano anterior.

Além disso, a Caixa aplicou fundos em Depósitos Overnight, que em 2024 atingiram 860.000.000 mCVE, registando uma redução de 2.001.800.000 mCVE em relação a 2023.

No mercado primário, em 2024 foram realizadas um total de 27 emissões de títulos do tesouro, dos quais 7 bilhetes do tesouro e 20 obrigações do tesouro. O valor das emissões totalizou 19.967.688 mCVE (+20,8% em relação a 2023), sendo 15.167.688 mCVE em obrigações do tesouro e 4.800.000 mCVE em bilhetes do tesouro. A Caixa teve uma participação bastante positiva nos leilões realizados, subscrevendo para carteira própria 7.001.995 mCVE dos títulos, dos quais 2.654.545 mCVE bilhetes de tesouro (55,3% das emissões) e 4.347.450 mCVE obrigações do tesouro (28,6% das emissões).

Em dezembro de 2024 a Caixa detinha uma carteira de títulos no valor total de 20.842.312 mCVE, com um aumento de 2.423.446 mCVE (13,16%) face a 2023. A carteira de títulos em dezembro de 2024 era composta por: bilhetes de tesouro com 1.754.545 mCVE; obrigações do tesouro com 17.430.262 mCVE; e obrigações corporate com 1.657.505 mCVE.

INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

A Caixa realiza o serviço de intermediação de valores mobiliários na Bolsa de Valores de Cabo Verde como Operador de Bolsa, através do qual os clientes podem investir em Ações, Obrigações e Títulos do Tesouro. Igualmente, a Caixa mantém a custódia dos títulos e é responsável pelo pagamento dos juros ou dividendos. Em 2024 no mercado primário, através da Caixa, foram subscritos títulos do tesouro de particulares no valor de 72.180 mCVE, correspondendo a obrigações de tesouro. Relativamente ao mercado secundário, foram lançadas no total 293 ordens, das quais 245 ordens executadas ou parcialmente executadas no sistema Sifox Deal/Blu-x (157 ordens de compra e 88 ordens de vendas). Em termos de valores, ordens de vendas ascenderam a 71.394 mCVE e de compras 50.335 mCVE. Face ao ano passado, verifica-se um crescimento de aproximadamente 621%, tendo em conta que o Estado colocou as remanescentes ações da Caixa que não foram absorvidas no mercado primário, à venda no mercado secundário, obtendo uma grande procura por parte do público.

2. INFORMAÇÃO FINANCEIRA

2.1. Resultados

A Caixa em 2024 obteve um resultado e rendimento integral do exercício de 1.813.876 milhares de escudos (mCVE), um incremento de 310.697 mCVE (+20,67%) face ao montante alcançado no ano passado. Esta evolução é explicada pelo seguinte:

- ➔ O produto bancário aumentou 57.010 mCVE (1,52%) em virtude do aumento da margem financeira;
- ➔ Os custos operativos aumentaram 83.760 mCVE (5,08%), mas com um desvio favorável face ao orçamentado;
- ➔ As provisões e imparidades líquidas do exercício apresentaram uma variação negativa de 306.999 mCVE (menos 97,53%);

EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS

RUBRICAS	2024	2023	Var. anual	
			mCVE	%
Juros e rendimentos similares	4 329 837	3 996 414	333 423	8,3%
Juros e encargos similares	927 324	898 034	29 291	3,3%
Margem Financeira	3 402 512	3 098 380	304 132	9,8%
Rendimentos e instrumentos de capital	33 928	48 733	-14 805	-30,4%
Rendimentos de serviços e comissões (liq.)	99 140	112 096	-12 957	-11,6%
Resultados de ativos financeiros ao justo valor através outro rendimento integral	-110	0	-110	0,0%
Resultados em operações financeiras	110 428	95 190	15 237	16,0%
Resultados de alienação de ativos	26 621	0	26 621	0,0%
Outros resultados de exploração	131 832	392 941	-261 109	-66,4%
Margem Complementar	401 838	648 960	-247 122	-38,1%
Produto Bancário	3 804 350	3 747 341	57 010	1,5%
Gastos com Pessoal	1 000 367	935 480	64 887	6,9%
Gastos Gerais Administrativos	614 769	595 563	19 206	3,2%
Amortizações	117 826	118 159	-332	-0,3%
Total Custos Operativos	1 732 962	1 649 202	83 760	5,1%
Provisões e Imparidade (liq.)	7 777	314 776	-306 999	-97,5%
Resultado antes de impostos	2 063 611	1 783 363	280 248	15,7%
Impostos correntes	290 877	302 774	-11 897	-3,9%
Impostos diferidos	-41 142	-22 591	-18 552	82,1%
Imposto sobre lucros	249 735	280 183	-30 448	-10,9%
Resultado Líquido	1 813 876	1 503 179	310 697	20,7%
Cash Flow do Exercício	1 939 479	1 936 113	3 365	0,2%

PRODUTO BANCÁRIO

Em 2024, o produto bancário da Caixa foi composto predominantemente pela margem financeira (89,44%) e pela margem complementar (10,56%). A margem financeira apresentou uma evolução favorável, atingindo 3.402.512 mCVE, o que representa um aumento de 304.132 mCVE (9,82%) em relação ao ano anterior, impulsionado pelo crescimento dos juros sobre disponibilidades e aplicações de curto prazo em instituições financeiras no exterior.

Por outro lado, a margem complementar registou uma redução de 247.122 mCVE (menos 38,08%), principalmente devido à queda nos outros resultados de exploração, que diminuíram 261.109 mCVE (menos 66,45%), atendendo o significativo aumento dos ganhos extraordinários em 2023 na sequência da regularização de juros abatidos em 2022, além da redução nos rendimentos de instrumentos de capital e nos rendimentos de serviços e comissões líquidas. Como fator atenuante, os resultados em operações financeiras cresceram 15.127 mCVE (15,89%) e os resultados de alienação de ativos aumentaram 26.621 mCVE.

CUSTOS OPERATIVOS

Os custos operativos fixaram-se em 1.732.962 mCVE, aumentando 83.760 mCVE (5,08%):

- os custos com o pessoal (peso 57,7%) aumentaram 64.887 mCVE (6,94%) impulsionado pelo aumento e atualização das remunerações dos colaboradores;
- os gastos gerais administrativos (peso de 35,5%) aumentaram 19.206 mCVE (3,22%), principalmente custos com assistência técnica e encargos com ATM.;
- as amortizações (peso 6,8%) reduziram 332 mCVE (menos 0,28%).

PROVISÕES E IMPARIDADES

As provisões e imparidades líquidas do exercício totalizaram 7.777 mCVE, uma melhoria face ao valor atingido em 2023 de 314.776 mCVE, traduzindo numa redução de -306.999 mCVE (-97,53%). Para tal, contribuíram as dotações de imparidade para crédito líquidas em 92.549 mCVE comparativamente a 314.776 mCVE atingido em 2023, na medida que se atingiu um nível satisfatório de cobertura de crédito por imparidades, as provisões para contingências fiscais líquidas de 16.997 mCVE e ganhos de 101.770 mCVE com a carteira de bens em dação.

Provisões e Imparidade Líquidas	2024		2023		Var. anual	
	mCVE	%	mCVE	%	mCVE	%
Crédito a Clientes	92 549	1190,09%	314 776	100,00%	-222 227	-70,60%
Imóveis	-101 770	-1308,66%	0	0,00%	-101 770	
Diversos	16 997	218,57%	0	0,00%	16 997	
Total	7 777	100,00%	314 776	100,00%	-306 999	-97,53%

Os resultados parcelares (amortizações, provisões, imparidades e resultados) conduziram a um aumento do Cash-Flow do Exercício em 3.365 mCVE (0,17%), fixando-se nos 1.939.479 mCVE.

2.2. Balanço e Atividade

ATIVO LÍQUIDO

Em 2024, o ativo líquido totalizou 95.174.828 mCVE, representando um aumento de 3.879.368 mCVE (4,25%) em relação a 2023, quando atingiu 91.295.459 mCVE. Esse crescimento foi impulsionado pelo aumento dos valores em caixa e das disponibilidades em Bancos Centrais e, sobretudo, aumento do crédito bruto.

Em dezembro de 2024 a carteira de crédito a clientes (bruto) atingiu 66.866.052 mCVE, um aumento de 6,12%, mais 3.856.065 mCVE, face ao período homólogo. Destaca-se o crescimento do crédito titulado de 13,16%, mais 2.423.446 mCVE, por conta dos títulos do estado.

Outros componentes do ativo como os outros ativos e propriedades de investimento, embora com um peso reduzido, cresceram 12,54%, mais 171.224 mCVE em relação a dezembro de 2023, impulsionados principalmente pelas operações ativas a regularizar e pelos ativos recebidos na recuperação de crédito. Os outros ativos são compostos, em grande parte, por bens recebidos por recuperação de créditos (50,77%) e bonificações a receber do Estado (26,55%). Os bens recebidos em dação aumentaram em 127.929 mCVE, no entanto, as imparidades para esses bens cresceram 35.898 mCVE, reduzindo parcialmente o crescimento líquido dos outros ativos.

PASSIVO

O passivo registou uma evolução positiva, aumentando 2.817.172 mCVE (3,40%) em relação a 2023, por conta do aumento dos recursos de clientes e outros empréstimos. Os recursos de clientes e outros empréstimos, atingiram 84.615.928 mCVE, registando um aumento de 2.733.830 mCVE(3,34%), determinado pelo aumento dos depósitos de clientes que representam 99,21% da rubrica. Por sua vez, os recursos de outras instituições de crédito, que apresentam pouca expressão na Caixa, reduziram 52.035 mCVE, menos 18,77%, face ao período homólogo.

2.3. Indicadores Financeiros e Prudenciais

RENDIBILIDADE E EFICIÊNCIA

Os principais indicadores de rentabilidade refletem, em certa medida, o desempenho da Caixa em 2024. A rentabilidade dos ativos (ROA) atingiu 1,95%, registando um aumento de 0,24 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior. Já a rentabilidade do capital próprio (ROE) cresceu 1,41 p.p., alcançando 20,32%, demonstrando resultados sólidos e satisfatórios.

Por sua vez, rácio de cost-to-income aumentou para 45,55%, mais 1,54 p.p. face ao valor atingido em 2023, com a evolução dos custos a superar o aumento dos proveitos. A produtividade dos colaboradores, medida pelo produto bancário sob o número médio de colaboradores ativos, passou de 10.197 mCVE em 2023 para 10.338 mCVE em 2024.

Indicadores de Rendibilidade e Eficiência	2024	2023	Var. anual	
			mCVE/p.p.	%
Resultado do Exercício/ Recursos Próprios Médios (ROE) (%)	20,32	18,91	1,41	
Resultado do Exercício/ Ativo Líquido Médio (ROA) (%)	1,95	1,71	0,24	
Cash Flow do Exercício/ Recursos Próprios Médios (%)	21,73	24,35	-2,62	
Cash Flow do Exercício/ Ativo Líquido Médio (%)	2,08	2,20	-0,12	
Margem Complementar/Custo Com Pessoal (%)	40,17	69,37	-29,20	
Custos Operativos/ Produto Bancário (Cost to Income) (%)	45,55	44,01	1,54	
Produto Bancário/ N° Médio Trabalhadores (mCVE)	10 338	10 197	141	1,38%
Cash Flow do Exercício/ N° Médio Trabalhadores (mCVE)	5 270	5 268	2	0,04%

SOLVABILIDADE

No que respeita a solidez e sustentabilidade financeira, a Caixa tem cumprido os parâmetros prudenciais estabelecidos pelo Banco de Cabo Verde, com todos os rácios a situarem acima dos mínimos exigidos. Os fundos próprios da instituição atingiram 8.710.888 mCVE, exibindo um acréscimo de 886.149 mCVE (11,32%) comparativamente ao período homólogo. Assim, o rácio de solvabilidade situou-se nos 24,85%, evidenciando um acréscimo de 0,23 p.p. e o rácio de cobertura de imobilizado por sua vez alcançou 407,63%, acima em 44,84 p.p. face a 2023.

Rácios Prudenciais	2024	2023	Var. anual	
			mCVE/p.p.	%
Fundos Próprios (mCVE)	8 710 888	7 824 739	886 149	11,32%
Rácio de Solvabilidade (%)	24,85	24,63	0,23	
Rácio Fundos Próprios/Imobilizado Líquido (%)	407,63	362,79	44,84	

QUALIDADE DOS ATIVOS

O rácio do crédito vencido situou-se em 7,42%, reduzindo menos 0,55 p.p. face a dezembro de 2023, com uma cobertura por imparidades de 117,13%, acima do valor de alcançado em dezembro de 2023 de 112,39%. O rácio indicador qualidade de crédito perfez 4,75%, abaixo em -0,64 p.p. em comparação com o ano passado e o crédito em risco aumentou para 34,28%.

Créditos e Juros vencidos	2024	2023	Var. anual	
			mCVE/p.p.	%
Créditos e Juros vencidos*	3 456 948	3 645 307	-188 358	-5,17%
Imparidade para Créditos e Juros vencidos**	4 049 200	4 096 995	-47 795	1,17%
Créditos vencidos / Crédito Total	7,42%	7,97%	-0,55	
Créditos e Juros vencidos / Crédito Total***	7,25%	7,83%	-0,58	
Crédito em Incumprimento (Circular Serie A nº 198 de 20181221)	14,94%	11,22%	3,72	
Crédito em Risco (Circular Serie A nº 198 de 20181221)	34,28%	32,91%	1,37	
Imparidade Créditos e Juros venc./Créditos e Juros venc.	117,13%	112,39%	4,74	

NOTAS: *NÃO INCLUI AS DESPESAS VENCIDAS, ** NÃO INCLUI IMPARIDADE PARA TÍTULOS, *** TÍTULOS CORPORATE INCLUIDOS.

LIQUIDEZ

O rácio de liquidez geral passou de 35,35% em dezembro de 2023 para 34,02% em 2024 e, por sua vez, o rácio de conversão depósitos de clientes em crédito c/títulos aumentou de 77,48% para 79,63%. Quanto ao rácio de transformação, medido pela relação do crédito face aos depósitos, situou-se em 65,33%, mais 0,34% p.p. face a 2023.

3. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Considerando:

- I. Que o Resultado Líquido do exercício de 2024 ascendeu ao valor de 1.813.876.054\$00;
- II. Que a Instituição se encontra cotada na Bolsa de Valores de Cabo Verde e a importância da política de dividendos como sinal para o mercado;
- III. A necessidade de o Banco manter um nível de Fundos Próprios adequado para fazer face às necessidades de capital resultantes do seu plano de expansão de negócio, das exigências regulamentares em termos de Rácio de Solvabilidade e em conformidade com a sua importância sistémica;
- IV. Os riscos e incertezas associados aos feitos da prolongação e da escalada da guerra na Ucrânia assim como da guerra no medio oriente;

O Conselho de Administração apresenta a seguinte proposta afetação dos resultados

Reservas Obrigatórias (10%)	181.387.605\$00
Resultados Transitados (40%)	724.904.449\$00
Dividendos (652\$00 por ação)	907.584.000\$00
Total	1.813.876.054\$00

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (mCVE)

ATIVO	2024			2023	Variação	
	Ativo Bruto	Provisões, Imparidade. e Amortizações	Ativo líquido	Ativo líquido	Absoluta	Relativa
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	8 991 894	0	8 991 894	7 890 662	1 101 233	13,96%
Disponibilidades em outras instit. de crédito	3 995 285	0	3 995 285	2 944 196	1 051 090	35,70%
Ativos financeiros disponíveis para venda	4 023	200	3 823	3 823	0	0,00%
Aplicações em instituições de crédito	15 872 477	0	15 872 477	18 204 821	-2 332 344	-12,81%
Crédito Clientes	66 866 052	4 401 846	62 464 206	58 592 315	3 871 891	6,61%
Propriedades de investimento	3 589	2 666	923	952	-28	-2,99%
Outros ativos tangíveis	4 067 802	2 104 185	1 963 617	1 985 691	-22 074	-1,11%
Ativos intangíveis	335 133	330 160	4 973	9 998	-5 025	-50,26%
Investimentos em filiais, assoc e emp. conjunto	169 541	0	169 541	167 308	2 233	1,33%
Ativos por impostos diferidos	172 632	0	172 632	131 489	41 142	31,29%
Outros ativos	2 598 797	1 063 341	1 535 457	1 364 204	171 252	12,55%
TOTAL DO ATIVO	103 077 225	7 902 398	95 174 828	91 295 459	3 879 368	4,25%

PASSIVO	2024	2023	Variação	
			Absoluta	Relativa
Recursos de outras instituições de crédito	225 256	277 291	-52 035	-18,77%
Recursos de clientes e outros empréstimos	84 615 928	81 882 098	2 733 830	3,34%
Provisões	75 620	58 623	16 997	28,99%
Passivos por impostos correntes	68 380	158 522	-90 141	-56,86%
Outros passivos	732 203	523 682	208 521	39,82%
TOTAL DO PASSIVO	85 717 388	82 900 215	2 817 172	3,40%
Capital	1 392 000	1 392 000	0	0,00%
Outras reservas e resultados transitados	6 251 564	5 500 064	751 499	13,66%
Resultado do exercício	1 813 876	1 503 179	310 697	20,67%
TOTAL CAPITAIS PRÓPRIOS	9 457 440	8 395 244	1 062 196	12,65%
TOTAL DO PASSIVO + CAPITAL	95 174 828	91 295 459	3 879 368	4,25%

DEMOSTRAÇÃO DE RESULTADOS (mCVE)

DEMOSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2024	2023	Variação	
			Absoluta	Relativa
Juros e rendimentos similares	4 329 837	3 996 414	333 423	8,34%
Juros e encargos similares	927 324	898 034	29 291	3,26%
Margem financeira	3 402 512	3 098 380	304 132	9,82%
Rendimentos de instrumentos de capital	33 928	48 733	-14 805	-30,38%
Rendimentos de serviços e comissões	326 691	285 661	41 030	14,36%
Encargos com serviços e comissões	227 551	173 565	53 987	31,10%
Resultados financeiros JV através rend. integral	-110	0	-110	0,00%
Resultados de reavaliação cambial	110 428	95 190	15 237	16,01%
Resultados de alienação de outros ativos	26 621	0	26 621	0,00%
Outros resultados de exploração	131 832	392 941	-261 109	-66,45%
Produto bancário	3 804 350	3 747 341	57 010	1,52%
Custo com pessoal	1 000 367	935 480	64 887	6,94%
Gastos gerais administrativos	614 769	595 563	19 206	3,22%
Amortizações do exercício	117 826	118 159	-332	-0,28%
Provisões líquidas de reposições e anulações	16 997	0	16 997	0,00%
Imparidade outros activos financ. liq. rever. e recup.	92 549	314 776	-222 227	-70,60%
Imparidade outros activos liq. reversões e recuperaç	-101 770	0	-101 770	0,00%
Resultado antes de impostos	2 063 611	1 783 363	280 248	15,71%
Impostos				
Correntes	290 877	302 774	-11 897	-3,93%
Diferidos	-41 142	-22 591	-18 552	82,12%
Resultados após impostos	1 813 876	1 503 179	310 697	20,67%

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores Acionistas,

Nos termos do estipulado no artigo 333º e 335º do Código das Sociedades Comerciais, do artigo 22º dos Estatutos da Caixa e dos normativos do Banco de Cabo Verde, cumpre ao Conselho Fiscal emitir o relatório anual sobre a atividade de fiscalização desenvolvida e dar o parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração, incluindo a Proposta de aplicação de resultados, e as demonstrações financeiras da Caixa Económica de Cabo Verde, SA (Caixa), relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O Conselho Fiscal acompanhou as atividades de gestão do Banco, na periodicidade que entendeu conveniente, a evolução da atividade da Caixa, através de contatos de carácter informativo com a gestão executiva e responsáveis funcionais, nomeadamente:

- i. propôs à Assembleia Geral, que por sua vez aceitou, a nomeação da empresa Deloitte – Sociedade de Auditores Certificados, Lda como Auditor Certificado, pelo mandato de 4 anos, nos termos do nº1, alínea c. ii.) do artigo 342º e nos termos do nº3 do artigo 7º do Aviso nº4/2014 do Banco de Cabo Verde, de 17 de outubro, alterado pelo Aviso nº4/2019, de 14 de março;
- ii. apreciou o plano estratégico, bem como o plano de atividades da Caixa, para o exercício de 2024, e procedeu à verificação dos documentos de prestação de contas, preparadas numa base regular, bem como a razoabilidade dos registos e documentações contabilísticas relevantes e da execução orçamental;
- iii. tomou conhecimento das principais decisões da Assembleia Geral, Conselho de Administração e Comissão Executiva, lavradas nas atas das respetivas reuniões;
- iv. reuniu com todos os diretores da Caixa e com os responsáveis do Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão, Gabinete da Função de Compliance, Gabinete de Auditoria Interna e Gabinete de Organização, Estudo e Projetos, tendo obtido os esclarecimentos e entendimentos necessários sobre o funcionamento das referidas unidades funcionais, dos principais desafios e dificuldades, bem como uma súmula das atividades realizadas e em curso;
- v. acompanhou os trabalhos realizados pelos auditores externos, através de reuniões com o *partner* e o responsável pelos trabalhos de auditoria, tendo obtido os esclarecimentos necessários sobre o plano de trabalho, nomeadamente, a abordagem de auditoria, a avaliação de riscos, testes e avaliação aos controlos, testes substantivos e conclusões;
- vi. reuniu com a Comissão Executiva, tendo este órgão apresentado o balanço das atividades realizadas durante o exercício de 2024;
- vii. partilhou com a Comissão Executiva o resultado das reuniões tidas com os Diretores e os Responsáveis dos referidos Gabinetes e com os auditores externos;



- viii. analisou os relatórios de atividades emitidos pela Direção e Gestão de Risco, Direção de Comunicação Informação e Segurança (DCIS), pelos Gabinetes de Organização, Estudos e Projetos, Função de Compliance e de Auditoria Interna;
- ix. analisou a troca de correspondência com o Banco de Cabo Verde no âmbito do processo de supervisão;
- x. em resultado das reuniões tidas com o Gabinete da Auditoria e com os auditores externos, procedeu a uma análise preliminar da razoabilidade e eficácia do sistema de controlo interno relevante;
- xi. procedeu às verificações que entendeu pertinentes, nomeadamente no que concerne ao cumprimento das obrigações fiscais, tendo solicitado e obtido as trocas de correspondências com a Administração Fiscal. Adicionalmente, tomou conhecimento do recurso hierárquico interposto pela Caixa devido ao indeferimento da reclamação do procedimento de inspeção referente ao exercício de 2018;
- xii. dando cumprimento ao estipulado no número 2 do artigo 2º do Aviso nº 7/2017, de 7 de setembro, emitiu o seu parecer sobre o Relatório do Governo Societário relativamente ao exercício de 2024.

O Conselho Fiscal apreciou o Relatório do Conselho de Administração ("Relatório") e pôde constatar que o mesmo reflete o conteúdo das demonstrações financeiras e satisfaz, no fundamental os requisitos legais da sua elaboração, estipulados no artigo 72º do Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho Fiscal apreciou as demonstrações financeiras da Caixa que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 95.174.828 m.CVE e um total de capital próprio de 9.457.440 m.CVE, incluindo um resultado líquido de 1.813.876 m.CVE), as demonstrações dos resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

O Conselho Fiscal apreciou o relatório de auditoria das demonstrações financeiras, emitido pela Deloitte – Sociedade de Auditores Certificados, Lda., com o qual concordou e da qual resultou a emissão de uma opinião não modificada, tendo tomado boa nota das matérias relevantes de auditoria, relacionados com (i) a Imparidade para crédito a clientes e garantias prestadas e (ii) Imparidade para imóveis recebidos por recuperação de crédito.

No âmbito da responsabilidade pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Caixa, o Conselho Fiscal verificou que:

- i. as Demonstrações Financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados;
- ii. as políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados são adequadas;
- iii. o Relatório do Conselho de Administração é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Caixa, evidenciando os aspetos mais significativos;
- iv. a proposta de aplicação de resultados encontra-se em conformidade com as disposições legais e estatutárias, bem como as recomendações da autoridade de supervisão.



Nesta conformidade, o Conselho Fiscal entende que a análise efetuada proporciona uma base aceitável para expressar o parecer sobre os documentos a serem apresentados pelo Conselho de Administração à Assembleia Geral.

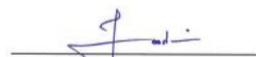
Nestes termos, o Conselho Fiscal é de parecer que:

- i. seja aprovado o Relatório do Conselho de Administração;
- ii. sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;
- iii. seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados.

Finalmente, o Conselho Fiscal deseja agradecer ao órgão de gestão, aos responsáveis funcionais do Banco e aos auditores externos pela colaboração prestada no exercício das suas atribuições.

Praia, 12 de junho de 2025

O Conselho Fiscal,



Vitalzinho Vieira Landim (Presidente)
Auditor Certificado nº 42



Sandra Marisa Semedo Monteiro Tavares (Vogal)
Contabilista Certificado nº524



José Armindo Fernandes Duarte (Vogal)
Contabilista Certificado nº220

Relatório dos Auditores Externos



Deloitte – Sociedade de Auditores
Certificados, Lda.
Apartado 25 Palmarejo
Cx. Postal 7953-121
Cidade da Praia, Ilha de Santiago
Cabo Verde

Tel: +(351) 210427500
www.deloitte.com/africa-lusofona



Deloitte – Sociedade de Auditores
Certificados, Lda.

RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em milhares de escudos de Cabo Verde – m.CVE)

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. (“Caixa”), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 95.174.828 m.CVE e um total de capital próprio de 9.457.440 m.CVE, incluindo um resultado líquido de 1.813.876 m.CVE), as demonstrações dos resultados e do outro rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde para o setor bancário (Notas 1 e 2).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” deste relatório. Somos independentes da Caixa de acordo com os requisitos do Código de Ética do International Ethics Standard Board for Accountants (IESBA) e com os requisitos éticos relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Cabo Verde e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
<i>Imparidade para crédito a clientes e garantias prestadas (Notas 2.d), 3.a), 8, 18, 33 – Risco de crédito)</i>	
<p>Em 31 de dezembro de 2024, as perdas acumuladas por imparidade para crédito a clientes e garantias prestadas registadas pela Caixa (“perdas por imparidade para crédito a clientes”) ascendem a 4.049.200 m.CVE.</p> <p>As perdas por imparidade para crédito a clientes representam a estimativa do órgão de gestão da Caixa das perdas esperadas para a sua carteira de crédito na data de referência das demonstrações financeiras, considerando os requisitos da IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros”.</p> <p>As perdas por imparidade são determinadas através de análise individual para clientes de elevada exposição e/ou risco e através de análise coletiva para as exposições sujeitas a análise individual para as quais não foi atribuída imparidade individual e para as restantes exposições que não são objeto de análise individual, conforme descrito na Nota 2. d) do Anexo às demonstrações financeiras.</p> <p>A determinação das perdas por imparidade para risco de crédito através de análise individual tem inerente uma forte componente julgamental por parte do órgão de gestão sobre a informação disponível, nomeadamente na identificação de incrementos significativos de risco de crédito e indícios de imparidade e na estimativa do valor atual do montante que a Caixa espera recuperar do crédito, a qual incorpora também pressupostos acerca de valorização de colaterais, de acontecimentos futuros que poderão não se concretizar da forma esperada e reflete as intenções do órgão de gestão em cada momento quanto à gestão e detenção futura dos créditos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Análise das atividades de controlo relevantes implementadas pela Caixa no processo de identificação e apuramento das perdas por imparidade para crédito a clientes. Seleção de uma amostra aleatória de clientes objeto de análise individual de imparidade pela Caixa, considerando a respetiva classificação por <i>stage</i>. Para a amostra selecionada de clientes objeto de análise individual de imparidade pela Caixa, análise da razoabilidade da estimativa das perdas por imparidade para risco de crédito registadas nas demonstrações financeiras com base na revisão dos julgamentos da Caixa sobre a informação disponível quanto à situação económica e financeira dos clientes e perspetivas sobre a evolução da sua atividade, valorização dos colaterais que prestaram e também das intenções do órgão de gestão relativas à gestão e detenção futura desses créditos. No que respeita à imparidade coletiva: (i) entendimento das principais características do modelo de imparidade e análise crítica da razoabilidade das metodologias e pressupostos utilizados pela Caixa; (ii) validação, numa base de amostragem, dos principais <i>inputs</i> utilizados no cálculo da imparidade coletiva; (iii) análise da classificação das exposições creditícias em <i>stages</i>; (iv) recálculo, numa base de amostragem, da imparidade coletiva, considerando os parâmetros de risco apurados pela Caixa e os <i>stages</i> em que as exposições estão classificadas.



*Deloitte, “ids” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. ADTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, aceda a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting | Technology & Transformation e Advisory | Strategy, Risk & Transactions a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com 180 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 450.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade por Quotas | NIF: 29520590 | Capital social: 1.000 CVE
Sede: Apartado 25 Palmarejo, Cx. Postal 7953-121, Cidade da Praia, Ilha de Santiago, Cabo Verde

© 2025. Para informações, contacte Deloitte – Sociedade de Auditores Certificados, Lda.


Deloitte – Sociedade de Auditores
Certificados, Lda.

Página 3 de 6


Deloitte – Sociedade de Auditores
Certificados, Lda.

Página 4 de 6

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
<i>Imparidade para crédito a clientes (Notas 2.d), 3.a), 8, 18, 33 – Risco de crédito) (cont.)</i>	
<p>As perdas por imparidade para crédito a clientes determinadas no âmbito da análise coletiva baseiam-se num modelo complexo, uma vez que considera no cálculo da imparidade diversas variáveis, nomeadamente, características das operações, classificação das exposições creditícias em <i>stages</i>, incluindo a avaliação da existência de incremento significativo de risco desde o reconhecimento inicial e de indícios de imparidade e parâmetros de risco, tais como a probabilidade de incumprimento e taxas de perda em caso de incumprimento (<i>loss given default</i>).</p> <p>Diferentes julgamentos ou pressupostos utilizados na análise de imparidade e diferentes estratégias de recuperação condicionam a estimativa dos fluxos de recuperação e o momento previsto para o seu recebimento, podendo ter impacto relevante na determinação das perdas por imparidade para risco de crédito.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Revisão das divulgações constantes das demonstrações financeiras relacionadas com estas matérias, tendo em consideração o normativo contabilístico aplicável.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
<i>Imparidade para imóveis recebidos por recuperação de crédito (Notas 2.f), 3.b), 15 e 18)</i>	
<p>Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica "Outros ativos – bens arrematados" inclui 1.843.287 m.CVE relativos a imóveis recebidos por recuperação de crédito, para os quais as perdas acumuladas por imparidade ("perdas por imparidade para ativos recebidos por recuperação de crédito") registadas pela Caixa ascendem a 1.063.341 m.CVE.</p> <p>Os referidos imóveis são registados de acordo com o normativo contabilístico aplicável (ao menor entre o valor contabilístico e o justo valor deduzido dos respetivos custos de venda).</p> <p>A valorização destes imóveis registada nas contas da Caixa em 31 de dezembro de 2024 encontra-se suportada em avaliações realizadas por peritos avaliadores externos e/ou internos, as quais incorporam diversos pressupostos, que dependem das características específicas de cada ativo e da estratégia da Caixa para a sua comercialização.</p> <p>A utilização de diferentes pressupostos, nomeadamente decorrentes da evolução do mercado imobiliário ou alterações na estratégia de venda, podem ter impactos relevantes na valorização destes imóveis e consequentemente na determinação das respetivas perdas por imparidade.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Análise das atividades de controlo relevantes implementadas pela Caixa no processo de valorização de imóveis recebidos por recuperação de crédito. Análise, para uma amostra selecionada de imóveis, dos relatórios de avaliação dos peritos avaliadores externos e/ou internos e de eventuais contratos promessa de compra e venda. Para a amostra selecionada de imóveis, análise das certidões de teor da Conservatória do Registo Predial mais recentes disponíveis. Análise, para uma amostra selecionada de vendas de imóveis ocorridas em 2024, dos respetivos contratos de venda. Revisão das divulgações constantes das demonstrações financeiras relacionadas com esta matéria, tendo em consideração o normativo contabilístico aplicável.

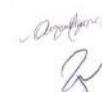
Outras matérias

As demonstrações financeiras da Caixa relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 apresentadas pelo órgão de gestão para efeitos comparativos e de forma a dar cumprimento aos requisitos de publicação de contas, foram auditadas por outro auditor, cujo Relatório do Auditor independente, datado de 7 de junho de 2024, não continha reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Caixa de acordo com os princípios geralmente aceites em Cabo Verde para o setor bancário e pela criação e manutenção de um sistema de controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro.

Quando preparar as demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que tenha intenção de liquidar a Caixa ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

**caixa**

Sustentabilidade combina comigo

Deloitte.Deloitte – Sociedade de Auditores
Certificados, Lda.

Página 5 de 6

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Caixa.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Os nossos objetivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Caixa;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre se o uso pelo órgão de gestão do pressuposto da continuidade foi apropriado e, com base na prova de auditoria obtida, se existe alguma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Caixa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Caixa descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

Adicionalmente, declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

Deloitte.Deloitte – Sociedade de Auditores
Certificados, Lda.

Página 6 de 6

Das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública ou quando, em circunstâncias raras, determinamos que a matéria não deve ser divulgada no nosso relatório porque, fazendo-o, existem consequências adversas que se espera possam ser maiores que os benefícios do interesse público.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Somos de parecer que, para os aspetos materiais, a informação constante no relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Caixa, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 12 de junho de 2025

Deloitte – Sociedade de Auditores Certificados, Lda.
Representada por Argentina Farahilda Lima Barros
Cédula Profissional na OPACC n.º 3

Deloitte – Sociedade de Auditores Certificados, Lda.
Representada por Pedro Miguel Gonçalves Carreira Mendes

Classificados



ANÚNCIO RECRUTAMENTO

A **GRINER CVC CONSTRUÇÕES SA** leva ao conhecimento do público que procura profissional qualificado para coordenar a área de Gestão Ambiental, Higiene e Segurança no trabalho, com atuação em projetos localizados na Ilha do Sal.

Requisitos:

- Licenciatura em Engenharia Ambiental
- Experiência comprovada como Técnica de Saúde, Segurança e Ambiente (SSA) em estaleiros de obras, em Cabo Verde e/ou no estrangeiro
- Elevado sentido de responsabilidade e compromisso com boas práticas ambientais e de segurança

Local de trabalho: Ilha do Sal

Candidaturas: Enviar CV atualizado para cvc@griner.co.com.



Ministério da Cultura
e das Indústrias Criativas



Gabinete da Presidente

Aviso n.º 02 /2025 – Presunção de Abandono de lugar

Nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 244.º e 245.º do Código Laboral de Cabo Verde, torna-se público o seguinte:

Verificou-se a ausência prolongada e injustificada da Sra. Isa Dora Lélis Lopes Silva, Técnica Especialista Nível I, do Instituto do Património Cultural, desde 20 de novembro de 2023, até a presente data.

Considerando que a referida ausência inviabiliza o normal funcionamento do serviço e configura indícios sérios de abandono do posto de trabalho, presume-se, nos termos legais, que a trabalhadora abandonou definitivamente o posto de trabalho, com as consequências legais que daí advêm, nomeadamente a cessação do vínculo laboral por iniciativa da trabalhadora, sem necessidade de qualquer outra formalidade, salvo prova contrária.

Notifica-se, por este meio, a colaboradora para, querendo, apresentar por escrito a justificação das suas ausências, no prazo de oito (8) dias úteis, a contar da data da publicação da presente notificação.

A não apresentação da justificação devida dentro do prazo fixado, será considerada como confirmação do abandono definitivo do posto de trabalho, com os efeitos legais daí resultantes, nos termos dos artigos 244.º e 245.º do Código Laboral.

Cidade da Praia, aos 10 de julho de 2025.



COMUNICAÇÃO

Nos termos do artigo 244.º e seguintes do Código Laboral Cabo-verdiano, aprovado pelo Decreto-Legislativo nº 5/07, comunica-se ao Sr. **BOLAR DJAÚ**, colaborador da Sociedade para o Ensino, Ciência e Cultura, SA., que, por não ter comparecido ao seu posto de trabalho durante mais de 10 dias úteis consecutivos, sem qualquer justificação, e por se desconhecer o seu paradeiro, considera-se que rescindiu o contrato de trabalho celebrado com esta, sem aviso prévio, por abandono de posto, com efeitos a partir de 18 de julho de 2025, podendo, todavia, ilidir tal presunção nos termos do n.º 3 do referido artigo.

Comunica-se, ainda, que, pela conduta adotada, deverá indemnizar a Sociedade para o Ensino, Ciência e Cultura, SA., nos termos do n.º 3 do artigo 243.º do mesmo diploma.

Pe'l'A SCC, SA



Sede: Achada de Santo António, Rua Cidade do Funchal, Prédio do CED (Centro de Estudos para o Desenvolvimento), 1º Andar; C.P. 367-A, Cidade da Praia - República de Cabo Verde NIF: 255076487; Tel.: +238 262 44 45; Fax: +238 262 44 54



CAMARA MUNICIPAL DA PRAIA Serviço Público de Abastecimento do Município da Praia -SEPAMP- NOTIFICAÇÃO DE ABANDONO DE EMPREGO

Exmos. Senhores.
ADILSON CESAR VARELA DOS SANTOS
ELTON PATRICK BORGES LOPES
HELDER DE SOUSA LOPES

Praia, 21 de julho de 2025

Assunto: **ABANDONO DE EMPREGO**

Tendo os Senhores **ADILSON CESAR VARELA DOS SANTOS, ELTON PATRICK BORGES LOPES e HELDER DE SOUSA LOPES** deixado de comparecer ao trabalho por mais de dez (10) dias consecutivos sem apresentar qualquer justificativa, vimos pela presente notifica-los, nos termos do disposto no artigo 244º do Código Laboral Cabo-verdiano, que lhes fica consignado o prazo de 3 dias, a contar da publicação desta missiva, para que justifiquem, devidamente no mesmo prazo, o motivo que os impediu de comparecerem e bem como a impossibilidade de contactar com a entidade empregadora. Caso contrário, consideramos a vossa atitude como ato de renúncia do contrato, ficando V. Exs. desvinculados por abandono de emprego, na forma do dispositivo citado no Código Laboral Cabo-verdiano.



Min C. P.
Daet. Teles. 2 61 50 31
SEPAMP98@hotmail.com

Av. Cidade de Lisboa - Praia República de Cabo Verde



CABO VERDE,
NÓS ORCULHO,
NÓS FUTURO

ANÚNCIO
“ESTUDO DE VIABILIDADE DA ZONA ECONÓMICA
ESPECIAL DO FOGO”
ILHA DO FOGO

O Ministério da Coesão Territorial torna público que se encontra à disposição do público em geral o “ESTUDO DE VIABILIDADE DA ZONA ECONÓMICA ESPECIAL DO FOGO” para conhecimento, consulta e comentários dos interessados. O referido Estudo encontra-se disponível durante as horas normais de expediente, de 11 de julho a 11 de agosto nos seguintes locais:

- www.mct.gov.cv;
- Página de Facebook do Ministério da Coesão Territorial;
- Ministério da Coesão Territorial sediado no Platô;
- As 3 (três) Câmaras Municipais da ilha do Fogo.

Obs: Os comentários, questões ou outros contributos escritos poderão ser entregues pessoalmente no Ministério da Coesão Territorial ou enviados para os contatos eletrónicos: florbela.ribeiro@mct.gov.cv e gilda.nobre@mct.gov.cv.

Cidade da Praia, 09 de julho de 2025.

O Diretor-Geral da Política da Coesão Territorial



Reg. sob o nº. 1659 /24-25

Oficial: *Afonso*

PROCURADORIA DA REPÚBLICA
-DA-
COMARCA DA PRAIA

EDITAL

A Dr.^a INISABEL MARQUES, Procuradora da República da Comarca da Praia

Para os devidos efeitos, FAZ SABER que, por este meio, fica notificado o ofendido FREDERICO ALMEIDA CABRAL “FREDY”, organizador de prateleira, solteiro, nascido a 01/12/2004, filho de Vital Vaz Cabral e de Elizabeth da Conceição Almeida Cabral, natural de Nossa Senhora da Graça, com última residência em Achada São Filipe, da acusação no dia 16.01.2025, as fls. 162 e 163, nos Autos de Instrução nº. 4096/2024, contra DENILSON PATRICK PEREIRA GONÇALVES mcp “WILDER” pela prática como autor material de dois crimes de homicídio, sob a forma tentada, p. e p. pelas disposições conjugadas dos artigos 13º, nº 1, 21º, nº1, 22º, nº 1, 25º e 122º, todos do atual Código Penal, em concurso efetivo com um crime de armas, p. e p. pelo artigo 91º, alínea g), da Lei nº 21/X/2023, de 28 de março, por se revelar o regime jurídico mais favorável ao agente.

Notifique ainda da faculdade de deduzir o **Pedido Cível, no prazo de SETE DIAS**, a contar da notificação, nos termos do artigo nº 101º, nº2 e 3, do CPP. Para constar se passou o presente edital e outro de igual teor, que será publicado em dois (2) números seguidos de um dos jornais de maior circulação na localidade da última residência do ofendido, na porta do Tribunal Judicial desta Comarca e na porta da Câmara Municipal deste Concelho.

Procuradoria da República da Comarca Praia, aos 31 de março de 2025.

A Procuradora da República,



Reg. sob o nº.1658/24-25

Oficial: *Eunbia*



PROCURADORIA DA REPÚBLICA
-DA-
COMARCA DA PRAIA

EDITAL

A Dr.^a INISABEL MARQUES, Procuradora da República da Comarca da Praia

Para os devidos efeitos, FAZ SABER que, por este meio, fica notificado o ofendido MANUEL ANTÓNIO TEIXEIRA GOMES “MANTONI”, Criador de Porcos, solteiro, nascido a 27/02/1984, filho de Agostinho de Pina Gomes e de Haydé Teixeira, natural de São Filipe -Fogo, com última residência em Achada Mato ou Palmarejo Monte Vermelho, da acusação nº dia 23.09.2024, as fls. 53 e 54, nos Autos de Instrução nº.16239/2023, contra JESUINO BARBOSA PIRES MENDES TAVARES mcp “BUSH” pela prática como autor material, com dolo direto, na prática de um crime de Homicídio Agravado, sob a forma tentada, p. e p. pelas disposições conjugadas dos artigos 13º, nº 1, 21º, nº 1, 22º, nº1, 25º, 122º e 123, alínea b), todos do atual Código Penal, em concurso efetivo com um crime doloso de armas, na forma consumadã, p. e p. pelo artigo 91º, alínea g), da Lei nº 21/X/2023, de 28 de março, por se revelar o regime jurídico mais favorável ao agente.

Notifique ainda da faculdade de deduzir o **Pedido Cível, no prazo de SETE DIAS**, a contar da notificação, nos termos do artigo nº 101º, nº2 e 3, do CPP.

Para constar se passou o presente edital e outro de igual teor, que será publicado em dois (2) números seguidos de um dos jornais de maior circulação na localidade da última residência do ofendido, na porta do Tribunal Judicial desta Comarca e na porta da Câmara Municipal deste Concelho.

Procuradoria da República da Comarca Praia, aos 31 de março de 2025.

A Procuradora da República,



Reg. sob o nº. 2095/24-25

Oficial: *Correio*



PROCURADORIA DA REPÚBLICA
-DA-
COMARCA DA PRAIA

EDITAL

A Dr.^a INISABEL MARQUES, Procuradora da República da Comarca da Praia
Para os devidos efeitos, FAZ SABER que, por este meio, fica notificada MARIA DA GRAÇA DOS SANTOS, com última residência conhecida na localidade de Achada Grande Frente, em representação do seu falecido filho CARLOS AMÍLCAR DOS SANTOS VIEIRA, solteiro, nascido a 19/05/1991, sobre os despachos de acusação e arquivamento parcial, proferidos no dia 15.11.2024, às fls. 80 a 82, no âmbito da Instrução nº. 7331/2011, movida contra os arguidos JOÃO BATISTA TAVARES BRITO, ANDERSON DOS SANTOS LOPES TAVARES “PITA”, EUCLIDES SOARES LOPES e uns tais “ZELINO”, JÚ” e “WILSON” ou “DUBÁ”, pela prática de um crime de homicídio, sob a forma agravada, p. e p. pelos artigos 122º e 123º, alínea a), ambos do anterior Código Penal, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 4/2003, de 18 de novembro, por se revelar o revelar o regime jurídico mais favorável ao agente e um crime de outras armas, p. e p. pelo artigo 295º, nº 1 do mesmo Código Penal. Fica ainda notificada da faculdade de deduzir **pedido cível, no prazo de SETE DIAS**, a contar da publicação deste edital, nos termos do artigo nº 101º, nº 3 do Código de Processo Penal.

Para constar se passou o presente edital, que será publicado em dois (2) números seguidos de um dos jornais de maior circulação na localidade da última residência do ofendido, na porta do Tribunal Judicial desta Comarca e na porta da Câmara Municipal deste Concelho.

Procuradoria da República da Comarca Praia, aos 11 de junho de 2025.

A Procuradora da República,





TENDER NOTICE

INTERNATIONAL RESTRICTED TENDER BY PRE-QUALIFICATION
Nº 28/2025 IMS_MS_STS/ CILPQ
DIAGNOSIS CENTER AND PUBLIC HEALTH LABORATORY
PRAIA, SANTIAGO - CABO VERDE

1. Contracting authority

Infraestruturas de Cabo Verde, SA (ICV, SA).

2. Entity responsible for conducting the procedure

Projects and Tenders Department (DPC) of Infraestruturas de Cabo Verde (ICV, SA).

3. Financing body

The costs of signing the contract will be financed by the **Government of Cabo Verde and the Kuwait Fund for Arab Economic Development**.

4. Object of the Tender

Design of the headquarters for the National Institute of Public Health (INSP) in Palmarejo Grande - Zone K, Praia, Santiago.

5. Project preparation deadline

The deadline for drawing up the execution project will be **5 (five) months** from the date the contract is signed.

6. Base price

The proposed price for project fees may not exceed the base price of **180,000.00 USD (One hundred eighty thousand US dollars)**.

7. Obtaining and cost of bidding documents

The tender documents, in Portuguese, will be available at the following email addresses: concursos@infraestruturas.cv between 08:30 and 16:30, upon payment of the non-refundable amount of **50,000.00 CVE (Fifty thousand Cabo Verdean escudos) plus VAT at the legal rate in force**, by means of a deposit in the current account to be indicated by the accounting services. To submit their bids, each bidder must purchase the dossier, otherwise they will not be admitted.

8. Admission requirements

National companies that are not in any of the situations referred to in Article 70 of the Public Procurement Code and that have the professional qualifications required to perform the contract's services may be admitted.

It is compulsory for **Kuwaiti companies to form a group with Cabo Verdean companies**. No company may participate on its own.

A company will only be considered Kuwaiti or Cabo Verdean if at least half of its shareholding or ownership structure is made up of citizens of the respective country.

9. Language

The documents that make up the bid, the proposal and the accompanying documents **must be written in English**.

10. Deadline for submitting Bids

Bids must be sent by **23:59:59 on September 9, 2025**, to concursos@infraestruturas.cv in accordance with the Procedure documents.

11. Online Public Opening of Bids

The Online Public Act to open applications will take place in a public session, **at 10:00 a.m. on September 10, 2025**, in accordance with the Online Public Act Procedure (APO).

12. Call for Technical and Financial Proposals

With the qualification decision, the entity responsible for conducting the procedure simultaneously sends the qualified bidders an invitation to submit tenders.

13. Deadline for maintaining tenders

Bidders are obliged to maintain their bids for a period of **90 (ninety) days** from the expiry date set for the submission of bids.

14. Award criteria

The award criterion is that of the **most economically advantageous tender**.

15. Law applicable to the procedure

Public Procurement Code (CCP), approved by Law no. 88/VIII/2015 of April 14, and the Legal Framework for Administrative Contracts (RJCA), approved by Decree-Law no. 50/2015 of September 23.

Praia, July 23, 2025



Ministério da Agricultura
e Ambiente
Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

ABANDONO DE LUGAR

Citação de Trabalhadores em Parte Incerta

A Direcção Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão (DGPOG) do Ministério da Agricultura e Ambiente notifica os trabalhadores **Adérito Correia Neto e Adelina Pires Morais**, afetos as Delegações do Ministério da Agricultura e Ambiente, no Fogo e na Boa Vista, que, contra eles decorrem um processo disciplinar por abandono de lugar uma vez que o primeiro não compareça no seu posto de trabalho desde o dia 04 de agosto de 2024, e a segunda desde setembro de 2023, perfazendo um total de faltas superior a 12 (doze) dias úteis.

Esclarece que a nota de culpa se encontra no domicílio profissional do instrutor, podendo ser levantada no horário normal de serviço (8h às 16h).

Aos trabalhadores são assegurados a consulta do processo no domicílio profissional do instrutor, sendo que em caso de constituição de Advogado, querendo, ser-lhe-á assegurado a confiança do processo desde que o requeiram. Tendo em conta que os trabalhadores se encontram fora do país (Cabo Verde), o que impossibilita as suas citações pessoais, entende-se que deverá o aviso ser publicado no Boletim Oficial e em um jornal de maior circulação, citando-os para apresentarem as suas defesas, querendo, **no prazo de 30 (trinta) dias, contados do 8º (oitavo) dia posterior à data da publicação**, respeitando assim o preceituado no art.º 63º do EDAAP.

Praia, 18 de Julho de 2025

A Diretora Geral
Arlde Galvão Teixeira
Dr.ª Arilde Galvão Teixeira
DGPOG



REPÚBLICA DE CABO VERDE
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DO TARRAFAL
JUÍZO CÍVEL

ANUNCIO Nº 109/2025
1ª e 2ª PUBLICAÇÃO

Dr. Nilton José de Pina, Juiz de Direito do Juízo Cível do Tribunal Judicial Da Comarca Do Tarrafal;

Faz saber que pelo cartório do Tribunal Judicial da Comarca do Tarrafal, correm termos os autos de **Ação Executiva (Para Pagamento de Quantia Certa) nº 122/2013**, em que é Exequente **Isidoro Lopes da Costa**, residente em Curral Velho, Tarrafal, correm éditos de 30 (trinta) dias, depois de segunda e ultima publicação do anúncio, citando os **Cretores Desconhecidos do Executado, Daniel Fonseca Tavares**, residente em Colhe Bicho, Tarrafal, Cabo Verde, para no prazo de **10 (dez) dias**, posterior aos dos éditos, reclamarem o pagamento dos seus créditos, que gozem de garantia real, respeitante ao seguinte imóvel:

VERBA ÚNICA

“Prédio Urbano, R/chão situado em Colhe Bicho, Tarrafal, construído de pedra e blocos assentes em

argamassa coberto de betão armado, com a seguinte estrutura: uma sala comum, sala jantar, três quartos de dormir, cozinha, casa banho e quintal, com área de 118,94 m2, inscrito na matriz predial da freguesia de Santo Amaro Abade sob nº 2650/0 descrito na Conservatória do Registo e Cartório Tarrafal Santiago sob nº 30561/20171128, confrontando do Norte com lote nº 1036, Sul lote nº 1038, Este lote nº 1037 A e Oeste com rua”.

Para constar se lavrou o presente anúncio que será entregue ao autor para efeito da 1ª e 2ª publicação.

Cartório do Tribunal Judicial da Comarca de Tarrafal, trinta de junho dois mil e vinte e cinco.

O Juiz de Direito
Nilton José de Pina

A Ajudante de Escrivão
Maria Lopes


TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DO SAL
**Juízo Cível
ANÚNCIO**

Autos: Ação Executiva Comum, registado sob o n.º 137/23-24.

Exequente: Turim Sociedade Turística e Imobiliária, s.a

Executado: **Stephane Mathieu Pena**, solteiro, NIF 179552600, residente em parte incerta de França.

FAZ-SE saber que, nos autos e Tribunal acima indicados, é/são o(a/s) executado(a/s) citado(a/s), para no prazo de **dez dias**, que se contará finda a dilação de **trinta dias**, contados da data da segunda e última publicação deste anúncio, contestar(em) a liquidação, deduzir(em) oposição à execução, pagar(em) ao exequente a quantia exequenda de 950.507\$00 (novecentos e cinquenta mil, quinhentos e sete escudos), acrescidos dos juros que se vencerem até integral pagamento, ou nomear(em) bens à penhora nos aludidos autos, sob pena de se ser devolvido a(o) exequente o direito de nomear bem à penhora.

Mais ainda se declara o(a/s) executado(a/s), que caso deduzir(em) oposição, é obrigatório constituir advogado; que deverá(o) pagar o preparo inicial dentro do prazo de **cinco**

dias, após a entrega neste Cartório da oposição deduzida e, não o fazendo, será(o) notificado(s) para pagar(em) o preparo a que faltar(am) acrescido da taxa de justiça igual ao dobro da sua importância e que a falta deste pagamento implica imediata instauração de execução especial para a sua cobrança coerciva, que goza(m) da faculdade de requerer(em) ao Tribunal o benefício de assistência judiciária, devendo este ser em requerimento autónomo e que poderá(o) também fazê-lo em relação à OACV (Ordem de Advogados de Cabo Verde), na Cidade da Praia ou a sua Delegação em Mindelo, solicitando a designação de um patrono, juntando desde logo os elementos comprovativos da sua insuficiência económica e que o duplicado da petição inicial encontra-se neste Cartório para lhe ser entregue logo que solicitado.

Cidade dos Espargos, 18 de Junho de 2025.

O Juiz de Direito,
/Carlos Patrick T. Andrade/-
O Escrivão de Direito,
/Heriberto Barros/-


TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA BRAVA

C. P. n.º 63 - Telefone 285-13-53 Móvel 516-23-17

= ANÚNCIO JUDICIAL =

A EXMA. SR.ª DR.ª EVANILDA CABRAL DE BRITO, JUIZ DE DIREITO DO TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA BRAVA.

FAZ SABER que na Secretária do Tribunal Judicial da Comarca da Brava, corre os seus termos legais os autos de Ação Declarativa Comum Ordinária, registados sob o n.º 26/2023-24, movido pelo autor - **ARTUR DA ROCHA ROSA**, contra a ré - **ALCINDA RODRIGUES TAVARES**, conhecida por "Chinda", solteira, natural de Angola, residente nos Estados Unidos da América, para no prazo de **20 (VINTE) DIAS**, finda a dilação de **30 (TRINTA) DIAS**, contados da data da segunda e última publicação do respetivo anúncio, **CITANDO**, a ré acima identificado, para querendo, contestar os supracitados autos, cujos fundamentos constam do duplicado da petição inicial que se encontram a disposição do mesmo na secretária deste Tribunal, com advertência de que a falta da contestação importa a confissão dos

factos articulados pelo autor.

- que é obrigatório a constituição de advogado;
- que deverá no prazo de Cinco Dias, a contar da apresentação da contestação, efetuar o preparo inicial no montante de 13.000\$00 (dez mil escudos) e, não o fazendo no prazo legal, será notificado para o fazer acrescido da taxa de justiça igual ao dobro da sua importância e que a falta deste pagamento implica a instauração de execução para sua cobrança coerciva;
- e que goza a faculdade de requerer o benefício de assistência judiciária, ou requerer a OACV, na cidade da Praia o benefício de assistência judiciária.

Secretária do Tribunal Judicial da Comarca da Brava, 20 de maio de 2025.

Secretaria do Tribunal Judicial da Comarca da Brava, 20 de maio de 2025.
O Juiz de Direito,
/Evanilda Cabral de Brito/-
O Escrivão de Direito,
/Heriberto Barros/-


TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DO SAL
**Juízo Cível
Mandado n.º 1393/24-25**

O **Dr. Carlos Patrick Teixeira Andrade**, Juiz de Direito, colocado no Juízo Cível do Tribunal Judicial desta Comarca.

MANDA, se cite o(a) (Exec.do/a): **José da Rocha Silva**, residente em Murdeira (vivenda V82 X), para no prazo de dez dias, a contar da data da citação, cujo dia do termino lhe será indicado, contestar a liquidação, deduzir oposição à execução, pagar ou nomear bens à penhora, nos autos de Ação Executiva Comum, registado sob o n.º 63/23-24, que o(a) (Exeq.): Turim Sociedade Turísticas e Imobiliária s.a, lhe move neste Juízo, pelos fundamentos constantes do duplicado da petição inicial acompanhado de documentos que a este se junta para lhe ser entregue no ato com a nota legal, sob pena de ser devolvido a(o) exequente o direito de nomear bens à penhora.

MAIS AINDA se informe a(o) executado(a), que caso deduzir oposição, é obrigatória a constituição de advogado, que deverá pagar o preparo inicial dentro de cinco dias e, não o fazendo, será notificado(a) para pagar o preparo a que faltou acrescido da taxa de justi-

ça igual ao dobro da sua importância e que a falta deste pagamento implica imediata instauração de execução especial para a sua cobrança coerciva que pode requerer ao Tribunal, o benefício de assistência judiciária, devendo este ser em requerimento autónomo e que poderá também fazê-lo em relação à OACV (Ordem de Advogados de Cabo Verde), na Cidade da Praia ou a sua Delegação em Mindelo, solicitando a designação de um patrono, juntando desde logo os elementos comprovativos da sua insuficiência económica.

MANDA se **notifique** o(a) (Exeq.): Turim Sociedade T. e Imobiliária s.a, na pessoa do(a) **Dr.ª Jaqueline Silva**, advogado(a), para proceder à publicação do anúncio nos aludidos autos, cuja minuta segue em anexo para lhe ser entregue no acto.

CUMPRASE. -

Espargos, 18 de Junho de 2025.
O Escrivão de Direito,
/Heriberto Barros/-

Alto Igreja/Espargos, CP 125 Tel, nº 5167371
email: juicociveltribunalsal@gmail.com


TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA 1ª CLASSE DA PRAIA

2º JUÍZO CÍVEL

Email: 2juizocivel@gmail.com

- ANÚNCIO N.º 04/2025-

O Sr. Dr. **ANILSON VAZ DE CARVALHO SILVA**, JUIZ DE DIREITO DO 2º JUÍZO CÍVEL,

FAZ SABER, que pelo Cartório do 2.º Juízo Cível do Tribunal da Comarca da Praia, correm éditos de **30 (TRINTA) DIAS**, contadas a partir da 2ª e última publicação deste anúncio, **citando os credores desconhecidos** dos executados, António Pina Alves mcp "Tó Alves" e Maria da Luz Lopes da Silva Gomes Timas, casados entre si, residentes em Achada Santo António, para no prazo de **DEZ (10) DIAS**, posteriores aos dos éditos, **reclamarem o pagamento** dos seus créditos que gozem da garantia real em relação ao seguinte bem imóvel:

VERBA N.º I

"Prédio urbano, com área de 200m2, sito em Achada Palmarejo-Praia, sem dados de confrontações, destinado a habitação com as seguintes descrições, Cave, composto duas divisões, rés-do-chão composto por duas divisões, primeiro andar composto por quatro divisões e sótão composto por duas divisões, inscrito na matriz predial urbana

de freguesia de Nossa Senhora da Graça- Praia, sob o n.º 22584, lote n.º 03, quarteirão 52 e descrito na conservatória do Registo Predial da Praia, sob o n.º 25369/R/Lv:101/Fls. 84/, desanexado do prédio n.º 20540/LV.79Fls.152".

Penhorada nos autos de **Ação Executiva para pagamento da quantia certa**, registado sob o n.º **53/2023**, movido pelo exequente, Firma Braz de Andrade, com sede na Cidade da Praia contra os **executados, António Pina Alves e Maria da Luz Lopes da Silva Gomes Timas.**

Para se constar, se lavrou este anúncio, que será entregue ao exequente, para efeito de 1ª e 2ª publicação, (n.º 2 do art.º 747.º do Código do Processo Civil);

Cartório do 2.º Juízo Cível da Praia, aos 07 dias do mês de julho do ano de 2025.

Cartório do 2.º Juízo Cível da Praia aos 07 dias do mês de julho do ano de 2025.
O Juiz de Direito,
/Anilson Vaz de Carvalho Silva/-
O Escrivão de Direito,
/Dulce Mendes/-

Palácio da Justiça, Alexandre de Albuquerque - 2ª Juízo Cível C.P. nº 99 - Tel. n.º 333646-/3336447/ Fax 2613880

**TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA PRAIA**
1º JUÍZO DE FAMÍLIA E MENORESANÚNCIO
1ª Publicação

Faz saber que pelo 1º Juízo de Família e Menores, nos autos de Ação Especial (Reconhecimento Judicial de União de Facto), registado sob o nº **59/2025**, que a autora Luiza Indira Sanches Tavares move contra Réus **HERDEIROS INCERTOS DO FALECIDO ADILSON CARLOS LOPES LANDIM**, são estes citados, para no prazo de VINTE DIAS, que começa a correr depois de finda dilação fixada em TRINTA DIAS, após a segunda e última publicação deste anúncio, contestar a supracitada Ação advertindo-lhe de que a não contestação não implica confissão dos factos, cujo pedido consiste em ser julgada procedente e provada a ação e em consequência: Seja reconhecida a união de facto que existiu entre a requerente e o de cujus Adilson Carlos Lopes Landim, falecido no dia 13 de dezembro de 2024, e seus fundamentos constam do duplicado da Petição Inicial se encontram na secretaria deste Juízo para lhe ser entregue.

Fica informado, que é obrigatório a constituição de advogado e que após a apresentação da contestação, deverá no prazo de **CINCO DIAS**, efetuar o pre-

paro inicial, sob pena da cobrança deste acrescido da taxa de justiça de igual ao dobro ou de ser instaurada a execução especial para a cobrança coerciva, nos termos do art. 66º do C. Custas Judiciais.

Ainda fica informado que, preenchidos os requisitos legais, poderá gozar do benefício de assistência judiciária na modalidade de dispensa total ou parcial de preparos e do pagamento de custas ou o seu diferimento ou pagamento a prestações, devendo o pedido ser formulado em requerimento autónomo dirigido ao juiz do tribunal onde corre ou vai correr o processo.

E que o mesmo goza da faculdade de requerer à Ordem dos Advogados de Cabo Verde, como sede na Cidade da Praia, ou à sua Delegação, o benefício de assistência judiciária no prazo máximo de **Dois Dias**, a contar da data da citação, apresentado desde logo os elementos de insuficiência económica.

1º Juízo de Família e Menores na Praia, aos 27 de junho do ano de 2025.
Juiz de Direito, / Cláudia Ariana Silva Lopes /
A Ajudante de Escrivão Direito, / Sónia Sanches Monteiro /

**TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA PRAIA**
1º JUÍZO DE FAMÍLIA E MENORES

ANUNCIO

Faz saber que pelo 1º Juízo de Família e Menores, nos Autos de Ação de Divórcio Litigioso, registado sob o nº **89/2024**, que o autor, **Carlos Alberto Tavares Carvalho** Baessa, casado, natural de Cabo Verde, filho de José Jorge Tavares Baessa e de Regina Landim Tavares Carvalho, move contra a ré **Eloisa Helena de Pina Marques de Oliveira**, maior, casada, natural de Nossa senhora da Graça Praia, filha de Pedro Marques de Oliveira e de Matilde de Pina, com última residência conhecida Clifford Avenue Estados Unidos da América, atualmente ausente em parte incerta, é esta ré citada, para no prazo de **DEZ DIAS**, que começa a correr depois de finda dilação fixada em **TRINTA DIAS**, a partir da primeira e segunda publicação deste anúncio, contestar a supracitada Ação, advertindo-lhe que, a não contestação não implica confissão dos factos cujo pedido consiste no decretamento do divórcio entre a autora e o réu, com o fundamento nos factos que constituam violações essenciais dos deveres conjugais.

Mais faz saber à citada, que é obrigatória a constituição de advogado caso decida contestar e, que após a apresentação da contestação, deverá no prazo de **CINCO DIAS**, efetuar o preparo inicial,

sob pena da cobrança deste acrescido da taxa de justiça de igual ao dobro ou de ser instaurada a execução especial para a cobrança coerciva, nos termos do art. 66º do C. Custas Judiciais.

Ainda fica informada que, preenchidos os requisitos legais, poderá gozar do benefício de assistência judiciária na modalidade de dispensa total ou parcial de preparos e do pagamento de custas ou o seu diferimento ou pagamento em prestações, devendo o pedido ser formulado em requerimento autónomo dirigido ao juiz do tribunal onde corre ou vai correr o processo e que a mesma goza da faculdade de requerer à Ordem dos Advogados de Cabo Verde, telefone nº 261 97 65, email ordemadvogados@cvtelecom.cv, com sede na Cidade da Praia ou à sua Delegação, o benefício de assistência judiciária no prazo máximo de **Dois Dias**, a contar da data da apresentado desde logo os elementos de insuficiência económica.

1º Juízo de Família e Menores na Praia, aos 11 de julho do ano de 2025.

1º Juízo de Família e Menores na Praia, aos 11 de julho do ano de 2025.
Juiz de Direito, / Cláudia Ariana Silva Lopes /
O Escrivão de Direito, / Ernesto Veiga /

Campus de Justiça Palmarejo tel. Nº 5162338 CP 250 e 99

**TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE BARLAVENTO**

ANÚNCIO JUDICIAL

Autos de Ação Especial (revisão e confirmação de sentença estrangeira), registados sob o nr. 91/2024-2025.

Requerente: **PEDRO DELGADO PÁSCOA**, divorciado, natural do Porto Novo Santo Antão, residente em Luxemburgo.

Requerida: **ROSÁLIA DO NASCIMENTO FONSECA FORTES**, divorciada, natural da Ilha de Santo Antão, residente em parte incerta de Luxemburgo.

-0-

FAZ SABER que nos autos acima referidos, é **citado** a Requerida acima identificada para, no prazo de **DEZ DIAS**, e finda a dilação de **TRINTA DIAS**, contados da data da segunda e última publicação do presente anúncio, deduzir oposição ao pedido formulado pelo Requerente nos referidos autos, que consiste no seguinte:

Que seja revista e confirmada a sentença proferida pelo Tribunal de Luxemburgo, em 18 de outubro de 2024, que decretou o divórcio entre o Requerente e a Requerida, com todas as consequências legais, designadamente as de o divórcio produzir todos os seus efeitos legais em Cabo Verde.

FAZ AINDA SABER que: a falta de oposição não importa a confissão dos factos articulados pelo Requerente, que caso deduzir oposição, deverá oferecer logo os meios de prova; que é obrigatória a constituição de advogado; que deverá efetuar, no prazo de cinco dias, a contar da apresentação da oposição, o pagamento do preparo inicial no valor de 13.000\$00 e, não o fazendo dentro desse prazo, será notificada para o fazer acrescido da taxa de justiça igual ao dobro da sua importância, podendo solicitar o DUC na Secretaria deste Tribunal, para pagamento da referida quantia, se o fizer, tem o prazo de dois dias para entregar ou remeter a este Tribunal documento comprovativo do pagamento efetuado; e ainda que goza da faculdade de requerer à O.A.C.V. o benefício de assistência judiciária.

Mindelo, 14 de julho de 2025
A Juíza Desembargadora,
/ Dr.ª Januária Tavares S. Moreira Costa /
A Escrivão de Direito,
/ Adelina Gomes Bulu /

Avenida Alberto Leite, CP nºx003- telefone e Fax 2314064 -

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**EXTRATO**

CERTIFICO, para efeito de **primeira** publicação nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50 – Iª Série, que no dia dezasseis do mês de julho do ano dois mil e vinte e cinco, no Segundo Cartório Notarial de São Vicente, sito em Monte Sossego, perante mim, **Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva**, respetivo Notário, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número sessenta e quatro, de folhas dezasseis a dezassete, a habilitação de herdeiros, nos termos seguintes, que:

No dia dez do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e dois, no Município de Palmanova (UD), onde teve a sua última residência em Castions Di Strada - Itália, faleceu **MAURO PAVIOTTI**, natural que foi da Itália, no estado de casado com Irene Dri, sob o regime comunitário de adquiridos.

O falecido não deixou descendentes nem ascendentes vivos e fez testamento holográfico, depositado e publicado em vinte e sete de janeiro de dois mil e vinte e três, registado em UDINE a três de fevereiro de dois mil e

vinte e três, com o nº 2119, no Notário Tania Andrioli, em Palmanova, tendo deixado como única herdeira testamentária o cônjuge supramencionado, natural da Suíça, residente em Itália.

Não existem outras pessoas, que segundo a lei, preferam a mencionada herdeira ou que com ela possam concorrer na sucessão à herança do referido **MAURO PAVIOTTI**.

ESTÁ CONFORME.

Segundo Cartório Notarial de São Vicente, em Monte Sossego, aos dezasseis de julho de dois mil e vinte e cinco.

Art. 20.º 4.2.....1.000\$00

Selo do acto.....200\$00

Soma:1.200\$00

Processo n.º 974043

Conta n.º 202512490

O Notário,

Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva
/ Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva /

DGRNI, Segundo Cartório Notarial de São Vicente, Rua Abílio Duarte nº 9º, Monte Sossego, São Vicente, CP *, Cabo Verde, Telefone +(238) 231 31 00 / VOIP (333) 3108, (333) 3110, Email: SegundocartorioSV@gov.cv

www.governo.cv governodecabo Verde.gov □
cabo Verde gov



**Ministério da Agricultura
e Ambiente**

PROGRAMA DE PROMOÇÃO DE OPORTUNIDADES
SOCIOECONÓMICAS RURAIS

Achada São Filipe – Edifícios DGASP-UCP/Poser – Ministério da Agricultura – Praia, C.P. 236
Tel.238-264-00-24 / 8650 - 356-46-57; Fax:238/261-35-58

(Anúncio)
SOLICITAÇÃO PARA MANIFESTAÇÕES DE INTERESSE
(Consultor individual)

CABO VERDE
PROGRAMA DE OPORTUNIDADES SOCIOECONOMICAS
RURAIS (POSER)

Título da missão: Contratação serviço de consultoria de um Projetista para a Elaboração de Projetos Arquitetónicos de Centros de Pós Colheita.

Número de referência: CPV-1604-0117-CS-ICS

Data: 23-07-2025

1. O Governo de Cabo Verde recebeu um Financiamento do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) para cobrir o custo de Programa de Oportunidades Socioeconómicas Rurais e planeia utilizá-lo parcialmente para adicionar serviços de consultoria. A utilização dos fundos do FIDA está sujeita à aprovação do FIDA, nos termos e condições estabelecidos no acordo de financiamento e de acordo com as regras, políticas e procedimentos do FIDA. O FIDA e os seus agentes, representantes e funcionários serão isentos de toda a responsabilidade no que respeita a quaisquer ações legais, procedimentos, reclamações, exigências, perdas e obrigações de qualquer tipo e natureza que qualquer parte possa invocar em relação ao POSER.

2. O Serviço de Consultoria (“o Serviço”), consiste na **contratação de um consultor individual, para a elaboração de projetos arquitetónicos completos e detalhados de três centros pós-colheita, garantindo sua funcionalidade, sustentabilidade e compatibilidade com as condições locais.**

3. Os critérios de pré-seleção são os seguintes:

- Formação académica;
- Experiência Profissional;
- Competências e conhecimentos técnicos.

4. Informações detalhadas são fornecidas no termo de referência (TdR) que poderá ser solicitada através dos endereços eletrónicos abaixo indicados das 08:30 às 16:30, ou ainda, através do site: www.opor-tunidades.gov.cv

5. O POSER (“o Cliente”) convida os candidatos elegíveis e qualificados a apresentarem as suas manifestações de interesse enviando **uma carta de manifestações de interesse devidamente assinada, Curriculum Vitae atualizado com a descrição de atribuição semelhantes, experiência e referência de contactos em funções semelhantes e documentos comprovativos de titularidade dos requisitos e/ou critérios exigidos no termo de referência.**

6. Chamamos a atenção dos consultores interessados para a Política do FIDA sobre o Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo¹ e sobre a Política Revisada do FIDA sobre a **Prevenção da Fraude e da Corrupção nas suas Atividades e Operações**².

¹ Esta política está definida no documento disponível no seguinte endereço:<https://www.ifad.org/fr/document-detail/asset/41942012>

² Esta política está definida no documento disponível no seguinte endereço:<https://www.ifad.org/fr/document-detail/asset/40189695>

Este último estabelece as disposições adotadas pelo FIDA relativas a práticas reprováveis. O FIDA esforça-se também por garantir que as suas atividades e operações são realizadas num ambiente de trabalho saudável, livre de qualquer assédio, incluindo assédio sexual, e de qualquer exploração ou abuso sexual, conforme especificado na sua Política de Prevenção e Resposta ao Assédio Sexual e à Exploração e Abuso Sexual.³ Ao submeter este documento, certifica que leu e compreendeu a Política de Privacidade e concorda em obedecer à mesma.⁴

7. O contrato resultante do presente concurso será executado de acordo com os Procedimentos de Avaliação Social, Ambiental e Climática do FIDA (PESEC), consultáveis no endereço abaixo: <https://www.ifad.org/en/social-environment-assessment-procedures>

8. Os consultores serão selecionados de acordo com o método ICS (Individual Consultant Selection) explicado no Guia Prático de Aquisições disponível no site do FIDA no seguinte endereço: <https://www.ifad.org/fr/project-procurement>

9. O POSER reserva-se ao direito de não selecionar nenhum candidato, caso não sejam satisfeitos as condições requeridas.

10. Qualquer pedido de esclarecimento relativo ao presente anúncio à manifestação de interesse deverá ser feito por escrito e enviado nos endereços de correio eletrónicos abaixo, das 08:30 às 16:30 (hora local) do dia 30 de julho de 2025 o mais tardar. O POSER responderá a todos os pedidos de esclarecimento até o dia 04 de agosto de 2025 o mais tardar.

11. As manifestações de interesse devem ser apresentadas em português e entregues por escrito dentro do prazo, com a menção **“Contratação serviço de consultoria de um Projetista para a Elaboração de Projetos Arquitetónicos de Centros de Pós Colheita _ CPV-1604-0117-CS-ICS”**, nos endereços abaixo indicados (pessoalmente ou por correio eletrónico), até o mais tardar o dia 06 de agosto de 2025.

PROGRAMA DE OPORTUNIDADES SOCIOECONOMICAS RURAIS | MINISTÉRIO DE AGRICULTURA E DO AMBIENTE.

À atenção de: Jaime de Pina – Coordenador do POSER

Achada São Filipe – Edifícios DGASP-UCP/POSER – Ministério da Agricultura –

Praia, C.P. 236

Tel.238-264-00-24 / 8650 - 356-46-57;

Fax:238/261-35-58

E-mail: concursos.poser@ucp.gov.cv

CC.: lucilene.monteiro@ucp.gov.cv; Jailson.o.bentub@ucp.gov.cv; jaime.pina@ucp.gov.cv;

[ifad.org/fr/document-detail/asset/40189695](https://www.ifad.org/fr/document-detail/asset/40189695).

³ Esta política está definida no documento disponível no seguinte endereço:<https://www.ifad.org/fr/document-detail/asset/40738506>

[ifad.org/fr/document-detail/asset/40738506](https://www.ifad.org/fr/document-detail/asset/40738506)

⁴ Esta política está definida no documento disponível no seguinte endereço: <https://ifad.org/fr/privacy>.

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**EXTRATO**

CERTIFICO narrativamente para efeito de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de agosto, B.O. n.º 50- 1ª Série, que foi outorgada no dia 11-07-2025, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Ribeira Grande - Santo Antão, no livro de notas para escrituras diversas n.º 82, de folhas 16 a 16 verso, a escritura de Habilitação de Herdeiros, na qual foi declarado que no dia dezasseis do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, faleceu na sua residência em Berlim - Alemanha, **Franz Rainer Traub**, no estado de casado sob o regime Imperativo da Separação de Bens, filho de Franz Xavier Traub e de Margaretha Sabina Traub, natural que foi de Liechtenstein, com última residência em Berlim - Alemanha, tendo deixado como único herdeiro a viúva **Maria de Fátima Lopes Traub**, natural da freguesia de São Pedro Apóstolo, Ribeira Grande, residente

na localidade de Chã de Igreja.

Que o falecido não deixou testamento ou qualquer disposição de última vontade, tendo deixado como herdeira a acima mencionada.

Que, não há quem com a indicada herdeira possa concorrer a sucessão na herança do falecido.

Mais se informa que, nos termos do n.º 5 do artigo 86.º -A e do artigo 87.º do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar a referida escritura de habilitação de herdeiros.

ESTÁ CONFORME-

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Ribeira Grande - Santo Antão, aos 02-07-2025.

Reg. sob o n.º 972868/2025



DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2ª Classe de Ribeira Grande, Santo Antão, CP, Cabo Verde, Telefone 1/3381335 13.00 1/3381335 14.03 (VOIR (3991 GEEN 199313503. Email: Conservatoria CartoriaBS@nouceur

Ministério
da JustiçaDIRECÇÃO GERAL DOS REGISTOS, NOTARIADO E IDENTIFICAÇÃO
Conservatória e Cartório Notarial da Boa Vista**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**

Isabel Maria Gomes da Veiga, Notária em exercício no Cartório Notarial da Boa Vista, Certifica, narrativamente, para efeito de publicação, nos termos do art.86-A do CN, aditado pelo decreto-lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, a meu rogo, no dia onze de Julho de dois mil e vinte e cinco, a folhas 89 do livro de notas para escrituras diversas número 88 foi exarada uma escritura de habilitação de herdeiros, por óbito de **Maria Conceição Ferreira Lima Lopes Da Silva**.

Que, têm perfeito conhecimento de que no dia dezasseis de setembro do ano mil novecentos e oitenta e três, faleceu **Maria Conceição Ferreira Lima Lopes Da Silva** no estado de viúva, que foi natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, com última residência habitual em Sal Rei.

Que a falecida não fez testamen-

to, nem qualquer disposição de última vontade, deixou como única e universal herdeira sua neta.

1- **Maria De Fátima Lopes Da Silva Gonçalves Figueiredo Silva**, viúva, natural da República Popular de Moçambique, habitualmente residente em São Vicente.

Que não há quem possa concorrer com a indicada herdeira à sucessão da identificada **Maria Conceição Ferreira Lima Lopes Da Silva**.

Que não existem herdeiros legítimos que possam proferir ou concorrer à sucessão com o herdeiro instituído.

Cartório Notarial da Boa Vista, aos 14 do mês de Julho de 2025.

Importa o presente extrato em: 1.200\$00 (mil e duzentos escudos).

P n.º 972492

A NOTÁRIA
Isabel Maria Gomes da Veiga
Isabel Maria Gomes da Veiga

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**EXTRATO-**

Certifico narrativamente para efeito da primeira publicação nos termos do disposto no artigo 100.º do Código do Notariado, que, nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, se encontra exarada uma escritura de Justificação Notarial no livro de notas para escrituras diversas n.º 82, de folhas 13 a 14, outorgada no dia 11-07-2025, na qual **Manuel da Cruz Freitas**, solteiro, maior, natural da Freguesia de São Tiago Maior, Concelho de Santa Cruz, residente em Holanda e de passagem por esta Ilha de Santo Antão e irmã, **Maria Manuela Felipa da Cruz Martins**, casada sob o regime de comunhão adquiridos com Anildo Martins, natural da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Concelho da Ribeira Grande, residente em Palmeiro - Praia, declararam que, são donos e legítimos possuidores de um prédio urbano construído de pedra, argamassa e blocos de cimento, coberto de telha e betão armado, com um quarto de dormir, uma casa de banho, uma sala de visita, uma cozinha, uma sala de jantar e um "regojo", situado em Lombo de Pedrene, inscrito na matriz predial da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, sob o n.º 2326/0, medindo 658,3 m² (seiscentos e cinquenta e oito virgula três metros quadrados), confrontando do Norte, com André Germana da Cruz e Georgina Monteiro; Sul, com João Ângelo da Cruz; Este com Levada e do Oeste com Ribeira, omissis na Registro Predial.

Alegam que o referido prédio lhes veio

a posse por herança dos pais, Manuel Sebastião da Cruz e Filipa Alexandrina da Cruz, conforme consta da certidão de escritura de habilitação de herdeiros lavrada no Segundo Cartório Notarial da Praia, no livro de notas para escrituras diversas n.º 331/A, folhas 19 a 20 que fica arquivada, e nesse caso fizeram a inscrição na matriz camararia em nome de seus pais.

Que a posse foi adquirida e mantida sem violência, sem oposição, sem interrupção e ostensivamente com conhecimento de toda agente, agindo sempre por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade, com aproveitamento de todas as utilidades do prédio, usufruindo e suportando os respetivos encargos, pelo que, adquiriram o direito de propriedade por usucapião, o que invocam para efeitos de inscrição no registo predial.

Os Potenciais interessados têm um prazo de quarenta e cinco dias a contar da primeira e segunda publicação para eventual impugnação.

Está conforme

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Ribeira Grande, aos 22-07-2025.

Conta n.º 972347/2025



DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2ª Classe de Ribeira Grande, Santo Antão, CP, Cabo Verde, Telefone +(238) 225 12 90. +(238) 225 14.03 /VOIR (393) 3550 (333) 3508.

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**EXTRATO**

CERTIFICO, para efeito de segunda publicação nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50 - 1ª Série, que no dia nove do mês de julho do ano dois mil e vinte e cinco, no Segundo Cartório Notarial de São Vicente, sito em Monte Sossego, perante mim, **Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva**, respetivo Notário, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número sessenta e três, de folhas oitenta e sete verso à oitenta e oito verso, a habilitação de herdeiros, nos termos seguintes:

No dia trinta e um do mês de maio do ano dois mil e vinte e cinco, no Hospital Dr. Baptista de Sousa, freguesia de Nossa Senhora da Luz, onde teve a sua última residência habitual em Alto Solarino, faleceu o referido **CECÍLIO MANUEL BAPTISTA**, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, no estado de casado com **Luiza Do Nascimento Monteiro Baptista**, sob o regime da comunhão geral de bens, com ele outorgante.

O falecido não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, tendo deixado como herdeiros

legítimos, os seus filhos, a saber: **a) Ibrahim Monteiro Baptista**, solteiro, maior, residente em Fonte Francês; **b) Attila Monteiro Baptista**, à data do óbito casado com Jocilene Ailine Andrade Rodrigues Baptista, residente em Chã de Alecrim; ambos naturais da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente.

Não existem outras pessoas, que segundo a lei, preferiram aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão à herança do referido **CECÍLIO MANUEL BAPTISTA**.

ESTÁ CONFORME.

Segundo Cartório Notarial de São Vicente, em Monte Sossego, aos dezasseis de julho de dois mil e vinte e cinco.

Art. 20.º. 4.2.....1.000\$00

Selo do acto.....200\$00

Soma:.....1.200\$00

Processo n.º 967477

Conta n.º 202511664

O Notário,
Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva
/Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva /

DGRNI, Segundo Cartório Notarial de São Vicente, Rua Abílio Duarte no 9º, Monte Sossego, São Vicente, CP *, Cabo Verde, Telefone +(238) 231 31 00 / VOIP (333) 3108, (333) 3110, Email: SegundocartorioSV@gov.cv

Conservadora/Notária - Djamila Rocha Delgado

EXTRATO

CERTIFICO, narrativamente para efeitos de **segunda publicação** nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei número 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia dez de julho de 2025, nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número 12, da folhás 93 à 94, de uma escritura de **Justificação Notarial**, no qual, **João Baptista Fernandes e Maria José Dias Fernandes**, casados entre si sob o regime de comunhão de bens adquiridos, residentes em Portugal, alegam com exclusão de outrem, que são donos e legítimos possuidores de um prédio urbano, que se compõe em um lote de terreno, medindo vinte virgula oito metros quadrados, situado em Eito, confrontando do Norte, Sul e Oeste com Caminho e Este com Antónia Lopes e Aleixo Tavares, inscrito na matriz predial desta freguesia e concelho sob o número **2223/0**, com o valor matricial de trinta e sete mil e duzentos e sessenta escudos, omissão no registo predial.

Que, o referido prédio lhes veio à posse, por compra feita ao senhor **Aleixo Tavares**, em 25 de agosto de 1997, procedendo ao registo da sua transmissão junto da Câmara Municipal.

Que, no entanto, não ficaram a dispor de título formal suficiente que lhes permite fazer o respetivo registo na Conservatória, mas desde logo entraram na posse e fruição do prédio, posse essa que detém sem interrupção ou ocultação de quem quer que seja, há mais de vinte e oito anos.

Que essa posse, não titulada, foi adquirida e mantida, sem violência e sem oposição, ostensivamente, com conhecimento de toda a gente, de boa fé, em nomes próprios e com o aproveitamento de todas as utilidades do prédio, agindo sempre por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade, quer usufruindo como tal o imóvel, quer suportando o respetivo encargo, pelo que adquiriu o seu direito de propriedade por usucapião, o que invocam para efeito de primeira inscrição no registo predial.

Os interessados querendo podem impugnar esta escritura no prazo de 45 dias a contar da data da segunda publicação.

ESTÁ CONFORME

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paúl, 15 de julho de 2025.
Art.20.4.2.....1.000\$00
Imposto de Selo200\$00
Total.....1.200\$00
(Importa em mil e duzentos escudos).
Conta reg. sob o n.º 202509884



DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul, Largo Cândido Oliveira - Cidade das Pombas, CP *. Cabo Verde, Telefone +(238) 223 16 83 / VOIP (333) 2160, Email: Conservatoria.CartorioPaul@gov.cv

 DIREÇÃO GERAL DOS REGISTOS, NOTARIADO E IDENTIFICAÇÃO
Conservatória e Cartório Notarial da Boa Vista

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE HABILITAÇÃO DE HERDEIROS

Isabel Maria Gomes da Veiga, Notária em exercício no Cartório Notarial da Boa Vista, Certifica, narrativamente, para efeito de publicação, nos termos do art.86-A do CN, aditado pelo decreto-lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, a meu rogo, no dia onze de Julho de dois mil e vinte e cinco, a folhas 90 do livro de notas para escrituras diversas número 88 foi exarada uma escritura de habilitação de herdeiros, por óbito de **Anastácio Fortes Boa Vista**.

Que, têm perfeito conhecimento de que no dia oito de junho do ano dois mil e vinte e cinco, faleceu **Anastácio Fortes Boa Vista** no estado de viúvo, que foi natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, com última residência habitual. em Rabil.

Que o falecido não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, deixou como únicos e universais herdeiros seus nove filhos.

1- **Maria Afonsina Silva Fortes da Cruz**, viúva, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, habitualmente residente em Rabil.

2- **Maria Margarida Silva Fortes**, viúva, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, habitualmente residente na cidade de Providence, E.U.A.

3- **Jorge Paixão Silva Fortes**, solteiro, maior, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, habitualmente residente em Suíça.

4- **Sofia Fortes Alves**, solteira, maior, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, habitualmente residente em Suíça.

5- **Adozinda Silva Fortes**, casada com Miguel Cardoso Carvalho sob o regime de comunhão de adquiridos, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, habitualmente residente em Suíça.

6- **Elódia Silva Fortes**, divorciada, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, habitualmente residente em Itália.

7- **Umbelina Silva Fortes Alves Da Rocha**, casada com João Ramos da Rocha sob o regime de comunhão de adquiridos, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, habitualmente residente em Itália.

8- **Augusto Fortes Alves**, casado com Maria Firmina Alves Andrade sob o regime de comunhão de adquiridos, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, habitualmente residente na ilha do Sal.

9- **Yolanda Silva Fortes**, solteira, maior, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, habitualmente residente em E.U.A.

Que não há quem possa concorrer com os indicados herdeiros à sucessão do identificado **Anastácio Fortes Boa Vista**.

Que não existem herdeiros legitimários que possam proferir ou concorrer à sucessão com o herdeiro instituído.

Cartório Notarial da Boa Vista, aos 14 do mês de Julho de 2025.

Importa o presente extrato em: 1.200\$00 (mil e duzentos escudos).

PN: 972491

A NOTÁRIA,
Isabel Maria Gomes da Veiga
Isabel Maria Gomes da Veiga

NOTÁRIO P/S: Daniel Lopes Ferreira

EXTRATO

Certifica narrativamente para efeitos de **segunda publicação**, nos termos do n.º 5 do artigo 86.º-A, do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, lavrada no dia vinte e um de Maio de dois mil e vinte e cinco, de folhas 138F e 139F, no livro de notas para escrituras diversas número 01/B, deste Cartório, a cargo do Notário p/s, **Daniel Lopes Ferreira**, se encontra exarada uma escritura de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, por óbito de **Antonina Galina Fortes**, falecida em Hospital Regional de Santiago Norte, no dia vinte e dois de Abril de dois mil e vinte e quatro, no estado de viúva, natural que foi da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, com sua última residência em Tarrafal, sem testamento e disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros os seus filhos: **Amélia Fortes da Costa**, casada sob o regime de comunhão de adquiridos com **Ricardino Mendes Vaz**, natural de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Tarrafal, **Anália Fortes da Costa**, casada sob o regime de comunhão de adquiridos com **Boaventura Lopes da Silva**, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente

em Tarrafal, **Amália Rodrigues Fortes Varela**, casada sob o regime de comunhão de adquiridos com **Joaquim Mendonça Gonçalves**, natural da Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Tarrafal, **Augusta Fortes da Costa**, solteira, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Tarrafal.

Não existem outras pessoas que segundo a lei possam concorrer à herança do “de cujus”.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Tarrafal de Santiago, aos onze dias do mês de Julho do ano dois mil e vinte e cinco.

Custas..... 1.000.00

Imp. de selo..... 200.00

Total..... 1.200,00 (São mil e duzentos escudos)

Registada sob o n.º 970095/2025.

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Tarrafal de Santiago, Palácio da Justiça RC/ - Cidade do Tarrafal-Santiago, CP*, Cabo Verde, Telefone +(238) 266 11 24/VOIP (333) 6617, (333) 6627, Email: Conservatoria.CartorioTS@gov.cv

Conservadora/Notária - Djamila Rocha Delgado

EXTRATO

CERTIFICO, narrativamente para efeitos de **segunda publicação** nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei número 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia dezasseis de julho de 2025, nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número 12, da folhas 29 verso a 30 verso, uma escritura de **Justificação Notarial**, na qual, **Olívio Dionizio Silva e Joana Sousa Delgado Silva** contribuintes fiscais números 137135904 e 121720659, naturais da freguesia de Santo António das Pombas, concelho do Paul, residentes em Ribeira de Janela, titulares dos bilhetes de identidades números 371359 e 217206, emitidos aos 15-01-2017 e 01-07-2010, pelo arquivo de identificação civil da Ribeira Grande de Santo Antão, casados entre si sob o regime comunhão de adquiridos.

Alegam com exclusão de outrem que, são donos e legítimos possuidores, de um prédio urbano medindo **seiscentos e oitenta um virgula noventa e três metros quadrados**, composto por uma casa e terreno, situado em Fajã de Janela, Paul, confrontando do Norte com Caminho, Sul com Alexandrino Neves Dias, Este com João Manuel Coronel e Oeste com Alexandrino Neves Dias, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Santo António das Pombas, sob o número **936/0**, com o valor matricial de noventa mil escudos, omissos no registo predial. Que, o referido prédio lhes veio à posse, por compra feito no senhor Júlio César Oliveira Silva, altura em que procederam ao registo da sua transmissão junto da Câmara Municipal do Paul.

Que, no entanto, não ficaram a dispor de título formal suficiente que lhes permite fazer o respetivo registo na Conservatória, mas desde logo entraram na posse e fruição do prédio, posse essa que detém sem interrupção ou ocultação de quem quer que seja, há mais de 36 anos.

Que, essa posse, foi adquirida e mantida, sem violência e sem a menor oposição, ostensivamente, com o conhecimento de toda gente, de boa fé usufruindo de todas as utilidades do prédio, de forma pacífica, contínua e pública, em nomes próprios e com o aproveitamento de todas as utilidades do prédio, quer usufruindo como tal o imóvel, quer suportando todos os encargos daí decorrentes, pelo que adquiriram os seus direitos de propriedade por usucapião, o que invocam para efeitos de primeira inscrição no registo predial.

Os interessados querendo podem impugnar esta escritura no prazo de 45 dias a contar da data da segunda publicação.

ESTÁ CONFORME

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paúl, aos 17 de julho de 2025.

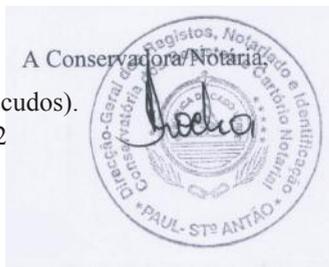
Art.20.4.2.....1.000\$00

Imposto de Selo ...200\$00

Total.....1.200\$00

(Importa em mil e duzentos escudos).

Conta reg. sob o nº 202510392



DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul, Largo Cândido Oliveira - Cidade das Pombas, CP*, Cabo Verde, Telefone +(238) 223 16 83/VOIP (333) 2160, Email: Conservatoria.CartorioPaul@gov.cv

www.governo.cv governodecaboverde □ caboverde_gov

Conservadora/ Notária - Djamila Rocha Delgado

EXTRATO

CERTIFICO, narrativamente para efeitos de **segunda publicação** nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei número 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia dez de julho de 2025, nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número 12, da folhas 26 verso à 27 verso, uma escritura de **Justificação Notarial**, no qual, **Alice da Luz Fortes Ramos e Elody Nascimento Ramos**, alegam com exclusão de outrem, que são donas e legítimas possuidoras, de um prédio rústico, medindo **sessenta e cinco virgula sessenta e oito metros quadrados**, situado em Pontinha de Janela, Paul, confrontando do Norte com Antónia Joana Dias, Sul com Vicente Maria Delgado, Este com Caminho e Oeste com Mário Alberto Silva e Vicente Delgado, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Santo António das Pombas, sob o número **1602/0**, com o valor matricial de oitenta e um mil escudos, omissos no registo predial.

Que, o referido prédio veio à posse das suas representadas, por meação e sucessão hereditária, por serem meeira e herdeira habilitada do falecido **José Nascimento Ramos**, conforme escritura de habilitação de herdeiros lavrada no livro onze, folhas trinta e seis frente a trinta e seis verso desta Conservatória. A transmissão junto dos serviços da Câmara Municipal do Paul foi feita no dia catorze de junho de dois mil e cinco.

Que, no entanto, não ficaram a dispor de

título formal suficiente que lhes permite fazer o respetivo registo na Conservatória, mas desde logo entraram na posse e fruição do prédio, posse essa que detém sem interrupção ou ocultação de quem quer que seja.

Que, essa posse, foi adquirida e mantida, sem violência e sem a menor oposição, ostensivamente, com o conhecimento de toda gente, de boa fé usufruindo de todas as utilidades do prédio, de forma pacífica, contínua e pública, em nomes próprios e com o aproveitamento de todas as utilidades do prédio, quer usufruindo como tal o imóvel, quer suportando todos os encargos daí decorrentes, pelo que adquiriram os seus direitos de propriedade por usucapião, o que invocam para efeitos de primeira inscrição no registo predial.

Os interessados querendo podem impugnar esta escritura no prazo de 45 dias a contar da data da segunda publicação.

ESTÁ CONFORME

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paúl, 15 de julho 2025.

Art.20.4.2.....1.000\$00

Imposto de Selo200\$00

Total1.200\$00

(Importa em mil e duzentos escudos).

Conta reg. sob o nº 202509904



DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul, Largo Cândido Oliveira - Cidade das Pombas, CP*, Cabo Verde, Telefone +(238) 223 16 83/VOIP (333) 2160, Email: Conservatoria.CartorioPaul@gov.cv

-EXTRATO-

CERTIFICO, para efeito de **segunda publicação** nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50 – 1ª Série, que no dia trinta do mês de Junho do ano dois mil e vinte e cinco, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Filipe, perante mim, Lic. Manuel António Pina Rodrigues Rosa, Conservador/Notário por substituição, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número sessenta e oito, de folhas oitenta e três a oitenta e quatro, a habilitação de herdeiros, nos termos seguintes:

Que, no dia trinta do mês de Abril do ano dois mil e quinze, num domicílio, na freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, ilha de Santiago, onde teve a sua última residência habitual em Ponta D'Água, faleceu **MANOEL DE BARROS**, que também usava **MANUEL DE BARROS**, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, ilha do Fogo, no estado de viúvo.

Que, o falecido não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como herdeiros legítimos os seus filhos: a saber, **1. Jaquelina Rosa Barros**, divorciada, segundo declaram, residente nos Estados Unidos da América; **2. Elisângela da Rosa Barros Monteiro**, casada com Gilberto Guilherme Monteiro, sob o regime da comunhão de adquiridos, residente em Portugal; **3. Ruben Jorge Rosa Barros**, solteiro, maior, residente em ilha de São Vicente; **4. Carlos Alberto Rosa de Barros**, casado com Beatriz Gomes de Barros Monteiro, sob o regime da

comunhão de adquiridos, residente em cidade da Praia, ilha de Santiago; **5. António Pedro Rosa Barros**, divorciado, segundo declaram, residente nos Estados Unidos da América; **6. Izabel Rosa Barros**, solteira, maior, residente em cidade da Praia, ilha de Santiago, estes naturais da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, ilha do Fogo; e **7. Maria Diolinda Barbosa Barros da Silva**, casada com João Lino da Silva, sob o regime da comunhão geral de bens, natural da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, ilha do Fogo, residente em cidade da Praia, ilha de Santiago.

Que, não existem outras pessoas, que segundo a lei, prefiram aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão à herança do referido **Manoel de Barros**, que também usava **Manuel de Barros**.

ESTÁ CONFORME.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Filipe, aos trinta de Junho de dois mil e vinte e cinco.

Art. 20.º. 4.2..... 1.000\$00

Selo do acto..... 200\$00

Soma:..... 1.200\$00

Processo n.º 960028

Conta sob o n.º 202518920



DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de 2ª Classe de São Filipe, Avenida Amílcar Cabral - São Filipe - Fogo, CP 13, Cabo Verde, Telefone +(238) 281 11 54, +(238) 281 11 54/VOIP (333) 8101, Email: Conservatoria.CartorioFogo@gov.cv

Ministério
da Justiça

NOTÁRIO P/S: Daniel Lopes Ferreira

EXTRATO

Certifica narrativamente para efeitos de **primeira** publicação, nos termos do n.º 5 do artigo 86.º-A, do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, lavrada no dia dezoito de Julho de dois mil e vinte e cinco, de folhas 143F e 144F, no livro de notas para escrituras diversas número 01/B, deste Cartório, a cargo do Notário p/s, **Daniel Lopes Ferreira**, se encontra exarado uma escritura de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, por óbito de **Honorato Cardoso**, falecido no dia dezoito de Novembro de dois mil e vinte e dois, no estado de casado sob o regime de comunhão de adquiridos com **Adelina Lopes Mendes**, natural que foi da freguesia de São Miguel Arcanjo, concelho de São Miguel, com sua última residência em França, sem testamento e disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros os seus filhos: **Ana Cristina Mendes Cardoso**, casada sob o regime de comunhão de adquiridos com **Minesio Sanches Cardoso**, natural que foi da freguesia de São Miguel Arcanjo, concelho de São Miguel, com última residência em Tarrafal, **Jorge Mendes Cardoso**, solteiro, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, residente em Tarrafal, **Jeremie Mendes Cardoso**, solteiro, maior, natural de França, residente em França.

No dia **dois** de **Agosto** de **dois mil e vinte e quatro**, em França, faleceu a Senhora **Adelina Lopes Mendes**, no estado de viúva, natural que foi da freguesia de São Miguel Arcanjo, concelho de São Miguel, com última residência em França, sem testamento e disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros os seus filhos acima identificados.

Não existem outras pessoas que segundo a lei possam concorrer à herança do “**de cujus**”.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Tarrafal de Santiago, aos dezoito dias do mês de Julho do ano dois mil e vinte e cinco.

Custas..... 0.000.00

Imp. de selo.....000.00

Total..... 0.000.00 (Isento de Emolumentos nos termos do Artigo 158º do Decreto Lei nº 12/2024 de 21 de Março)

Registada sob o n.º 974403/2025.

O NOTÁRIO P/S,

/ Daniel Lopes Ferreira /

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Tarrafal de Santiago, Palácio da Justiça RC/ - Cidade do Tarrafal - Santiago, CP *, Cabo Verde, Telefone +(238) 266 11 24/VOIP (333) 6617, (333) 6627, Email: Conservatoria.CartorioTS@gov.cv

Ministério
da Justiça

NOTÁRIO P/S: Daniel Lopes Ferreira

EXTRATO

Certifica narrativamente para efeitos de **primeira** publicação, nos termos do n.º 5 do artigo 86.º-A, do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, lavrada no dia dezoito de Julho de dois mil e vinte e cinco, de folhas 142 F, no livro de notas para escrituras diversas número 01/B, deste Cartório, a cargo do Notário p/s, **Daniel Lopes Ferreira**, se encontra exarado uma escritura de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, por óbito de **Malam Mané**, falecido no dia vinte de Janeiro de dois mil e vinte e cinco, no estado de casado sob o regime de comunhão de adquiridos com **Ana Paula Almeida Cardoso Gonçalves Mané**, natural que foi da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, com sua última residência em Portugal, sem testamento e disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como

único e universal herdeiro sem ascendente e nem descendente a sua esposa: **Ana Paula Almeida Cardoso Gonçalves Mané**, viúva, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Tarrafal

Não existem outras pessoas que segundo a lei possam concorrer à herança do “**de cujus**”.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Tarrafal de Santiago, aos dezoito dias do mês de Julho do ano dois mil e vinte e cinco.

Custas..... 1.000.00

Imp. de selo..... 200.00

Total..... 1.200.00 (mil e duzentos escudos)

Registada sob o n.º 978530/2025.

O NOTÁRIO P/S,

/ Daniel Lopes Ferreira /

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Tarrafal de Santiago, Palácio da Justiça RC/ - Cidade do Tarrafal - Santiago, CP*, Cabo Verde, Telefone +(238) 266 11 24/VOIP (333) 6617, (333) 6627, Email: Conservatoria.CartorioTS@gov.cv

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**EXTRATO**

CERTIFICO narrativamente para efeito de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de agosto, B.O. n.º 50- 1ª Série, que foi outorgada no dia 15-07-2025, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Ribeira Grande - Santo Antão, no livro de notas para escrituras diversas n.º 82, de folhas 15 a 15 verso, a escritura de **Habilitação de Herdeiros**, na qual foi declarado que:

Primeira Habilitação: No dia dois de maio de mil novecentos e setenta e oito, faleceu no seu domicílio em Cabeçadas da Garça - Santo Antão, Freguesia de São Pedro Apóstolo, Concelho da Ribeira Grande, **Manuel António Silva**, casado com **Silvina dos Santos Lima**, filho de **António Manuel Silva** e de **Ana Maria Monteiro**, tendo deixado como únicos herdeiros legítimos os seus filhos:

Ana Silvina Santos, solteira, maior, natural da freguesia de São Pedro Apóstolo, concelho da Ribeira Grande, residente em Marselha - França; **Inês Silvina Silva**, casada com **Justino Joaquim Delgado**, natural da freguesia de São Pedro Apóstolo, concelho da Ribeira Grande, residente em Marselha - França; **Balmeirinda Santos Silva**, divorciada, natural da freguesia de São Pedro Apóstolo, concelho da Ribeira Grande, residente em Marselha - França; **Arlinda Silvina Silva**, solteira, maior, natural da freguesia de São Pedro Apóstolo, concelho da Ribeira Grande, residente em Itália; **Maria da Luz Santos**, casada com **José António Araújo**, natural da freguesia de São Pedro Apóstolo, concelho da Ribeira Grande, residente em Marselha - França; **António Manuel Silva**, casado com **Maria Patriarca da Luz Silva**, natural da freguesia de São Pedro Apóstolo, concelho da Ribeira Grande, residente em Marselha - França; **Virgínia Silvina Santos**, solteira, maior, natural da freguesia de São Pedro Apóstolo, concelho da Ribeira Grande, residente em Marselha - França e **João Baptista Silva**, solteira, maior, natural da freguesia de São Pedro Apóstolo, concelho da Ribeira Grande, residente em Marselha - França.

Segunda Habilitação: -Que no dia cinco de Abril de dois mil e vinte e quatro, faleceu no Hospital Baptista de Sousa, Freguesia de Nossa Senhora da Luz, Concelho de São Vicente, **Silvina dos Santos Lima**, que também usava o nome de **Silvina Inês dos Santos**, no estado de viúva, filha de **Inês dos Santos Lima**, com última residência em Espia - São Vicente, tendo deixado como únicos herdeiros legítimos os filhos acima identificados, e o seu neto, em representação da filha, **Arlinda Silvina Silva**, pré-falecida em vinte de março de dois mil e vinte e quatro, **Flávio Barbaraci**, divorciado, natural de Palermo - Itália, residente em Itália. Que os falecidos não deixaram testamento ou qualquer disposição de última vontade, tendo deixado como herdeiros os acima mencionados.

Que, não há quem com os indicado herdeiros possa concorrer a sucessão na herança dos falecidos, **Manuel António Silva, Silvina dos Santos Lima e Arlinda Silvina Silva Fortes...** - Mais se informa que, nos termos do n.º 5 do artigo 86.º -A e do artigo 87.º do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar a referida escritura de habilitação de herdeiros.

ESTÁ CONFORME

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Ribeira Grande - Santo Antão, aos 22-07-2025.

Reg. sob o n.º 973698/2025



DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2ª Classe de Ribeira Grande, Santo Antão, CP*, Cabo Verde, Telefone +(238) 225 12 90. +(238) 225 14.03 /VOIR (393) 3550 (333) 3508.

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE HABILITAÇÃO DE HERDEIROS

Isabel Maria Gomes da Veiga, Notária em exercício no Cartório Notarial da Boa Vista, Certifica, narrativamente, para efeito de publicação, nos termos do art.86-A do CN, aditado pelo decreto-lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, a meu rogo, no dia vinte nove de Abril de dois mil e vinte e cinco, a folhas 54 do livro de notas para escrituras diversas número 87 foi exarada uma escritura de habilitação de herdeiros, por óbito de **Maria Dos Prazeres Almeida**.

Que, têm perfeito conhecimento de que no dia dezoito de abril do ano dois mil e vinte e dois, faleceu no Centro de Saúde da Boa Vista Maria Dos Prazeres Almeida, no estado de solteira, que foi natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, com última residência habitual em Estados Unidos da América.

Que a falecida não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, e deixou como únicos herdeiros legitimários nove filhos.

1- João Almeida Carvalho, solteiro, maior, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, habitualmente residente em Estados Unidos Da América.

2- Olga Maria Almeida Carvalho, divorciada, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, habitualmente residente em Estados Unidos Da América.

3- Crispina Almeida Carvalho, solteira, maior, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, habitualmente residente em Estados Unidos Da América.

4- Luiza Almeida Carvalho, solteira, maior, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, habitualmente residente em Estados Unidos Da América.

5- António Almeida Carvalho, solteiro, maior, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, habitualmente residente em Estados Unidos Da América.

6- Henriqueta Almeida Carvalho, solteira, maior, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, habitualmente residente em Estados Unidos Da América.

7- Francisca Almeida Carvalho, solteiro, maior, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, habitualmente residente em Estados Unidos Da América.

8- Gerado Almeida Carvalho, solteiro, maior, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, habitualmente residente em Estados Unidos Da América.

9- Ilda Almeida Gomes, solteira, maior, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, habitualmente residente em Rabil.

Que não há quem possa concorrer com os indicados herdeiros à sucessão da identificada **Maria Dos Prazeres Almeida**.

Que não existem herdeiros legitimários que possam proferir ou concorrer á sucessão com o herdeiro instituído.

Cartório Notarial da Boa Vista, aos 29 do mês de Abril de 2025.

Importa o presente extrato em: 1.200\$00 (mil e duzentos escudos).

Conta

Nº 924710

A NOTÁRIA,
Isabel Maria Gomes da Veiga
Isabel Maria Gomes da Veiga

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



EXTRATO

CERTIFICO, para efeito de **primeira** publicação nos termos do disposto no artigo 100.º do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50 – 1ª Série, que no dia dezasseis do mês de Julho do ano dois mil e vinte e cinco, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Filipe, perante mim, Lic. Manuel António Pina Rodrigues Rosa, Conservador/Notário em Acumulação, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número sessenta e nove, de folhas treze a quinze, a escritura de Justificação Notarial, na qual **ALICE BARROS DE PINA FERNANDES GONÇALVES**, contribuinte fiscal número um, um, dois, cinco, três, três, zero, cinco, divorciada, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, ilha do Fogo, onde reside em Cisterno, se declara dona e legítima possuidora, com exclusão de outrem, dos seguintes imóveis: i. Prédio urbano composto no rés-do-chão com sala, dois quartos, cozinha, e casa de banho, e o primeiro andar com sala, cozinha, dois quartos, casa de banho, corredor e garagem, situado em Lém de Baixo, cidade de São Filipe, ilha do Fogo, construído no terreno com a área de **cento e quarenta e oito vírgula cinco metros quadrados**, confrontando do Norte com ribeira, Sul e Este com passagem pública e do Oeste com lote número 80, com valor matricial de treze milhões e nove mil escudos, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Nossa Senhora da Conceição sob o número **2890/0**, omissa nesta Conservatória/Cartório; ii. Prédio urbano composto no rés-do-chão por armazém, três casas de banho e escritório, e o primeiro andar com três salas, sete quartos, cinco casas de banho e três cozinhas, situado em Xaguete, cidade de São Filipe, ilha do Fogo, construído no terreno com a área de **seiscentos e quatro vírgula setenta e oito metros quadrados**, confrontando do Norte e Sul com via pública, do Este com lote número 4, e do Oeste com lotes números 1 e 2, com valor matricial de vinte e cinco milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, quinhentos e oitenta escudos, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Nossa Senhora da Conceição sob o número **5840/0**, omissa nesta Conservatória/Cartório.

Que, os referidos prédios foram construídos de raiz por ela justificante, em conjunto com o seu ex-cônjuge Manuel António Fernandes Gonçalves de Pina, com recursos próprios, em lotes de terrenos adquiridos por compra, respetivamente, a Maria Luisa Barbosa Correia Teixeira e Manuel da Luz Alves, celebradas por documentos particulares em ano dois mil e dois; e dois mil e oito, respetivamente, mas cujos originais se extraviaram. Que, posteriormente, veio a adquirir a totalidade dos ditos imóveis, por lhe ter sido adjudicados no processo de divórcio que correu termos no Tribunal Judicial da Comarca de São Filipe. Que, todavia, a natureza informal das transmissões, impossibilita-a de fazer a primeira inscrição dos ditos imóveis no registo predial, a seu favor, visto que não há título que comprove as correspondentes transmissões.

Que, a justificante vem exercendo posse sobre os referidos imóveis, sem a menor oposição, de quem quer que seja, desde o seu início, à vista de todos e sem interrupção, usufruindo de todas as utilidades dos prédios, de forma pacífica, contínua e pública, suportando todos os encargos daí decorrentes, pelo que adquiriu o seu direito de propriedade por usucapião, o que invoca para efeitos de primeira inscrição no registo predial.

ESTÁ CONFORME.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Filipe, aos dezasseis de Julho de dois mil e vinte e cinco.

Art. 20.º 4.2..... 1.000\$00

Selo do acto.....200\$00

Soma:.....1.200\$00



EXTRATO

Certifica **narrativamente para efeitos de Primeira publicação**, nos termos do n.º 5 do artigo 86.º-A, do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, se encontra exarada uma escritura de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, lavrada em 23/07/2025, de fls 46 a 47, no livro de notas para escrituras diversas n.º 56/A, nos seguinte termos:

Que, no dia **um** do mês de **Junho** do ano de **dois mil e vinte e cinco**, na freguesia e concelho de Santa Catrina, faleceu **Maria da Conceição da Veiga Ribeiro Miranda**, no estado de casado no regime de comunhão adquiridos com Eduardo Duarte Miranda, natural que foi da freguesia de São Tiago Maior, concelho de Santa Cruz, filha de Manuel Jorge Ribeiro e de Marta Vieira da Veiga, com última residência em Ribeirão Boi.

Que, a falecida não deixou testamento, nem qualquer disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido

como único e universal herdeiro, seu filho: **Paulo Jorge de Veiga Miranda**, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Ribeirão Boi.

E, que não existem outras pessoas que segundo a lei prefiram ao mencionado herdeiro ou que com ele possa concorrer à herança do “de cujus”.

Mais se informa que, nos termos do n.º 5 do artigo 86º-A e do artigo 87º do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Santa Cruz, 23/07/2025.

Custas..... 1.000.00

Imp. de selo. 200.00=

Total: 1.200.00 – Reg. sob o n.º **979113/2025**.

A Notária,



Elisângela de Jesus Varela Moreira



TABELA DE PREÇOS*

Classificados

- Anúncios com logos a cores para mais facilmente identificar o anunciante.
- Anúncios judiciais cuidadosamente publicados para serem legíveis

IMPRESSO			
Páginas	Dimensão	Valor (CVE)	
		Empresa	Particular
1	25,9 x 31,5 cm	35.000,00	26.000,00
1/2	25,9 x 16,2 cm	18.500,00	14.000,00
3/8	12,9 x 23,5 cm	12.500,00	9.800,00
1/4	12,9 x 16,2 cm	9.500,00	7.800,00
1/8	12,9 x 7,8 cm	5.000,00	4.500,00

* Os preços incluem IVA

ONLINE

Comunicados e anúncios: condições especiais podem ser negociadas.

Telefone: +238 260 26 90 (PBX)

www.anacao.cv/como-anunciar

email: comercial.grupoalfacv@gmail.com



FARMÁCIAS DE SERVIÇO

QUINTA - 24 de Julho

UNIVERSAL
Avenida Santiago - T: 262 93 98

AVENIDA
Monte Sossego - T: 232 45 88 / 231 17 17

SEXTA - 25 de Julho

FARMÁCIA 2000
Achadinha Baixo - T: 261 56 55

LEÃO
Mindelo - T: 232 66 04

SÁBADO - 26 de Julho

MODERNA
Plateau - T: 261 27 19

NENA
Mindelo - T: 232 22 92 / 231 86 11

DOMINGO - 27 de Julho

CENTRAL
Plateau - T: 261 11 67

HIGIENE
Mindelo - T: 231 00 06

SEGUNDA - 28 de Julho

SANTO ANTÓNIO
ASA - T: 262 11 86

JOVEM
Mindelo - T: 232 45 30

TERÇA - 29 de Julho

AFRICANA
AV. Amílcar Cabral - T: 261 59 55

MINDELO
Mindelo - T: 232 74 65

QUARTA - 30 de Julho

AVENIDA
Fazenda - T: 261 36 90

AVENIDA
Monte Sossego - T: 232 45 88 / 231 17 17